

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Marcia Ione Surdi

**A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LÍNGUA  
NAS GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA:  
O (NÃO) LUGAR DA SIGNIFICAÇÃO**

Santa Maria, RS  
2017



**Marcia Ione Surdi**

**A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LÍNGUA  
NAS GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA:  
O {NÃO} LUGAR DA SIGNIFICAÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Surdi, Marcia Ione

A produção do saber sobre a língua nas gramáticas de Rocha Lima: o (não) lugar da significação / Marcia Ione Surdi.- 2017.

188 p.; 30 cm

Orientadora: Verli Fátima Petri da Silveira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017

1. Gramática Normativa 2. Função-autor 3. Análise de Discurso I. Silveira, Verli Fátima Petri da II. Título.

Marcia Ione Surdi

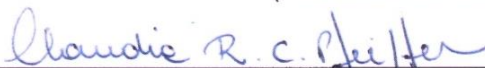
**A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LÍNGUA NAS  
GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA:  
O (NÃO) LUGAR DA SIGNIFICAÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

**Aprovado em 17 de março de 2017:**



**Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



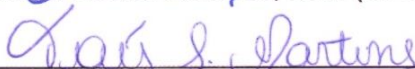
**Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Dra. (UNICAMP)** – Videoconferência



**Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, Dra. (UFPR)**



**Amanda Eloina Scherer, Dra. (UFSM)**



**Taís da Silva Martins, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017



## UM LUGAR PARA AGRADECER

A escrita desta tese foi marcada pela resistência e pela perturbação, em seus possíveis sentidos. Eu, um sujeito nos termos da Análise de Discurso, resisti e agora posso agradecer:

- à professora Verli Petri, por resistir e persistir neste caminho. Agradeço sinceramente pela paciência, pelo rigor teórico-metodológico exigido, pelos ditos e não-ditos que continuarão produzindo efeitos em mim;

- às professoras Amanda Scherer, Eliana Sturza e Graziela de Ângelo, da UFSM, e à professora Ana Zandwais, da UFRGS, por contribuírem significativamente para o aprofundamento de minhas reflexões;

- à minha família, pelo apoio incondicional, por saberem da importância deste trabalho para mim, que imaginam o quanto perturbou e carregam a certeza de que foi gratificante. Em especial, à Neiva, pelas interlocuções incansáveis. Meu devir! Ela sempre resiste comigo!

- ao Rafael, pela escuta de meus escritos, e entendimento, ou não, dos momentos de perturbação e euforia;

- à Marcela e à Rosane, pela amizade, pelas palavras certas que acalentaram muitas perturbações;

- a uma amiga que o doutorado me apresentou, colega Viviane, obrigada pela parceria;

- aos integrantes do Laboratório *Corpus*, pela acolhida;

- ao PPGL, pelo auxílio durante o percurso acadêmico;

- à Unochapecó e aos colegas, pelo apoio.





***In absentia... In praesentia... In memorian...***

No movimento da língua com a história é dada a perceber a irrupção do sujeito-autor no discurso que materializa, lingüisticamente, aquilo que deseja manter em suspenso e que pode vir a ser pensado pelo leitor. (SCHONS<sup>1</sup>, 2009, p. 175).

---

<sup>1</sup> A professora Dr. Carme Regina Schons (*in memorian*) foi membro da banca de qualificação do projeto de tese, realizada em 16/12/2014. Carme marca seu lugar neste estudo de doutoramento, desde a qualificação, e antes mesmo, até as mais recentes investidas teórico-analíticas.



## RESUMO

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LÍNGUA NAS GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA: O (NÃO) LUGAR DA SIGNIFICAÇÃO

AUTORA: Marcia Ione Surdi  
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira  
Santa Maria, 17 de março de 2017.

A presente pesquisa tem por objetivo compreender o (não) lugar dos estudos relativos à significação na produção do saber sobre a língua na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (GNLP). A proposta filia-se à Análise de Discurso (AD) e à História das Ideias Linguísticas (HIL). Como ponto de partida para a nossa reflexão, selecionamos quatro edições da GNLP (1957, 1962, 1972 e 1991), de Carlos Henrique da Rocha Lima, publicadas em diferentes momentos. O trabalho está subdividido em quatro partes: a **Parte 1**, *O que vem antes das perturbações*, trata-se de um espaço no qual apresentamos as condições de produção deste trabalho e o caminho teórico-metodológico empreendido, tendo como pressuposto o funcionamento do movimento pendular (PETRI, 2013) próprio da AD. Na **Parte 2**, *No entremeio contraditório em que se produz a função-autor*, voltamos nosso olhar para a historicização da produção gramatical. Mobilizamos, em especial, as noções de condições de produção, função-autor, formação discursiva e formação imaginária para analisar o *Recorte Discursivo (RD) I – Do sujeito à função-autor*. Na **Parte 3**, *“Outro fator de perturbação da boa escolha das palavras”: sobre significação e sentido*, analisamos como o estudo sobre a significação é apresentado no discurso gramatical. Mobilizamos a noção de língua para analisar o *RD II – Noção de língua*. Na sequência, mobilizamos a noção de formulação intradiscursiva para analisar o *RD III - Formulação da inteiriça estrutura intelectual e didática*. Para o *RD IV – Os sentidos da significação* mobilizamos noções relativas à significação, para analisar o modo como o sujeito-gramático, em sua função-autor, materializa a produção de um capítulo sobre significação na GNLP. Na **Parte 4**, *Do (não) lugar do ponto final...*, apresentamos nossas considerações. Destacamos, resumidamente, que as análises nos revelaram que a produção gramatical de Rocha Lima é marcada pela contradição, entendida, neste estudo, como constitutiva do sujeito, do discurso e dos sentidos. O sujeito-gramático, em sua função-autor, organiza a GNLP para que funcione como um espaço logicamente estabilizado, como se pudesse conter os sentidos que por ali transitam e não ser afetado pelo equívoco, pelo deslize. Esse sujeito, inscrito em uma Formação Discursiva Gramatical Doutrinária, que faz tomadas de posição-sujeito (gramático, agente regulador, falante, professor), exerce a função-autor no espaço contraditório de entremeio. As análises nos ajudaram a compreender que estamos tratando de um lugar de entremeio e é assim que tomaremos a gramática daqui para frente, como lugar de entremeio que não tem um sentido único, nem limites exatos, pois se trata de um lugar que abarca conflitos internos pelos jogos de força entre o mesmo e o diferente, entre o que estabiliza e o que perturba. Também compreendemos o (não) lugar como um lugar de entremeio para a significação das palavras, no qual a função-autor, afetada pelas injunções sociais e condições de produção, ao formular intradiscursivamente as edições da GNLP, sintagmatiza o que está disperso no interdiscurso.

**Palavras-chave:** Gramática Normativa. Função-autor. Análise de Discurso.



## ABSTRACT

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ON THE LANGUAGE IN THE GRAMMAR BOOKS OF ROCHA LIMA: THE (NON) PLACE OF SIGNIFICANCE

AUTHOR: MARCIA IONE SURDI  
ADVISER: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA  
Santa Maria, March 17, 2017.

The present research aims at understanding the (non) place of studies related to the significance in the production of knowledge on the language in the Gramática Normativa da Língua Portuguesa (GNLP). The proposal is based on the Discourse Analysis (DA) and History of Linguistic Ideas (HIL). As a starting point for our reflection, we selected four editions of GNLP (1957, 1962, 1972 and 1991), by Carlos Henrique da Rocha Lima, published at different times. The work is subdivided into four parts: **Part I**, *What comes before the disturbances*, is a space in which we present the conditions of production of this work and the theoretical-methodological path undertaken, taking the operation of the pendulum movement as a presupposition (PETRI, 2013) of DA. In **Part 2**, *In the contradictory intersection in which the author function is produced*, we turn our attention to the historicization of grammatical production. We mobilized, in particular, the notions of conditions of production, author function, discursive formation and imaginary formation to analyze the Discursive Fragment (DF) I - From the subject to the author function. In **Part 3**, *"Another factor of disturbance of the good choice of words"*: on signification and meaning, we analyze how the study of signification is presented in grammatical discourse. We mobilized the notion of language to analyze DFII - Notion of language. Next, we mobilized the notion of intra-discursive formulation to analyze the DF III - *Formulation of the entire intellectual and didactic structure*. For DF IV – *The senses of signification* we mobilize notions related to signification to analyze the way in which the subject-grammarians, in his author function, materializes the production of a chapter on signification in GNLP. In **Part 4**, *From the (non) place of the final point*, we present our considerations. We emphasize, briefly, that the analyzes revealed that the grammatical production of Rocha Lima is marked by the contradiction, understood, in this study, as constitutive of the subject, the discourse and the senses. The subject-grammarians, in his author function, organizes the GNLP to function as a logically stabilized space, as if it could contain the senses that pass through it and not be affected by the misunderstanding, by the slip. This subject, inscribed in a Doctrinal Grammatical Discursive Formation, which makes subject-position (grammar, regulating agent, speaker, teacher) exercises the author function in the contradictory space of the intervening. The analyzes have helped us to understand that we are dealing with a place of intersection and this is how we will take the grammar from now on, as a place of intersection that does not have a single meaning, nor exact limits, since it is a place that encompasses internal conflicts by the games of strength between the same and the different, between the one that stabilizes and the one that disturbs. We also understand the (non) place as a place of intersection for the signification of words, in which the author function, affected by the social injunctions and conditions of production, in intradiscursively formulating the editions of the GNLP, syntagmatizes what is dispersed in the interdiscourse.

**Keywords:** Normative Grammar; Author Function; Discourse Analysis.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recortes discursivos .....	49
Quadro 2 – Recorte Discursivo I .....	72
Quadro 3 – Recorte Discursivo I: Do sujeito à função-autor .....	74
Quadro 4 – Esquema: Funcionamento.....	101
Quadro 5 – Recortes Discursivos II, III, IV .....	119
Quadro 6 – Recorte Discursivo II: Noção de língua .....	122
Quadro 7 – GNLP (1972) e CLG (1995 [1916]).....	122
Quadro 8 – Recorte Discursivo III: Formulação da inteira estrutura intelectual e didática.....	130
Quadro 9 – Reformulação dos títulos.....	132
Quadro 10 – Recorte Discursivo IV: Os sentidos da significação.....	153
Quadro 11 – Proposições.....	164





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa GNLP (1957).....	41
Figura 2 – Camões.....	42
Figura 3 – Capa GNLP (1962).....	44
Figura 4 – Capa GNLP (1972).....	45
Figura 5 – Capa GNLP (1991).....	48
Figura 6 – Dispersos – Rocha Lima .....	64
Figura 7 – Recorte entrevista .....	69
Figura 8 – Verbetes atualizados “advertência” .....	77
Figura 9 – Verbetes originais “advertência” .....	77
Figura 10 – Verbetes analógicos “advertência” .....	78
Figura 11 – Recorte entrevista .....	81
Figura 12 – Recorte entrevista .....	81
Figura 13 – Recorte entrevista .....	86
Figura 14 – Índice (GNLP, 1962).....	105
Figura 15 – Assinatura (SD8) .....	106
Figura 16 – No liminar .....	121
Figura 17 – Verbetes “rudimentos” .....	133
Figura 18 – Verbetes “poética” .....	133
Figura 19 – Capítulo 30 .....	137
Figura 20 – Capítulo 31 .....	137
Figura 21 – Citação .....	141
Figura 22 – Capítulo 30 .....	142
Figura 23 – Língua e estilo .....	146
Figura 24 – Esquema 1 .....	150
Figura 25 – Esquema 2 .....	151
Figura 26 – Exemplos .....	158



## SUMÁRIO

<b>PARTE 1 O QUE VEM ANTES DAS PERTURBAÇÕES.....</b>	<b>19</b>
1.1 UM LUGAR PARA (RE)COMEÇAR.....	21
1.2 PRÉ-FACE DE UMA TESE.....	25
1.2.1 Advertência: dizer antes sobre o que vem depois.....	26
1.2.2 Tecendo um dispositivo teórico.....	29
1.2.3 Descrevendo o objeto.....	40
1.2.4 Do objeto ao processo discursivo.....	48
<b>PARTE 2 NO ENTREMEIO CONTRADITÓRIO EM QUE SE PRODUZ A FUNÇÃO-AUTOR.....</b>	<b>52</b>
2.1 SITUANDO UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: O QUE NOS “PERTURBA”?.....	54
2.2 MOBILIZANDO UM HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO.....	56
2.2.1 A gramatização brasileira.....	58
2.3 ROCHA LIMA: UM GRAMÁTICO NO SEU TEMPO.....	61
2.3.1 GNLP: suas condições de produção.....	66
2.4 GESTOS DE INTERPRETAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO-AUTOR EM UMA <i>ADVERTÊNCIA</i> .....	72
2.4.1 Do sujeito à função-autor na produção gramatical.....	88
2.4.2 Sobre as formações imaginárias e a função-autor.....	97
2.4.3 Assinatura e ponto final: a ilusão do finito.....	106
<b>PARTE 3 “OUTRO FATOR DE PERTURBAÇÃO DA BOA ESCOLHA DAS PALAVRAS”: SOBRE SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO.....</b>	<b>111</b>
3.1 DO SENTIDO QUE “PERTURBA”.....	113
3.2 DA QUESTÃO DO SENTIDO NA LINGUAGEM.....	115
3.3 SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA.....	119
3.4 SOBRE A “INTEIRIÇA ESTRUTURA INTELECTUAL E DIDÁTICA”.....	126
3.5 OS SENTIDOS DA SIGNIFICAÇÃO.....	153
<b>PARTE 4 DO (NÃO) LUGAR DO PONTO FINAL ...</b>	<b>167</b>
4 A TENTATIVA DA FINALIZAÇÃO: O QUE NOS “PERTURBA”?.....	169
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE A - PRODUÇÕES DE ROCHA LIMA.....</b>	<b>187</b>



**PARTE 1**  
**O QUE VEM ANTES DAS PERTURBAÇÕES**



# 1 O VEM ANTES DAS PERTURBAÇÕES

## 1.1 UM LUGAR PARA (RE)COMEÇAR

Toda história começa sempre antes.  
(ORLANDI, 2001, p. 18).

Desde a antiguidade, reflete-se sobre questões de significação na linguagem e tais reflexões eram feitas no interior da filosofia, sendo, em geral, de caráter semântico, e com relação com o que hoje chamamos de sentido, como afirma Guimarães (1995). Compreender como a fluidez (ou não) do sentido, ou daquilo que se convencionou chamar de significação tem funcionado em um instrumento linguístico é o que mobilizou a escritura desta tese, a qual se vincula à nossa trajetória de pesquisa e às recentes descobertas que têm povoado nossa curiosidade na e para a produção de conhecimento nas ciências da linguagem<sup>2</sup>.

Compreendemos, a partir de Auroux (1992), que todo conhecimento é uma realidade histórica, que resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Além disso,

Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos. (AUROUX, 1992, p. 14).

Em nosso trabalho de dissertação<sup>3</sup> analisamos a emergência da heterogeneidade no discurso que prefacia a gramática, ou seja, como se apresentava o “diferente” no “mesmo”, na *Gramática Normativa*<sup>4</sup>. O objeto de análise constituía-se de quatro edições da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (GNLP), de Carlos Henrique da Rocha Lima, e observamos que o funcionamento do “diferente” no “mesmo” manifestava-se em vários momentos: nas capas, com a

---

<sup>2</sup> Conforme Guimarães e Orlandi (2006), podemos chamar ciências da linguagem todo um conjunto de disciplinas que tomam como objeto de análise a linguagem, em suas diversas relações.

<sup>3</sup> SURDI, M. I. **Gramática Normativa**: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2010.

<sup>4</sup> Todas as vezes que nos referirmos à *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* ou *Gramática Normativa*, objeto de análise deste estudo, destacaremos em itálico.

regularização verbal e renovação gráfico-imagética que indicavam o funcionamento de sentidos diferentes, afetados pelas condições de produção do fazer gramática normativa no Brasil; nos textos que compunham o pré-faciamento da GNLP, identificamos marcas de resistência e de memória. O “diferente” emergia pela resistência marcada pela posição do sujeito-gramático em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira<sup>5</sup> (NGB); e pela entrada dos saberes da ciência Linguística. O “mesmo” mostrava-se pela manutenção, pela regularidade do discurso gramatical em que emerge a memória do saber sobre a língua. A análise dessas materialidades discursivas indicou que o projeto imaginário de gramática normativa também se constitui pelo o que falha na língua, pois o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo, movimenta-se no “mesmo”, uma vez que o “diferente” é constitutivo da gramática da língua.

Atentamos para o fato de que o sujeito-gramático, na primeira edição de sua produção gramatical, datada de 1957, afirma que a gramática se organiza em três partes: fonética, morfologia e sintaxe e não apresenta justificativas para o acréscimo de uma parte intitulada *Estilística*<sup>6</sup>, com capítulos que tratam de temas relativos à significação, um deles intitulado *Significação das palavras*. Em edições posteriores, o autor renomeia uma parte de sua gramática como *Rudimentos de Estilística e Poética* e inicia com o capítulo *Funções da linguagem. Gramática e Estilística*, nesse texto justifica-se dizendo que “a Estilística complementa a gramática”. (ROCHA LIMA, 1972, p. 441). Entendemos que essa nomeação marca as tomadas de posição do sujeito-gramático, em sua função-autor, o que também marca os deslocamentos que vão acontecendo na produção gramatical, e sua justificativa marca uma tensão com os saberes gramaticais.

Neste trabalho de doutoramento, damos continuidade ao estudo sobre a produção do saber sobre a língua, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, pois compreendemos, a partir de Aurox (1992, p. 11-12), que

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

---

<sup>5</sup> A Portaria e o texto da NGB foram publicados no Diário Oficial da União, em 11 de maio de 1959.

<sup>6</sup> Os títulos e subtítulos da GNLP, nas diferentes edições, receberam destaque em itálico.



Podemos então dizer que não tratamos do mesmo objeto, pois quando tratamos de gramática, falamos de um instrumento linguístico. Em Auroux (1992), o conceito de instrumento linguístico está vinculado ao conceito de gramatização, definido pelo autor como “[...] processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. (1992, p. 65). Nesse viés, entendemos a gramática numa perspectiva discursiva, que dialoga com a História das Ideias Linguísticas (HIL), desse modo, nunca se recobre um objeto na sua totalidade ou completude e, assim, tal objeto é suscetível de sempre ser outro. Conforme Silva Sobrinho (2013), na articulação da HIL com a Análise de Discurso (AD), os instrumentos linguísticos são considerados em seu funcionamento e compreendidos como objetos simbólicos, históricos e ideológicos.

Neste trabalho, o que nos move é a busca pela compreensão de como o sujeito-gramático, em sua função-autor, trata do sentido, da significação da língua, em um instrumento linguístico que se constitui normativo. Entendemos que a gramática, enquanto instrumento linguístico, tende à homogeneização da descrição da língua, muito embora também seja sabido que a fluidez funciona e dá lugar ao heterogêneo. Em seu turno, a significação da língua parece-nos um campo em que a fluidez funciona, ao ponto de haver gramáticas que não apresentam os estudos da significação em seu índice ou em sua organização interna, em função de essa fluidez não coadunar com sua orientação teórica.

Para respondermos à inquietação que nos perturba, temos como objetivo compreender o (não) lugar dos estudos relativos à significação na produção de saberes sobre a língua na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957; 1962; 1972; 1991), para isso, voltamos nosso olhar para o processo de historicização e de formulação de diferentes edições desse instrumento linguístico. Compreendemos que na produção da GNLP, o lugar historicamente constituído de gramática, como instância de preservação, vai sendo ressignificado, por deslocamentos e contradições, pelo sujeito-gramático, em sua função-autor, pela entrada de saberes outros que passam a ter lugar nessa produção de saberes sobre a língua. Em relação à noção de lugar, trazemos à baila e nos apoiamos no que afirma Luz (2010, p. 83): “[...] o lugar não possui sentido e identidade únicos, não tem limites precisos e contém conflitos internos, isso porque nele funcionam pelo simbólico, o repetível e os jogos de força na manutenção da regularidade”. Em relação à contradição,

conforme Rasia (2004, p. 119), esta “[...] constitui-se enquanto condição de existência de toda Formação Discursiva, dada a impossibilidade de um conjunto de saberes reproduzir-se em diferentes instâncias sempre de modo homogêneo”. Na perspectiva de Costa (2015, p. 41), a contradição “[...] não é a falta de coerência nem o confronto entre enunciados, mas aquela que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito-gramático ao produzir conhecimento sobre a língua”. No que se refere à função-autor, apoiamo-nos em Castellanos Pfeiffer, ao afirmar que:

[...] a função autor se dá na cisão (no entremeio) entre as várias figuras que estão em funcionamento no discurso como: o escritor, o locutor real, o locutor fictício, o locutor que se coloca no lugar da voz da ciência universalizadora, e aquele que se coloca no lugar de uma determinada ciência e/ou teoria. Ou seja, é na confluência, na tensão do sujeito disperso que o sujeito-autor funciona, movimenta-se, produzindo o efeito de unidade. (CASTELLANOS PFEIFFER, 1995, p. 50).

Após este texto introdutório, que inicia a parte 1, intitulada **O QUE VEM ANTES DAS PERTURBAÇÕES**, apresentamos a **PRÉ-FACE DE UMA TESE** que se configura como um espaço que construímos para tratar das condições de produção deste trabalho de doutoramento e apresentar o caminho teórico-metodológico empreendido, tendo como pressuposto o funcionamento do movimento pendular próprio da Análise de Discurso, ou seja, não há separação entre a teoria e a análise, já que “[...] o dispositivo teórico-metodológico da análise de discurso se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”. (PETRI, 2013, p. 45).

Na sequência, temos a parte 2, intitulada **NO ENTREMEIO CONTRADITÓRIO EM QUE SE PRODUZ A FUNÇÃO-AUTOR**, na qual voltamos nosso olhar para a historicização da produção gramatical, situando o trabalho do sujeito-gramático, em sua função-autor, em relação ao seu tempo, mas também na relação com o horizonte de retrospectão e de projeção, nos termos de Auroux (2008). Mobilizamos, em especial, as noções de condições de produção, função-autor, formação discursiva e formação imaginária para analisar o Recorte Discursivo I – Do sujeito à função-autor.

Continuamos a nossa incursão teórico-analítica e na parte 3, “**OUTRO FATOR DE PERTURBAÇÃO DA BOA ESCOLHA DAS PALAVRAS**”<sup>7</sup>: **SOBRE SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO**, analisamos como o estudo sobre a significação é apresentado no discurso gramatical. Mobilizamos, em especial, a noção de língua para analisar o Recorte Discurso II – Noção de língua; as noções de formulação intradiscursiva (reformulação, renomeação, apagamento e acréscimo) para analisar o Recorte Discursivo III - Formulação da inteiriça estrutura intelectual e didática; e as noções relativas à significação para analisar o Recorte Discursivo IV – Os sentidos da significação.

Como última parte deste trabalho, em **DO (NÃO) LUGAR DO PONTO FINAL...** apresentamos nossas considerações em relação ao que foi desenvolvido e gestos de interpretação em relação à questão que mobilizou nossa escritura.

Assim, muito próximo do que propõe Silva Sobrinho (2011), nossa investigação se filia a uma forma específica de pensar a história do conhecimento sobre a língua, forma atenta à materialidade histórica dos objetos simbólicos, e aqui estamos considerando o instrumento linguístico gramática, que institucionaliza saberes sobre a língua, determina historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com outros falantes. Compreendemos que tratar de produção de saberes sobre a língua implica considerar, também, o modo como nos relacionamos com a língua, ora pela calma, ora pela perturbação, pois os sentidos encontram-se em permanente jogo, afetados pelas condições de produção.

## 1.2 PRÉ-FACE DE UMA TESE

### Prefácio

Assim é que elas foram feitas (todas as coisas) —  
sem nome.  
Depois é que veio a harpa e a fêmea em pé.  
Insetos errados de cor caíam no mar.  
A voz se estendeu na direção da boca.  
Caranguejos apertavam mangues.  
Vendo que havia na terra  
Dependimentos demais  
E tarefas muitas —  
Os homens começaram a roer unhas.  
Ficou certo pois não

---

<sup>7</sup> Rocha Lima (1972, p. 451).

Que as moscas iriam iluminar  
O silêncio das coisas anônimas.  
Porém, vendo o Homem  
Que as moscas não davam conta de iluminar o  
Silêncio das coisas anônimas —  
Passaram essa tarefa para os poetas.  
(Manoel de Barros)

### 1.2.1 Advertência: dizer antes sobre o que vem depois

Assim como fez o poeta, nossa tentativa será de iluminar “o silêncio das coisas anônimas”. Neste momento não somos poetas, mas escrevemos de lugares que também lidam com palavras e com silêncios; um primeiro lugar, de pesquisadora que toma a língua e a sua gramática, em seus atravessamentos, como objeto de estudo; um segundo lugar, de professora de língua e de sua gramática, também em seus atravessamentos, tomados como objeto de trabalho; e diríamos que há, se possível, um terceiro lugar, não distante dos demais, que é o de um sujeito tomado pela língua, pela gramática, mas que primordialmente usa e abusa das coisas sem nome, é atravessado pela língua e sua gramática sem se dar por conta.

No intento de iluminar alguns silêncios, construímos esta Pré-face para dizermos um pouco das condições de produção deste trabalho de doutoramento. Por mais que o imaginário relute em nos conduzir à produção de um texto supostamente completo e uno, entendemos também dessa impossibilidade, pois estamos tratando de produção e efeitos de sentido, ditos e não-ditos.

Em nossa dissertação demos início às reflexões acerca da produção gramatical de Rocha Lima. Naquele estudo trabalhamos com o propósito de compreender os movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”, suas formas de (re)aparecimento, enfim, suas regularidades no discurso gramatical. Iniciamos aquela pesquisa já partindo do pressuposto que o “diferente” está presente na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, mas desejávamos compreender de que modo ele emergia no discurso gramatical, que lugares na gramática, um espaço de contensão de sentidos, poderiam abrigar o equívoco, a falha, o deslize, enfim, o “diferente”. Assim, movíamo-nos com o interesse de compreender as diferentes possibilidades que o “diferente” tem de emergir no “mesmo”. Logo, interessou-nos investigar processos de produção de sentidos, partindo do pressuposto de que o “diferente” é o que é diverso, heterogêneo,

variado. Quanto ao “mesmo”, referíamos-nos à “gramática normativa”, nosso objeto de estudo, um instrumento que não “admite” a entrada do equívoco, da falha, do deslize. Pelo menos não admite que essa entrada seja pela “porta da frente”.

Foram as leituras teóricas, as relações com o *corpus* e o desenrolar dos movimentos de análise que nos possibilitaram compreender que:

- nas capas, havia uma regularização verbal e renovação gráfico-imagética que mostravam o funcionamento de sentidos diferentes, afetados pelas condições de produção do fazer gramática normativa no Brasil no século XX. Selecionamos uma materialidade discursiva que trouxe à tona uma memória, como consequência, levou-nos à produção de novos sentidos que implicam na reorganização da memória. As apresentações gráfico-imagéticas da GNLP remeteram os movimentos de análise, ora para uma naturalização da designação Língua Portuguesa, ora para um embate na tentativa de marcar a identidade da língua em sua designação;
- nos textos que compunham o pré-faciamento da GNLP havia marcas de resistência, de memória, de regularidade, do fluído e do imaginário, do “diferente” no “mesmo”. Nos sumários, ao observar os movimentos de inclusão, exclusão e mudança de conteúdos, bem como alterações nos nomes dos conteúdos, constatamos que esse espaço da gramática, além de orientar o leitor, constitui-se num espaço discursivo em que se mostra a regularização do discurso gramatical por meio da repetição, ou seja, o funcionamento do “mesmo”, da memória discursiva, do já dito. Eis que a norma não se apresenta somente na regra, há outros lugares nos quais emerge. Observamos que as alterações realizadas nos sumários são mínimas e justificam-se pela necessidade de o sujeito-gramático, nessa tomada de posição, atender às condições de produção (CP) de cada edição, bem como de marcar sua identificação ou não às orientações em vigor. A resistência não se dá em relação ao projeto de homogeneização proposto pelo Estado, mas ao meio de institucionalização de uma política linguística materializada na NGB.
- nas análises de concepção de língua, compreendemos que esta marcava a tomada de posição do sujeito-gramático em sua filiação/identificação à proposta saussuriana de conceber a língua, pois a elaboração da GNLP é marcada por suas condições de produção e nessas histórias emergem as marcas de uma memória discursiva ressignificada; bem como pelo trajeto de leitura de quem

trabalha nela. Rocha Lima não esteve alheio às discussões linguísticas e gramaticais, pois incorporou noções que vem do campo linguístico (o “diferente”) na produção de sua “gramática normativa” (o “mesmo”). Assim, explicita-se a relação entre o “diferente” e o “mesmo”, na presença do “diferente” no “mesmo”.

- quanto ao funcionamento das noções de língua fluida, língua imaginária, “norma-mesmo” e “anormal-diferente”, observamos que havia o funcionamento de um discurso que colocava em relação de identidade as noções de língua fluida e anormal, por meio da articulação de redes parafrásticas que remetem às definições de *delinquentes, ignorante, deficiente*, entre outras; e outro discurso que põe em relação de identidade as noções de língua imaginária e norma, por meio da articulação de redes parafrásticas que remetem a definições de *unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora, culto, código de bem falar e escrever, ideal de perfeição*, entre outras possíveis. No que tange às contradições, podemos dizer que são inerentes à constituição do instrumento linguístico em questão e que revelam as relações contraditórias do sujeito-gramático com sua própria língua.
- na análise do texto de *Advertência* observamos o funcionamento da tomada de posição do sujeito que se movimentava entre a homogeneização (“mesmo”) e a autoria (“diferente”) no processo de emergência e instauração de uma política linguística. O “diferente” mostrava-se pela resistência marcada pela tomada de posição do sujeito-gramático em relação à adesão à Nomenclatura Gramatical Brasileira. O “mesmo” mostrava-se pela manutenção, pela regularidade do discurso gramatical em que emerge a memória do saber sobre a língua.

A análise dessas materialidades discursivas, em nosso trabalho de dissertação, mostrou-nos que o projeto imaginário de *Gramática Normativa* também se constitui pelo o que falha na língua, pois o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo, movimenta-se no mesmo, uma vez que o diferente é constitutivo da gramática da língua.

Para este trabalho de doutorado, também perseguimos no fio do discurso a produção de efeitos de sentido que perturbam a língua da *Gramática Normativa* e entendemos que essa perturbação é da ordem do “diferente”. Na escritura desta tese, a inquietação que nos move é a de como as noções relativas à significação (e ao sentido) tem ou não lugar na produção gramatical do sujeito-gramático.

## 1.2.2 Tecendo um dispositivo teórico

Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. (ORLANDI, 2005a, p. 39).

Como já assinalamos, este trabalho se constitui a partir do diálogo entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas<sup>8</sup>, o ponto de encontro entre esses dois domínios tem se mostrado bastante produtivo àqueles que pretendem investir na articulação entre língua, sujeito e história, para compreensão dos processos de produção de sentido.

A AD é considerada por Pêcheux (1999, p. 14) como “disciplina da interpretação”, capaz de construir “procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”. (p. 14). Para Orlandi (2005a), a análise de discurso configura-se como herdeira de três regiões do conhecimento, entrelaçando Psicanálise, por meio de uma releitura lacaniana de Freud ao repensar as questões de sujeito; do Materialismo, ao propor uma releitura de Marx e que a materialidade discursiva é de caráter ideológico; e da Linguística, ao reler Saussure e retomar a noção de língua e interrogar sobre método e objeto.

Assim, a AD é uma disciplina que se faz no “entremeio” e constitui-se como “uma disciplina não positiva, isso porque ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente” (ORLANDI, 2005a, p. 23). A AD, para a autora, se constitui como uma forma de conhecimento de entremeio que questiona as maneiras de ler, propõe a crítica às evidências, expõe o olhar do leitor à opacidade do texto e que assim produz um modo de relação com a interpretação.

Segundo Orlandi (2002), a AD não trata da gramática e da língua, embora sejam coisas que lhe interessem. Ela trata do discurso, que, etimologicamente, tem a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. “É no discurso que podemos perceber o lugar onde a história trabalha, fazendo a diferença, pois ela

---

<sup>8</sup> A História das Ideias Linguísticas tem como marco inicial, no Brasil, um projeto colaborativo entre a Universidade de Paris 7 e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), datado de 1987. Nas palavras de Nunes (2008), a HIL se historiciza no Brasil sob o aporte dos trabalhos de Sylvain Auroux, desenvolvidos na França, e a partir de trabalhos desenvolvidos por um grupo de pesquisadores sob a liderança de Eni Orlandi, grupo esse que, também em 1987, dá início no Brasil ao projeto de área intitulado “Discurso, Significação, Brasilidade”. Destaca-se que o programa de pesquisa então proposto objetivava aliar a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, com vistas a contribuir com o modo de pensar e trabalhar as questões de língua.

comporta o contraditório, o conflitante, o instável”. (PÊCHEUX, 1999, p. 15). A AD tem como objeto de estudo os “[...] espaços discursivos não estabilizados logicamente, derivando dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, registros do cotidiano não estabilizado (universo das crenças, mundos possíveis...)”. (p.15).

Sobre a relação entre a AD e a HIL, Nunes (2008) expõe que ela reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as “ciências da linguagem”.

A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção. A denominação ciências da linguagem, no plural, marca a perspectiva de se considerar os estudos da linguagem na diversidade em que eles apresentam no tempo e no espaço. (NUNES, 2008, p. 109).

A HIL, conforme Nunes (2008), concebe as gramáticas, dicionários, normas, etc, como instrumentos linguísticos e por considerar a historicidade, também os concebe como objetos discursivos. O enlace entre HIL e AD ocorre na medida em que a AD faz com que esses objetos discursivos sejam relacionados as suas condições de produção e tomados como modos específicos de produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas e que tecem determinados efeitos para os sujeitos, para os sentidos e para a história dos saberes. Por isso, “[...] esse vínculo AD-HIL joga no entremeio da constituição disciplinas da AD e põe em movimento o político que necessariamente constitui as línguas”. (NUNES, 2008, p. 107).

Para Nunes (2008), a AD, por levar em consideração a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, contribui consideravelmente para o estudo das ideias linguísticas, pois as leituras realizadas remetem o discurso as suas condições de produção. O conceito de condições de produção, tal como formulado na Análise de Discurso, considera os fatores extralinguísticos para que se compreendam os discursos dos sujeitos. Ao encontro de tal ideia, Pêcheux (1997 [1975], p. 78) assevera que

Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos com um funcionamento mas com a condição de apresentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão



em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de 'condições de produção'.

Não apresentaremos de modo exaustivo todas as noções teóricas formuladas nos campos teóricos de referência, ou seja, AD em diálogo com a HIL, para proceder à análise do *corpus*, nesta Pré-face da tese, pois, como já indicamos, tomamos como pressuposto o funcionamento do movimento pendular, conforme Petri (2013). No percurso de escritura das partes 2 e 3 mobilizamos as noções que sustentam teoricamente o movimento analítico e nos ajudam a construir o dispositivo teórico, ao mesmo tempo em que nos guiam em nosso olhar analítico no gesto de leitura de compreensão do processo de funcionamento do discurso, em relação à sua exterioridade constitutiva. No que se refere ao olhar analítico, o consideramos como “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação”. (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 57).

Neste espaço, o qual intitulamos como Pré-face de uma tese, buscaremos cumprir a tarefa de refletir teoricamente sobre gramática, pois, como estamos sinalizando desde o princípio, no desenvolvimento deste trabalho trataremos especificamente desse instrumento linguístico. E como Orlandi (2005a, p. 15) nos ensina, “[...] a própria palavra gramática como a palavra língua podem significar coisas muito diferentes por isso as gramáticas e a maneira de se estudar a língua são diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências em autores diversos”. Partimos da noção de que gramática é uma materialidade discursiva e constitui-se em um projeto que visa a dar unicidade e identidade a um conjunto heterogêneo, privilegiando, pelo menos, dois aspectos: o sujeito falante e o Estado-Nação que o representa e que é representado nele.

Refletir sobre gramática já não é mais privilégio dos estudiosos da linguagem, *stricto sensu*, tendo em vista que as relações de sinonímia disseminaram novos espaços para o funcionamento dessa designação. Surdi e Petri (2010) consideram que atualmente a designação<sup>9</sup> “gramática” tem sido amplamente utilizada e os

---

<sup>9</sup> Caracterizamos o processo de designação de acordo com Guimarães (1995, p. 74), o qual afirma que “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença”. Quando se designa, um sentido é instaurado e, como consequência, apagam-se outros possíveis sentidos, muito embora estes outros sentidos possam sempre retornar, o que depende das alterações de condições de produção, das tomadas de posição dos sujeitos, etc.

sentidos que se produzem acompanham a variedade de situações à qual ela se mostra adequada.

Mas antes de adentrarmos neste tempo presente, precisamos conhecer e compreender o processo de instituição da gramática ocidental tradicional, bem como que conceitos de gramática perpassam nessa trajetória. Isso nos remonta a séculos de história, necessariamente à gramática grega, produzindo efeitos de sentido que deram à gramática ocidental tradicional muitas de suas características.

No entanto, reiteramos pelas palavras de Nunes (2007) que a história é aqui historicidade que permite observar os processos de constituição de sentido e o modo como se desconstroem as ilusões de clareza e precisão. Nesse viés, quando se historiciza, as pistas linguísticas “[...] explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos que localizam deslocamentos e rupturas”. (NUNES, 2007, p. 374). Considerada como constitutiva na produção de sentidos, e o analista, precisa promover o deslocamento história/historicidade, pois é o trabalho com a noção

Ao considerar que tal conceito tem variado no âmbito das diversas correntes teóricas da ciência Linguística, tomamos como referência Aurox e Orlandi. Também optamos por eleger dicionários como uma porta de entrada para a compreensão do conceito de gramática, sem, no entanto, neste momento, problematizarmos sobre os conceitos apresentados.

Enquanto estudiosos da língua, filiando-nos a uma perspectiva discursiva que dialoga com noções da HIL, colocamo-nos em uma posição que objetiva perseguir possíveis sentidos no que tange a concepção de gramática e isso implica buscar sentidos na história, sentidos que constituem a gramática e mais especificamente a gramática brasileira.

Nas palavras de Aurox (1992), a ideia de gramática está diretamente vinculada à escrita, a palavra *gramática* tem origem no grego *gramma* (letra), o autor diz que tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, ou seja, é a escrita que permite um “pensar” sobre a linguagem: “O processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior”. (AUROUX, 1992, p. 20).

No início dos estudos linguísticos humanos, não havia a necessidade de estudos gramaticais, “um corpo de regras explicando como construir palavras,

mesmo que sob a forma implícita de paradigmas” (AUROUX, 1992, p. 25) para aprender a falar. A gramática surge não para se aprender a falar, mas sim para compreender um texto.

Para Orlandi (2007a), as gramáticas são objetos históricos, são instrumentos linguísticos e constituem um lugar de construção e representação da unidade e da identidade (Língua/Nação/Estado), por meio do conhecimento, em uma tentativa de salvaguardar a língua. Esse movimento de salvaguardar a língua está ligado ao processo de gramatização, ou seja, sistematizar para transmitir o saber linguístico, o que implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua corretamente. O saber gramatical indica a escolaridade do sujeito e lhe dá o estatuto de falar corretamente porque domina as regras da língua através da sua descrição. Além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, o saber gramatical tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições.

Nesse sentido, o castelhano foi a primeira dessas línguas a ter uma gramática escrita, sob a autoria foi de Antonio Nebrija e publicada em 1492. Auroux (1992) esclarece que Nebrija atribuía três finalidades à sua gramática: fixar a língua, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças e permitir aos estrangeiros aprender o castelhano.

Em relação às primeiras gramáticas do português, essas têm como ano de referência 1536 e a mais famosa é a de João de Barros, publicada em 1540. Esse mesmo processo se realizou na França, combinando “o prestígio social da variedade falada em situações monitoradas pela aristocracia no centro político do país [...] e o cultivo de uma escrita vernácula latinizada, isto é, de uma imitação adaptada à língua moderna de modelos estilísticos dos escritores latinos clássicos”. (AUROUX, 1992, p. 145).

Diante do exposto, entendemos que as causas que agem sobre a produção de saberes sobre a língua são extremamente complexas. Explicitamos isso tomando como base Auroux:

O purismo e a exaltação da identidade nacional com seu acompanhamento de constituição / preservação de um *corpus* literário (seja religioso ou profano), são, por exemplo, fenômenos quase universais na constituição,

espontânea ou por transferência, dos saberes lingüísticos. Suas causas podem entretanto ser muito diversas: o aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo etc. (AUROUX, 1992, p. 28-29).

Os movimentos relatados anteriormente condizem com as ideias expostas na citação de Auroux, bem como, evidencia-se a presença de gramáticas escritas, pois há vestígios significativos de que não existe verdadeiro saber gramatical oral (SURDI, 2010). Apoiando-nos em Auroux (1992, p. 19), “a *lingüística popular*, em seu estado de pensamento selvagem, pertence a outro registro”, enfim, “os fatos justificam *a posteriori* a etimologia da palavra gramática (do grego *gramma*, letra)”. O que emerge disso é o fato de que se valida, valoriza, institui-se a letra, a escrita, como verdadeiro saber metalingüístico, como lugar da permanência, fixação do saber.

Orlandi (2001) considera as gramáticas como objetos vivos, por haver uma relação desses instrumentos com a sociedade e com a história, transformam partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições e sua ordem cotidiana. No que se refere à gramática normativa, para Orlandi (2009) a mesma tem o objetivo de prescrever normas ou ditar regras de correção para o uso da linguagem.

Na perspectiva de Gramsci (2002), a gramática é histórica e é construída no processo diário de comunicação da sociedade. Nesse viés, uma gramática “[...] é a ‘fotografia’ de uma determinada fase de uma linguagem nacional (coletiva), historicamente formada e em contínuo desenvolvimento” (p. 141) e como fotografia ela pode ser paralisada, podendo ser também contemplada e estudada.

Na medida em que a gramática tende a unificar-se seja como território, seja como cultura, isto é, na medida em que existe nesta sociedade uma camada dirigente cuja função é reconhecida e seguida, seria possível esboçar um quadro da gramática normativa que opera espontaneamente em toda sociedade determinada. (GRAMSCI, 2002).

As gramáticas normativas escritas tendem a abarcar todo um território nacional e todo o volume lingüístico, a fim de criar um conformismo lingüístico nacional unitário, o qual, de resto, põe em um plano mais elevado o individualismo expressivo, já que cria um esqueleto mais robusto e homogêneo para o organismo

linguístico nacional, do qual cada indivíduo é o reflexo e o intérprete. (GRAMSCI, 2002).

Também optamos por eleger dicionários como uma porta de entrada para a compreensão do conceito de gramática, sem, no entanto, neste momento, problematizarmos os mesmos. Como explicam Petri e Scherer (2016), ao utilizarmos o dicionário como fonte de pesquisa:

O que temos é uma produção de efeitos de sentidos que vão auxiliar o leitor, quando de sua busca por verbetes x, y ou z, na constituição de um imaginário sobre a língua, tendo a significação do e no dicionário como unidade (texto) passível de estar em uma completude e em uma quimera de totalidade. (p. 363).

Nosso trajeto de leitura inicia com o *Dicionário de Linguística* (DUBOIS, 1992), que se trata de um dicionário com verbetes para termos gramaticais e linguísticos, escolas linguísticas, domínios disciplinares e conceitos tomados de empréstimo a ciências fronteiriças e funciona com um sistema de referências cruzadas que articulam os verbetes entre si no qual encontramos. Nesse dicionário encontramos que o termo “gramática”<sup>10</sup> tem várias acepções de acordo com as teorias linguísticas e pode-se reter quatro principais:

- a primeira diz respeito ao fato de que a “gramática” é a descrição completa da língua, dos princípios de organização da língua e comporta diferentes partes: uma fonologia (estudo dos fonemas e das suas regras de combinação), uma sintaxe (regras de combinação dos morfemas e dos sintagmas), uma lexicologia (estudo do léxico) e uma semântica (estudo dos sentidos dos morfemas e suas combinações);
- a segunda acepção, apresenta “gramática” como a descrição dos morfemas gramaticais e lexicais, o estudo das suas formas (flexão) e das suas combinações para formar palavras (formação de palavras) ou frases (sintaxe). Nesse caso, a “gramática” opõe-se à fonologia (estudo dos fonemas e das suas regras de combinação); confunde-se com o que se chama também uma morfossintaxe.
- para a terceira, “gramática” é a descrição dos morfemas gramaticais (artigos, conjunções, preposições, etc.), excluindo os morfemas lexicais (nomes, adjetivos, verbos, advérbios de modo), e a descrição das regras que regem o

---

<sup>10</sup> Os verbetes receberam destaque entre aspas.

funcionamento dos morfemas na frase. A “gramática” confunde-se, desse modo, com a sintaxe e opõe-se à fonologia e ao léxico, comportando o estudo das flexões, porém exclui o estudo da formação das palavras (derivação).

- em linguística gerativa, a “gramática” de uma língua é o modelo da competência ideal que estabelece uma certa relação entre o som (representação fonética) e o sentido (interpretação semântica). A “gramática” gera um conjunto de descrições estruturais que englobam cada uma estrutura profunda, uma estrutura de superfície, uma interpretação semântica da estrutura profunda e uma representação fônica da estrutura de superfície.

Numa leitura inicial, consideramos que a GNLP aproxima-se da primeira acepção de “gramática”, visto que o sujeito-gramático, em sua função-autor, apresenta uma descrição da língua em suas diferentes partes e acrescentamos que também prescreve normas para o bom uso da língua estabelecendo a sua disciplina gramatical.

No *Dicionário de Linguística e Gramática* de Câmara Júnior (1986), cuja primeira edição é de 1956 e, conforme Dias (2011), trata-se de um dicionário de Linguística, voltado para a Língua Portuguesa e que foi publicado em 1956, com o título *Dicionário de fatos gramaticais*, reintitulado em 1964 para *Dicionário de filologia e gramática: Referente à língua portuguesa* e novamente reintitulado em 1977 como *Dicionário de lingüística e gramática: Referente à língua portuguesa*, temos uma primeira acepção para “gramática” como o estudo de uma língua examinada como sistema de meios de expressão. Prossegue explicando que é o estudo da morfologia e dos processos de estruturação do sintagma, bem como dos traços fônicos, e da grafia correspondente, que permitem a apreensão linguística pela distinção acústica dos elementos enunciados. Desse modo, a gramática divide-se em três partes gerais, respectivamente: a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe. Temos, assim, uma gramática chamada descritiva, pois se propõe fazer a descrição da língua. O autor apresenta uma segunda acepção, a de “gramática normativa”, aquela que estabelece numa língua dada a sua disciplina gramatical. A terceira acepção diz respeito à “gramática histórica”, à apresentação metódica da história interna de uma língua.

Câmara Júnior (1986, p. 98) também apresenta um conceito para disciplina gramatical, como o “conjunto de prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito”, no que diz respeito às suas formas, tipos

de frase, vocabulário, pronúncia e ortografia. Na língua escrita, a disciplina gramatical baseia-se no uso literário, ou seja, no uso dos grandes escritores de determinada época.

Em relação ao nosso objeto de análise<sup>11</sup> há um conceito para “gramática”, já na 1ª edição da *Gramática Normativa* (1957), anterior à publicação da NGB, na *Introdução*:

Uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar ‘o uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta. (ROCHA LIMA, 1957, p. 09).

Compreendemos que o conceito de gramática apresentado na GNL (1957) aproxima-se da primeira e segunda acepções de gramática desenvolvidas por Câmara Júnior, uma vez que para a primeira acepção tem-se a relação de língua como sistema de meios de expressão (ideal de expressão), e para a segunda acepção tem-se a relação com a disciplina gramatical (norma).

É interessante observar que no conceito apresentado pelo sujeito-gramático, a gramática é sinônimo de disciplina, já não se concebe mais a gramática como uma arte. (SURDI, 2010).

Na 15ª e 31ª edições, o sujeito-gramático mantém o conceito para gramática e a designa como “normativa”, além de incluir uma nota de rodapé distinguindo gramática normativa de gramática descritiva:

Distingue-se, assim, a gramática normativa da gramática descritiva, que examina a língua como “sistema de meios de expressão”, sem levar em conta a sua utilização imediata como código de bem falar e escrever. É claro que trata de disciplinas interdependentes, porém de finalidades distintas. (ROCHA LIMA, 1972, p. 06).

Podemos dizer que há modos ou posições “diferentes” de se conceber a gramática e é nessa esteira, para além da classificação normativa ou descritiva, que Surdi e Petri (2010) organizam um conjunto de acepções e apresentam o que entendem a respeito dessa noção: a gramática é, antes de tudo, resultado de um longo e complexo processo de gramatização da língua portuguesa do Brasil; trata-se de um instrumento linguístico que revela traços da história de uma língua herdada

---

<sup>11</sup> O *corpus* e objeto de análise serão descritos na sequência.

de Portugal, entendida como plena em memória, com suas lacunas e saturações; historicamente a gramática funciona para a consolidação das políticas linguísticas desenvolvidas no país; trata-se de um objeto da cultura material; um livro que regula o que se pode e se deve dizer em “bom” português; lugar que contém o saber sobre a língua; enfim, um manual de bem falar e de bem escrever; e, em última instância, ferramenta política que funciona na duplicidade do movimento de apagamento da diversidade étnico-linguagem do Brasil (o “diferente”) e a institucionalização de uma língua-nação una e forte (o “mesmo”).

Na *Gramática Normativa*, em estudo, compreendemos que se pretende um efeito de controle, mas os sentidos fluem. Assim, podemos questionar como o sujeito-gramático, em sua função autor, trata do sentido, da significação da língua, em um instrumento linguístico que se constitui normativo.

Para responder à essa questão de pesquisa que baliza o nosso gesto de leitura e interpretação, mobilizamos em nosso dispositivo teórico as noções que nos ajudam a tecer nosso gesto analítico na leitura do *corpus*.

Orlandi (2005a) afirma que a escrita em AD se funda na relação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, nas palavras de Petri (2013), no movimento pendular. O dispositivo teórico (DT) é formulado pela teoria do discurso e o dispositivo analítico (DA), pelo próprio analista a cada análise e é definido em função da questão proposta pelo analista, pela natureza do material de análise e pela finalidade da análise. Assim, em seu gesto de leitura, o analista pode mobilizar conceitos que outro analista não mobilizaria, trilhando sempre caminhos diferentes

Nas palavras de Orlandi (2005a), a constituição do *corpus* e sua análise, em AD, estão diretamente relacionadas, pois ao se decidir o que faz parte do *corpus*, já se decide sobre as propriedades discursivas do que é selecionado, por meio de uma construção do próprio analista. Entendemos que a análise é um processo que inicia pelo estabelecimento do *corpus* e que se organiza em função da natureza do material de arquivo disponível, bem como da pergunta que o organiza. Para Pêcheux (1997a), o arquivo está entre a materialidade da língua e da história e, em sentido amplo, constitui-se no “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 51). Entendendo essa relação com a historicidade, não há como dissociar arquivo e condições de produção e, portanto, somos interpelados ideologicamente ao constituir o que faz parte do arquivo.



Orlandi (2005a; 2005b), com base em Pêcheux (1995 [1988]), descreve três etapas envolvidas no tratamento do objeto de análise: parte-se da superfície linguística ao objeto discursivo e, deste, para o processo discursivo. Na primeira, o analista trabalha com a superfície linguística (o *corpus* bruto), para chegar a um objeto teórico, a um objeto linguisticamente de-superficializado. O processo de de-superficialização consiste na análise da materialidade linguística: o como se diz, quem o diz, em que circunstância, etc. Observa-se, nessa segunda etapa, “[...] o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise”. (ORLANDI, 2005b, p. 67). Por fim, do objeto para o processo discursivo, chega-se à relação entre as formações discursivas e à ideologia, à compreensão sobre a constituição dos sentidos do discurso.

De acordo com Pêcheux (1995 [1988]), a expressão “processo discursivo” refere-se ao “[...] sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre os elementos linguísticos em uma dada formação discursiva” (1995, [1988], p. 161). Assim, nesse percurso, o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação que são tecidos na historicidade e “[...] observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua”. (ORLANDI, 2005b, p. 68).

Considerando o objetivo que instiga a escritura desta tese: compreender como o sujeito-gramático, em sua função-autor, trata do sentido, da significação da língua, em um instrumento linguístico que se constitui normativo, chegamos à constituição do arquivo, a partir do qual constituímos o *corpus* de nossa pesquisa, que descrevemos adiante, e que constituem o nosso objeto de análise:

- a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (GNLP), de Carlos Henrique da Rocha Lima, em suas 1ª (1957), 7ª (1962), 15ª (1972) e 31ª (1991) edições.

Cada edição selecionada vem marcada de maneira singular: a edição de 1957, por se tratar da primeira versão da GNLP e foi publicada “[...] em uma conjuntura em que o saber gramatical é fortemente criticado pela dispersão terminológica e falta de critérios e métodos”. (COSTA, 2015, p. 114); a 7ª edição, publicada em 1962, é uma versão pós-NGB e marca essa informação na capa como “ADAPTADA À NOMENCLATURA GRAMATICAL”; a 15ª edição, publicada em 1972, vem com mudanças internas, em nossa leitura, tratam-se de efeitos das contribuições da Linguística, e com uma nova capa, destacando que fora

“refundida”; e a 31ª edição, datada de 1991, apresenta-se, também, com nova capa e com a formulação de “retocada e enriquecida”. Além dessas singularidades, compreendemos que

Cada uma das obras que selecionamos para a nossa pesquisa projeta um horizonte de retrospectção e também de projeção, na medida em que estão inscritas na história e só significam pela sua relação com os conhecimentos já sabidos e partilhados, ao mesmo tempo em que se colocam no limite entre o já conhecido e o dado a conhecer. (COSTA, 2015, p. 110).

Ao construir esse *corpus*, compreendemos que as edições são versões, como nos ensina Orlandi (2008), no sentido de que as versões do texto não se tratam do mesmo texto ou obra, mas, sim, uma formulação em relação a outras possíveis e não repetições.

### 1.2.3 Descrevendo o objeto

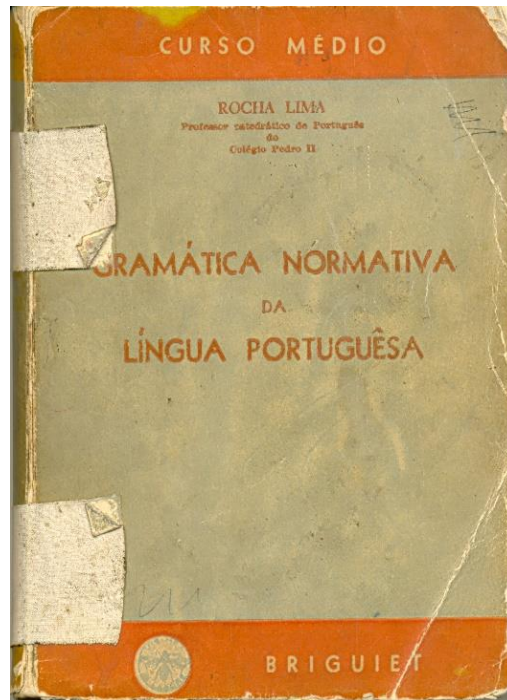
Guimarães (2004a) afirma que o trabalho na história das ideias linguísticas envolve três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção do conhecimento e as obras que formulam esse conhecimento. Interessa-nos, então, olhar para as obras considerando que, assim, como outros instrumentos linguísticos, a GNLP trata-se de uma obra marcada por uma relação muito particular com um dos acontecimentos institucionais decisivos da ação normativa do Estado sobre a língua do Brasil. Importa destacar, também, que esta obra foi publicada anteriormente ao estabelecimento da NGB, considerando também que nosso interesse por esse instrumento linguístico está, inclusive, ligado ao fato de que se mantém “reeditada, enriquecida, retocada” e, até mesmo, “refundida” em edições até hoje (GUIMARÃES, 2004a).

Passemos à descrição das edições:

#### a) GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – 1957

A GNLP teve sua 1ª edição publicada em maio de 1957, pela Editora Briguiet.

Figura 1 – Capa GNLP (1957)



Fonte: Rocha Lima (1957).

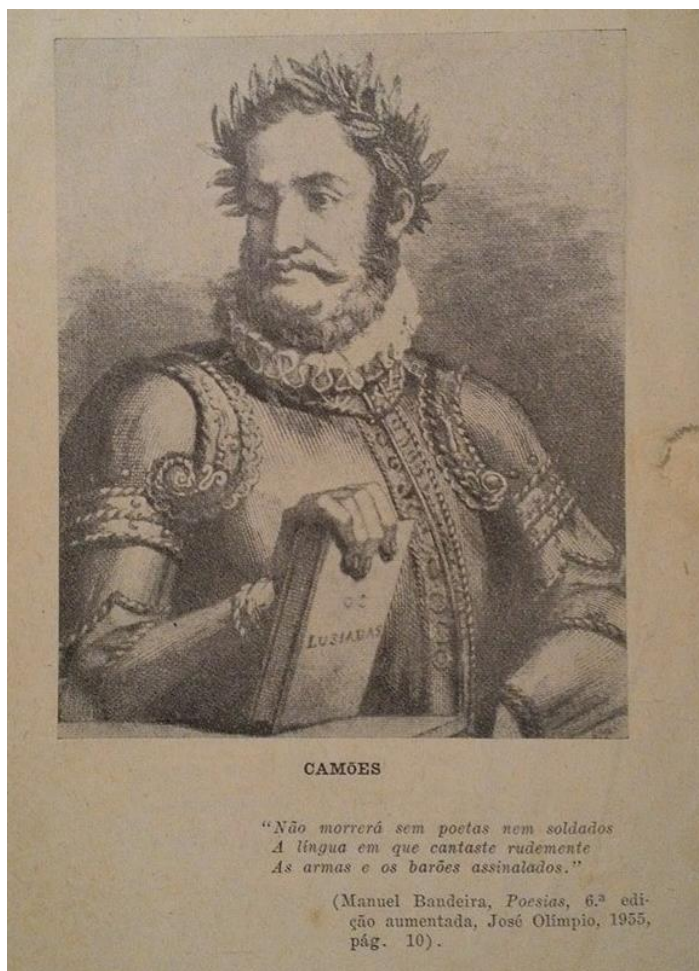
Conforme Surdi (2010), da **1ª edição** até a 14ª edição, ou seja, de 1957 a 1969, temos a mesma capa. Nela, o nome da gramática aparece de forma centralizada, é o título da obra que tem destaque: *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, ou seja, especificamente da Língua Portuguesa, pois nesse contexto da produção do conhecimento sobre a língua é necessário marcar a identidade da língua em sua designação. Isso porque o nome da língua estava em discussão, e com ele a identidade de um povo que vivia o processo de gramatização. Segundo Orlandi (2007b), com o claro estabelecimento do Estado brasileiro e a garantia da diferença em relação a Portugal, as gramáticas têm a função de manter em sua configuração os limites da identidade brasileira.

Na capa dessa edição, por meio da formulação CURSO MÉDIO o sujeito-gramático indica a qual nível de ensino destina-se esse instrumento linguístico.

Ao abrir a gramática, logo visualizamos um breve currículo de Rocha Lima e na sequência uma lista de suas obras, subdivididas em trabalhos filológicos; conferências literárias; livros didáticos; e em preparação. A seguir, uma imagem de Luís Vaz de Camões, acompanhada dos versos do soneto “A Camões”<sup>12</sup>:

<sup>12</sup> A imagem de Camões e os versos do soneto são mantidos até hoje na GNLP.

Figura 2 – Camões



Fonte: Rocha Lima (1957).

Se na capa ocorre a marcação de identidade da língua em sua designação Língua Portuguesa, compreendemos que na composição Camões e Bandeira há um funcionamento de entremeio, no qual o sujeito-gramático não escapa da construção de uma linearidade entre Portugal e Brasil e uma linearidade entre língua e território. Em nossa leitura, o sujeito-gramático, em sua função-autor, constrói uma rede de legitimação dos saberes sobre a língua trazendo autores consagrados, neste caso Camões e Bandeira, bem como, Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto.

Nas páginas seguintes, o sujeito-gramático dedica a obra a Antenor Nascentes, designando-o como Professor Emérito do Colégio Pedro II, além de escrever que se trata de uma homenagem da geração que estudou Português nas páginas admiráveis de “O Idioma Nacional”.

O Prefácio da GNLP foi produzido por Serafim da Silva Neto, que enaltece tanto o instrumento linguístico, quanto o gramático:

Grande e extraordinário professor, magistral comentador de Rui Barbosa, profundo exegeta da linguagem clássica, espírito ordenado e disciplinado, estava em condições privilegiadas para dotar a língua portuguesa com uma gramática que, sem erro ou fastio, lhe desse as normas cultas do bem escrever e do bem falar. (SILVA NETO, 1957, II).

Após o texto intitulado Prefácio, temos o “início” do instrumento linguístico, em letras maiúsculas, em negrito, praticamente no topo da página:

## **GRAMÁTICA SUA DIVISÃO**

A *Gramática Normativa* está organizada em 34 capítulos, distribuídos nas seguintes partes: *Fonética*; *Morfologia*; *Sintaxe*; *Estilística*. No entanto, o sujeito-gramático ao apresentar a divisão da gramática (1957, p.10), elenca somente *Fonética*; *Morfologia* e *Sintaxe* e a *Estilística* não é apresentada. Teremos conhecimento da *Estilística* ao manusear a gramática, consultando o índice que fica nas últimas páginas. Essa forma de discursivizar a divisão da gramática e situar a *Estilística* dentro de um espaço que prima pela normatização dos sentidos, nos impulsionou a refletir sobre o lugar dado, ou não, para o estudo da significação na GNLP.

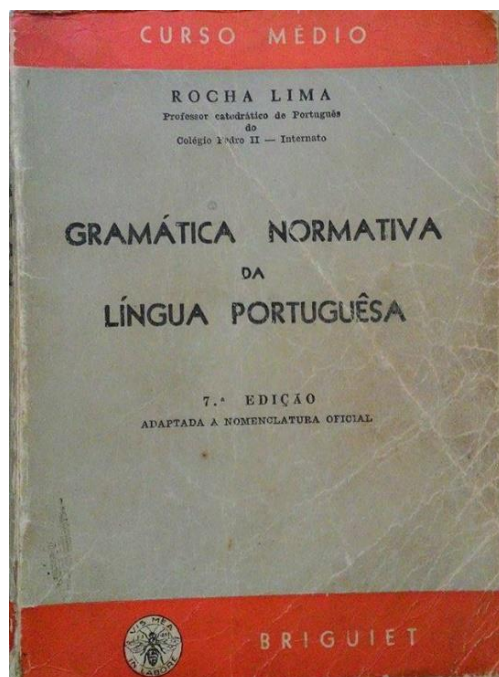
### **b) GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – 1962**

Para este trabalho trazemos um exemplar da **7ª edição**<sup>13</sup>, de 1962, que contém o texto *Advertência da terceira edição* (1959), o qual será objeto pontual de análise na Parte 2 deste estudo. A primeira versão da GNLP pós-NGB foi publicada em 1959.

---

<sup>13</sup> Para este trabalho trazemos um exemplar da **7ª edição**, de 1962, que contém o texto *Advertência da terceira edição*, pois não localizamos nenhum exemplar da edição de 1959.

Figura 3 – Capa GNLP (1962)



Fonte: Rocha Lima (1962).

Na capa dessa edição ocorre a manutenção da formulação CURSO MÉDIO, na qual o sujeito-gramático indica a qual nível de ensino destina-se esse instrumento linguístico. Nesta capa há o acréscimo da formulação “ADAPTADA À NOMENCLATURA GRAMATICAL”.

Estabelecendo um comparativo quanto à organização das edições (1ª e 7ª edições), observamos alguns aspectos da gramática em que houve novas formulações. O que temos de diferente nesta 7ª edição foi: o acréscimo da *Advertência da terceira edição*, intitulada *AO PROFESSOR* e assinada por Rocha Lima; temos também um novo texto chamado *PÓRTICO (da segunda edição)*, também escrito pelo sujeito-gramático.

Esta edição permanece organizada em 34 capítulos, distribuídos entre *Fonética*; *Morfologia*; *Sintaxe*; *Estilística* e a estilística não constitui uma das partes da GNLP, conforme consta na apresentação (1962, p. 10).

Após o último capítulo, houve o acréscimo de um *Apêndice*, contando com a Portaria Ministerial n. 152 (referente à NGB) e um item intitulado de Pontos da “Nomenclatura Gramatical Brasileira” que não coincidem com a doutrina da *Gramática Normativa*. Essas formulações nos servem como ponto de referência para

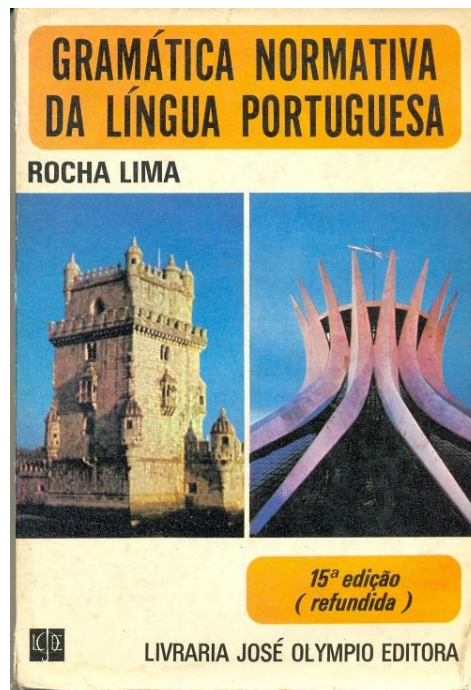


a reflexão de propomos desenvolver sobre o (não) lugar da significação no instrumento linguístico em análise.

### c) GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – 1972

A **15ª edição** foi publicada em 1972 pela Livraria José Olympio Editora, com nova capa e com a informação de que foi “refundida”. Em comparação às outras duas edições, esta passou por formulações mais significativas que vão desde a composição gráfico-imagético até a organização interna, bem como conteúdo.

Figura 4 – Capa GNLP (1972)



Fonte: Rocha Lima (1972).

Sobre a composição gráfico-imagética, Surdi (2010), a partir de Belmiro (2000), explica que a década de 1970 é um período de influências intensas da Teoria da Comunicação, na qual o livro didático abandona a limitação do preto-e-branco, isto é, a folha branca como espaço vazio para a chegada do texto em preto, e toma cor. Assim, se ocorrem mudanças nos livros didáticos, as gramáticas também podem ser afetadas. Porém é interessante atentar que as capas apresentavam-se em uma composição de imagens e cores, já o interior das obras

permanecem iguais, o “mesmo”, numa tentativa, em nossa leitura, de manutenção da seriedade teórica.

De acordo com a análise que desenvolvemos em nosso trabalho de dissertação, em 2010, a capa da 15ª edição é composta de textos, título da obra, nome do autor, edição e editora, e imagens fotográficas. À esquerda, temos a Torre de São Vicente, também chamada Torre de Belém, que foi construída em homenagem ao santo patrono de Lisboa, São Vicente, cuja função era preservar, proteger o território.

Comprendemos que o uso de tal imagem coloca em funcionamento a memória de preservação, de proteção de um outro tipo de território: o da língua e, assim, ressoam sentidos que vêm da memória de colonização do Brasil. À direita, temos na composição da capa a Catedral de Nossa Senhora Aparecida, também conhecida como Catedral de Brasília, que foi construída no período de 1959 a 1970. Cabe destacar que a década de 50, período do governo JK, é considerada um momento-chave em função da construção de Brasília e de todo um processo de modernização. Nas palavras de Mariani e Medeiros (2007), com Brasília retomava-se um antigo sonho, constante no imaginário brasileiro, o de um paraíso terrestre. Brasília tinha uma memória e trazia consigo memória sobre povo e terra, resolvendo no imaginário brasileiro questões sobre a terra brasileira, sobre os povos e sobre a nação. Nesse viés, na leitura de Surdi (2010, p. 80),

[...] o uso das duas imagens em um mesmo plano coloca em funcionamento dois movimentos de memória, um que satura e outro que esquece: o de preservação e o de atualização. Ao mesmo tempo em que se coloca em funcionamento um discurso sobre o passado, constitutivo da história; faz-se necessário prestigiar o que é novo e que também passa a constituir a língua e, por conseguinte, sua nação e seu povo.

Nesta edição a GNLP está organizada em 34 capítulos, distribuídos entre *Fonética e Fonologia; Morfologia; Sintaxe; Rudimentos de Estilística e Poética*. Na formulação desses títulos ocorre a inclusão de *Fonologia* e a reformulação de *Estilística* para *Rudimentos de Estilística e Poética*. Ocorre o apagamento do texto *Advertência da terceira edição*, intitulado *AO PROFESSOR; o PÓRTICO (da segunda edição)*; do *Apêndice* referente à NGB; e alguns títulos de capítulos são reformulados ou renomeados.



Em contrapartida, ocorreu o acréscimo de um texto intitulado *NO LIMINAR* (desta 15ª edição), assinado por Rocha Lima; o Índice Geral passou a fazer parte das páginas iniciais da gramática; também ocorreu o acréscimo de uma *Introdução* que abarca os seguintes itens: *Linguagem; Língua e estilo; Língua-comum e suas diferenciações; Dialeto; Calão, gíria e língua profissional; Gramática Normativa – definição e divisões; Conceito de correção*. No texto *Introdução* (1972, p. 6) o sujeito-gramático não faz menção aos *Rudimentos de Estilística e Poética*.

Importa destacar que o texto *NO LIMINAR* teve como base uma dissertação produzida por Rocha Lima, em 1947. Nesse texto o autor discorre sobre a *Contribuição para o estudo da língua de Castro Alves: explicação gramatical e literária, do poema “Vozes d’África”*<sup>14</sup> e inicia argumentando que:

Os modernos métodos de pesquisa estilística têm por base aquela distinção fundamental, estabelecida por Ferdinand de Saussure, entre *langue* (a cujo domínio pertence a Gramática) e *parole* (terreno onde se encontra o Estilo).

Assim, na parte 3 deste trabalho, analisamos o modo como o sujeito-gramático, em sua função-autor, mobiliza os saberes relativos à ciência Linguística em sua produção gramatical. Isso nos ajudará a compreender as tomadas de posição de marcam a filiação desse autor entre a repetição e a inovação e de como a entrada dos saberes da ciência desestabilizam o fazer gramática, rompendo com o padrão tradicional de gramática, e abre-se lugar para a inclusão da significação no estudo do “sistema” da língua.

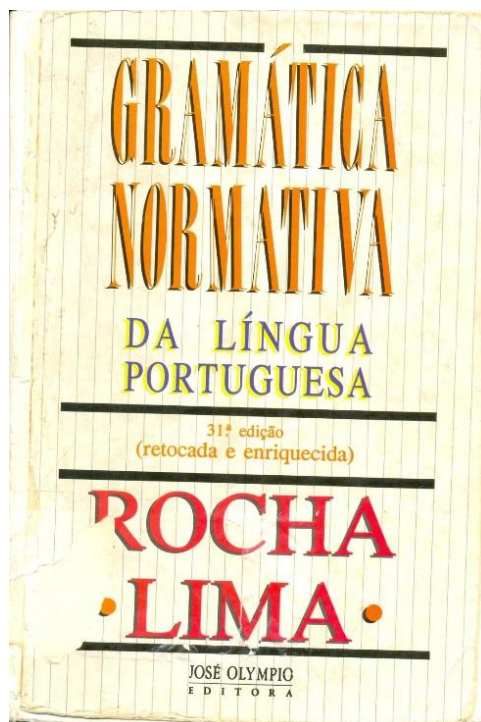
#### **d) GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – 1991**

A **31ª edição**, publicada em 1991, pela José Olympio Editora, apresenta nova capa e a informação de que foi “retocada e enriquecida”.

---

<sup>14</sup> ROCHA LIMA, C. H. *Contribuição para o estudo da língua de Castro Alves: explicação, gramatical e literária, do poema “Vozes d’África”*. In: LIMA, V. L. (org.). **Dispersos**. Rio de Janeiro: Botelho, 2010.

Figura 5 – Capa GNLP (1991)



Fonte: Rocha Lima (1991).

Nessa edição há o acréscimo de dados biobibliográficos do autor e mantêm-se os textos *NO LIMINAR* (1972) e o *Prefácio* (1957). Há o acréscimo dos textos *PROFISSÃO DE FÉ*, *EVOCAÇÃO* e um *ÍNDICE DE ALGUNS FATOS DE LINGUAGEM*. Os demais aspectos forma mantidos.

#### 1.2.4 Do objeto ao processo discursivo

Na investida metodológica entra em funcionamento, na constituição do *corpus*, o recorte. O recorte é o resultado da relação entre a pergunta básica do analista e o material da análise e é considerado como “[...] uma unidade discursiva, um fragmento indissociável da linguagem e da situação”. (ORLANDI, 1987, p. 139). Para a constituição do *corpus* deste trabalho, recortamos sequências discursivas (SD) das seguintes textualidades:

- *Advertência*: 7ª. edição (1962 [1959]);
- *Introdução*: 15ª. edição (1972);
- Índices: 1ª (1957), 7ª (1962), 15ª (1972) e 31ª (1991) edições;

- Capítulos relativos à significação: 1ª (1957) *ESTILÍSTICA* - Capítulo XXIX – *Significação das palavras* e 15ª (1972) *RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA* - Capítulo 30: *Funções da linguagem. Gramática e estilística*.

Esses recortes nos ajudam a tecer gestos de interpretação em relação à nossa questão de pesquisa: como o sujeito-gramático, em sua função-autor, trata do sentido, da significação da língua, em um instrumento linguístico que se constitui normativo? Partimos da noção de que frente a qualquer objeto simbólico, o sujeito é levado a interpretar, pois “há assim uma injunção à interpretação”. (ORLANDI, 2005a, p. 22).

A escritura das análises é desenvolvida a partir de sequências discursivas e de agrupamentos de sequências discursivas regulares. Destacamos que o recorte, da perspectiva discursiva, diferencia-se, pois, dos segmentos, geralmente utilizados em análises linguísticas. Enquanto o segmento se caracteriza como “[...] uma unidade da frase ou do sintagma”, visando a relação entre as unidades, o recorte se caracteriza uma unidade discursiva, “[...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. (ORLANDI, 1984, p. 14). Quando recortamos, não estamos interessados na linearidade sintática, mas sim nos sentidos dispersos naquela formulação.

Dessa busca por regularidades, sempre guiados pela questão de pesquisa que objetivamos compreender, organizamos quatro recortes discursivos<sup>15</sup>, os quais têm sua entrada neste trabalho, enumerados e nominados, do seguinte modo:

#### Quadro 1 – Recortes discursivos

<b>RD I</b>	<b>Do sujeito à função-autor</b>
<b>RD II</b>	<b>Noção de língua</b>
<b>RD III</b>	<b>Formulação da inteiriça estrutura intelectual e didática</b>
<b>RD IV</b>	<b>Os sentidos da significação</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Para organizar nossa escritura, apresentamos a problematização do estudo e como constituímos o dispositivo teórico (DT) e dispositivo analítico (DA), tendo como

<sup>15</sup> No decorrer das partes 2 e 3 os quadros de recortes discursivos são apresentados e as regularidades que guiaram suas composições estão destacadas em negrito, sendo que a numeração das sequências discursivas é reiniciada a cada quadro, nos quais apresentamos os recortes discursivos.

pressuposto o funcionamento do movimento pendular, conforme nos ensina Petri (2013), explicando que o movimento pendular pode ter início ou não na teoria, pois isso não é/está predeterminado no trabalho do analista de discurso, às vezes pode ser no contato com o objeto, outras, em fases adiantadas do processo. Nesse viés, “significa dizer que o movimento pendular pode ter início da teoria ou na análise, sem prejuízo nenhum ao processo em si”. (PETRI, 2003, p. 42).

Desse modo, optamos por apresentar os pressupostos teóricos no desenvolvimento da cada parte, a fim de balizar os dispositivos teórico e analítico deste trabalho, por entender, também, como nos ensina Scherer (2000, p. 16), que

[...] o referencial teórico e sua relação interpretativa é um trabalho de coerção e os dois devem estar implícitos na sua formulação. O que queremos dizer é que toda teoria tem uma praxis que deve ser levada em conta, não apenas na ordem do que está dito, mas, sobretudo, na ordem das idéias, na ordem da sua história.

Esse movimento pendular é chamado por Castellanos Pfeiffer (2000, p. 10) de um “vai-e-vem contínuo”, visto que a escrita do texto consiste em um vai-e-vem contínuo entre as análises e a própria explicação de fundamentos teóricos que sustentam o estudo.

Rasia (2015) nomeia esse movimento pendular de “não simetria”, explicando que é contínua a necessidade de idas e vindas no caminho nem sempre simétrico que vai da teoria à análise e vice-versa. Essa não simetria reporta ao vai e vem incessante entre discursos, o próprio do trabalho do analista.

Em nosso trabalho de análise, voltamos nosso olhar, especialmente, para o processo de formulação<sup>16</sup>. De acordo com Orlandi (2005a), é no espaço da formulação que “linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que sujeito se mostra (e se esconde)”, pois, “[...] formular é dar corpo aos sentidos” (p. 09) e “é a atualização, a textualização da memória”. (p. 16).

---

<sup>16</sup> Orlandi (2005a) trata do processo de produção do discurso envolvendo três momentos: o da constituição, o da formulação e o da circulação.



**PARTE 2**  
**NO ENTREMEIO CONTRADITÓRIO EM QUE SE**  
**PRODUZ A FUNÇÃO-AUTOR**



## 2 NO ENTREMEIO CONTRADITÓRIO EM QUE SE PRODUZ A FUNÇÃO-AUTOR

### 2.1 SITUANDO UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: O QUE NOS “PERTURBA”?

Outro fator de perturbação da boa escolha das palavras [...].  
(ROCHA LIMA, 1972, p. 451).

A epígrafe que abre esta seção produz um efeito de fio condutor sobre o que tem nos mobilizado para a escritura deste trabalho, cujo objeto é o (não) lugar da significação na produção gramatical de Rocha Lima. Outro possível efeito produzido é o da contradição instaurada que nos constitui: a posição de professora de língua que “deve” saber a gramática normativa (e por isso Rocha Lima) e a posição de pesquisadora que estuda AD (e por isso Pêcheux). Se de uma posição gramatical temos Rocha Lima incomodado com a perturbação, no que se refere às palavras homônimas, de um outro lugar, deparamo-nos com o interesse de Pêcheux, também com a perturbação. No entanto, as preocupações pechetianas concernem à metáfora e à metonímia, nos estudos discursivos.

Ao tratar da *Estilística Léxica*, Rocha Lima inicia afirmando que

A parte da significação de uma palavra que diz respeito à função representativa da linguagem é o que se chama- *denotação*; aquela outra, referente à capacidade dela para funcionar como exteriorização psíquica, ou apelo- eis a *conotação*. Uma e outra se combinam para a significação integral da palavra. (ROCHA LIMA, 1972, p. 448, grifos do autor).

Conforme a explicação do sujeito-gramático, a palavra pode ter seu sentido denotativo/literal e um outro conotativo. Daí advém a possibilidade de se refletir sobre o não fechamento dos sentidos de uma palavra. Logo adiante afirma que “Outro fator de perturbação da boa escolha das palavras é a existência de homônimos” e prossegue dizendo que “ [...] costuma-se entender sob essa designação *todas* as palavras que, possuindo forma idêntica, designem coisas distintas”. (ROCHA LIMA, 1972, p. 451, grifo do autor). Esses excertos nos ajudam a dar forma à nossa investigação, pois sinalizam o modo como a posição sujeito-gramático trata da significação em sua produção gramatical sobre uma língua que se encontra “perturbada”, ou seja, que escapa à normalidade (imaginária), tão desejada na produção do saber gramatical.



A perturbação, também, está na voz de Pêcheux, que fala de outro lugar, em *Metáfora e interdiscurso*, para tratar de metáfora como “uma perturbação pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito” (2011 (1984), p. 160). Em *Análise automática do discurso*, Pêcheux (1997 (1975), p. 89 - 90) aponta que “as perturbações do comportamento narrativo [...]”, caracterizadas pela perda do fio do debate, o incessante retorno ao início etc. poderiam ser interpretados como uma perturbação desse mecanismo. Em *Papel da Memória*, Pêcheux (1999, p. 52) explica que Achard chama a atenção para o fato de que a regularização discursiva “[...] é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”. O autor prossegue expondo que o uso linguageiro é “sempre um jogo de força da memória”,

[...] um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’. (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

De acordo com Pêcheux (1999), esse jogo de força funciona tanto para integrar, confortar e até mesmo dissolver, quanto para desregular e provocar perturbações. Desse modo, a partir do que nos ensina Pêcheux, compreendemos que se de um lado temos a “boa forma”, aquela que estabiliza e regulariza, de outro lado temos a *má forma*<sup>17</sup> que justamente movimenta-se pela desestabilização e que desregula e perturba o bom funcionamento da língua. Trata-se de relações, ou podemos dizer de (co)relações que se complementam, não podemos as considerar como excludentes em uma perspectiva discursiva, porém aos olhos do sujeito-gramático, essa má forma, esse “diferente” não poderia (co)existir no mesmo espaço que a “boa forma”. Como é um jogo de força que se dá pela (co)relação e (co)existência em um espaço, entendemos que, dessa perspectiva, há a possibilidade de uma má forma e, também, há a possibilidade de uma má escolha.

A perturbação apontada por Rocha Lima é da ordem de uma desregulação, é da ordem do “diferente”. Assim, pensar a questão da “perturbação”, neste trabalho, permite-nos, também, estabelecer relações com as noções de normal, normatividade

---

<sup>17</sup> Grifo nosso.

e anormal<sup>18</sup>, uma vez que entendemos que o que perturba é aquilo que escapa à ordem da normalidade prescrita na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, que se constitui como um instrumento linguístico de grande relevância para a história da produção do conhecimento linguístico da língua portuguesa no e do Brasil.

Rocha Lima e Pêcheux argumentam, cada um, de um lugar sobre o que perturba a/na língua e propomo-nos a falar de um terceiro lugar, interessamo-nos em analisar como, na produção do saber sobre a língua, como a significação é tratada no instrumento linguístico gramática. Trata-se de uma tomada de posição sujeito-pesquisadora. Entendemos que a posição de pesquisadora é parte do caminho trilhado (querendo ou não). Tal posição se enlaça com a de professora, que toma a língua como objeto de trabalho e com a de falante que é tomada pela língua.

Para o desenvolvimento deste trabalho percorremos diversos caminhos para do arquivo delimitar um *corpus* com os recortes e sequências discursivas que dão corpo ao trabalho. O *corpus* é constituído por recortes das 1<sup>a</sup> (1957), 7<sup>a</sup> (1962)<sup>19</sup>, 15<sup>a</sup> (1972) e 31<sup>a</sup> (1991) edições buscando compreender os efeitos de sentido que as regularidades analisadas produzem. Nesta parte, apresentamos a análise do Recorte Discursivo I (RDI) - Do sujeito à função-autor, na qual voltamos nosso olhar para a historicização da produção gramatical, situando o trabalho de Rocha Lima em relação ao seu tempo, mas também na relação com o horizonte de retrospectão e de projeção, nos termos de Aurox (2008). Em nosso movimento de análise dos recortes, mobilizamos em nosso Dispositivo Teórico (DT) noções pulsantes da AD, as quais pretendemos apresentar na medida em que se fizerem necessárias ao gesto de interpretação nesta escritura.

## 2.2 MOBILIZANDO UM HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO

Em nosso percurso de escritura, objetivamos nos pautar no movimento pendular (PETRI, 2013), vai-e-vem contínuo, balizando análise e teoria em nosso gesto de leitura de funcionamento dos processos de produção de sentido. Para nos ajudar a tecer respostas à questão que orientam nosso trabalho, uma noção fundamental que se impõe é relativa à gramatização.

---

<sup>18</sup> Esse assunto já foi de nosso interesse na dissertação, mas aqui objetivamos avançar.

<sup>19</sup> Para este trabalho trazemos um exemplar da **7<sup>a</sup> edição**, de 1962, que contém o texto *Advertência da terceira edição*, pois não localizamos nenhum exemplar da edição de 1959.

A língua pode ser estudada, da forma como a conhecemos hoje, em decorrência dos resultados alcançados pelo desenvolvimento dos processos de gramatização que garantem que ela esteja descrita e instrumentada. Auroux (1992, p. 65) conceitua gramatização como o “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Auroux (1992, p. 08-09) explica que o “processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta”. Esse processo é considerado tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX, bem como, constitui, depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era, a segunda revolução tecnolinguística.

A primeira causa da gramatização fundamenta-se na necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira. Tal necessidade é suscetível de responder ela mesma a vários interesses práticos, apresentados pelo autor como: acesso a uma língua de administração; a um *corpus* de textos sagrados; a uma língua de cultura; relações comerciais e políticas; viagens; implantação/exportação de uma doutrina religiosa; e colonização. Já a segunda causa da gramatização diz respeito à política de uma língua dada, e pode se reduzir a dois interesses, o de organizar e regular uma língua literária e o de desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo. (AUROUX, 1992).

No que tange a gramatização massiva das línguas do mundo, a mesma aconteceu a partir do Renascimento europeu e é contemporânea da exploração da África, América, Ásia e da colonização progressiva de territórios imensos do Ocidente. “Isto explica a gramatização simultânea das línguas do mundo, cujo resultado é particularmente impressionante para a América do Sul e Central”.<sup>20</sup> (1992, p. 52). Além disso, a gramatização dos vernáculos europeus é posterior à primeira utilização ocidental e à extensão da imprensa. Tanto gramatização quanto imprensa fazem parte da mesma revolução técnico-linguística, sendo que aquela acompanha o desenvolvimento desta e, assim, a imprensa, em uma operação material, permite a multiplicação do mesmo texto, com um consequente aumento de

---

<sup>20</sup> O autor explicita não querer se limitar a esta última questão.

difusão desse texto. Isso vai para além da multiplicação e parte para a normalização dos vernáculos, tornando-a uma questão de standardização profissional. Portanto, “com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão. Um livro assim não é o mesmo tipo de objeto cultural que um rolo de pergaminho antigo ou um manuscrito medieval”. (AUROUX, 1992, p. 51).

A par desse percurso, outro ponto importante é o fato de a gramatização massiva dos vernáculos estar acompanhada de uma recusa à gramática latina, pois o latim medieval era visto como uma língua técnica, artificial, ao mesmo tempo que era uma língua de comunicação intelectual. Logo, o humanismo que nasce na Itália, século XIV, vai de imediato ter por finalidade restaurar o belo latim da época clássica.

A partir dessa perspectiva, Auroux (1992, p. 29) assevera que:

Inicialmente, quando os vernáculos europeus eram sistematicamente gramatizados, eles o eram na base de uma orientação prática que se definiu muito lentamente a partir das Artes da tradição greco-latina: uma gramática pode ter por finalidade a aprendizagem de línguas estrangeiras. Nesse contexto, os contactos lingüísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes lingüísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestres de uma técnica de conhecimento de línguas. Em seguida, o desenvolvimento do livro impresso dá a este fenômeno uma difusão incomparável. Enfim, a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo.

Além disso, segundo o autor, esse processo nunca termina, pois, de um lado, as línguas evoluem e, de outro, é difícil definir até onde se pode levar o processo de gramatização. Isso porque a extensão da gramatização foi muito variável conforme as línguas. Assim, entendemos que o processo de gramatização não tem um término e que seu destino é o da movência e da reformulação.

### **2.2.1 A gramatização brasileira**

A gramatização brasileira teve seu início a partir da Independência do Brasil, em 1822, e da instauração da República, em 1889. Para Orlandi (2002), os estudos de linguagem do Brasil passam a ser uma questão caracteristicamente brasileira a partir do século XIX, quando se apresenta a questão do Português do Brasil e não somente a do Português. Nesse período, o Brasil era uma colônia portuguesa que

se torna Estado independente no início do século XIX e, logo, a língua que funcionava no Brasil era uma extensão do espaço de comunicação de Portugal. Assim, tratar da gramatização da língua portuguesa no Brasil é tratar de uma história contraditória. Primeiro, porque essa história é contada segundo o ponto de vista do colonizador e, assim, “o brasileiro, para significar, tem como memória (domínio do saber) o já-dito europeu”. (ORLANDI, 1990, p. 51). Em segundo, por ser contada pelo outro, ocorre um efeito de apagamento das línguas que já constituíam o espaço discursivo brasileiro.

Segundo Orlandi (2002), a partir do século XIX começam a se produzir gramáticas brasileiras da língua portuguesa e tais instrumentos tecnológicos revelam a forma como a sociedade produz seu conhecimento em relação à realidade. Essas gramáticas também revelam elementos da identidade brasileira, agora não mais sob domínio de Portugal, assim como a construção dessas tecnologias são parte da maneira como a sociedade brasileira se constitui historicamente. Compreendemos, também, que essa produção gramatical brasileira marca, além da relação dos sujeitos com a língua, uma relação com a autoria por meio das tomadas de posição dos sujeitos que produziam saberes sobre a língua, sob o formato de instrumentos linguísticos.

Nesse contexto, conforme Agustini (2004, p. 49), “a gramatização brasileira se dá pela assunção da língua (nacional) e um saber sobre ela, constituindo-se como um modo de produzir uma identidade linguística para o brasileiro, dissociando-a do português de Portugal”. É preciso que se constitua uma identidade brasileira, ou melhor, que se produza uma identidade linguística que constitua o litígio entre Brasil e Portugal. Para tanto, torna-se necessária a instituição de uma língua nacional oficializada.

Essa língua nacional oficializada exige dos gramáticos brasileiros um movimento de pensá-la dissociada do português de Portugal, delimitando fronteiras linguísticas, quanto às formas, erros e correções. Na perspectiva de Bisinoto (2009, p. 46),

[...] a gramatização da língua implica na sua normatização, observa-se no trabalho dos gramáticos brasileiros a tentativa de delimitar e apurar as formas lingüísticas, assim como estabelecer noções de erro e correção. A assistemática e a irregularidade do português do Brasil precisavam fazer frente à ‘pureza’ e à ‘legitimidade’ alegadas da língua de Portugal.

Entendemos, a partir dessa afirmação, que a constituição do português do Brasil se dá em oposição ao português do outro lado do Atlântico, calcado numa tentativa de provar sua pureza e legitimidade. Diríamos que se busca um efeito de homogeneidade para esse português brasileiro o que implica, também, numa tentativa de apagamento de todas as outras línguas que funcionavam neste espaço discursivo. Vale mencionar que as línguas que não são gramatizadas acabam se perdendo no tempo e podem desaparecer, como é o caso de muitas línguas indígenas. De acordo com Mariani (2003), no caso do Brasil, a língua brasílica, ou tupi, foi a língua eleita como língua geral pelos jesuítas e, apesar da diversidade de línguas indígenas existentes, os esforços de gramatização centraram-se fundamentalmente nela.

Orlandi (2002, p. 125) expõe que “a constituição da língua nacional do Brasil é um efeito construído, entre outros, pela história contraditória da gramatização brasileira”. Essa contradição se estabelece, de acordo com a autora, quando há indícios de um processo de gramatização de uma língua indígena e traz como obra de referência a *Arte da Gramática*, de José Anchieta. Isso ocorre ainda quando o Brasil está sob domínio português, mas é, de fato, o primeiro momento da análise de língua em território brasileiro. Uma identidade se constitui nesse entremeio de línguas e a gramatização também terá como ponto de partida o espaço contraditório do entre línguas. Trata-se de uma identidade que se constitui em um espaço do qual não mais se desvencilhou, envolto de tentativas nacionalistas, marcadas por violências físicas e simbólicas de controle da língua.

Interessa-nos, ainda, compreender um pouco mais as condições de produção que sustentaram o processo de gramatização brasileira e isso encontramos em Guimarães (1996) que estabelece quatro períodos históricos que descrevem o curso do processo de gramatização brasileira do português, os quais apresentamos, conforme segue.

O primeiro período vai de 1500 até o início da segunda metade do século XIX. É um momento circunstanciado pela independência no Brasil e pela existência de um colégio encarregado dos estudos da língua, influenciado pelo pensamento europeu. Assim como há estudos que mostram a especificidade do português do Brasil, e brasileiros e portugueses debatem a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses.

O segundo período vai da segunda metade do século XIX até final dos anos 1930 e esse período é marcado pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro, em 1881, pelo estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios, condição para ingresso nos cursos superiores, em 1887, e pela fundação da Academia Brasileira de Letras da Faculdade de Letras do Brasil.

Segue até meados da década de 1960 o terceiro período, quando surge a linguística moderna no Brasil, ligada às novas condições dos estudos sobre a linguagem propiciadas pelos cursos superiores de Letras, que desde 1962 têm, obrigatoriamente, a implantação da disciplina de linguística em seu currículo. Nesse período, também foi criado o sistema nacional de pós-graduação.

O quarto período tem início a partir de meados dos anos 1960, marcado por novas expectativas nos estudos da linguagem no Brasil. Nesse período a linguística foi implantada em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de pós-graduação em linguística em alguns centros universitários brasileiros.

A recuperação das condições de produção do processo de gramatização brasileiro, resumido pelo autor, nos remete, mais uma vez, ao fato de que esse processo é contínuo. Esse funcionamento do processo de gramatização poderá ser observado em nosso gesto de interpretação que propomos no desenvolvimento da análise do RDI – Do sujeito à função- autor, em que analisamos o texto *Advertência* da 3ª edição da GNLP. Ao focarmos o funcionamento da função-autor, esse trajeto de leitura nos auxilia na circunstancialização do objeto de estudo mobilizado e na compreensão de como vai se constituindo a produção do conhecimento sobre a língua na produção gramatical de Rocha Lima, tendo em vista que “a historicização do processo de gramatização da língua no/do Brasil, não por acaso, está pautada sobre a relação com a autoria e a tomada de posição do sujeito gramático brasileiro”. (COSTA, 2015, p. 69).

### 2.3 ROCHA LIMA: UM GRAMÁTICO NO SEU TEMPO

Partimos do exposto por Auroux (2008) de que “não há conhecimento instantâneo”; que é “necessário tempo para saber” (p. 141) e de que o conhecimento tem relação com a temporalidade, ou seja, com o que já foi produzido antes, para iniciarmos nossa escritura sobre a produção gramatical de Rocha Lima.

Nesta parte, apresentamos uma breve historicização<sup>21</sup> da produção de Rocha Lima, não somente de sua produção gramatical, mas do conjunto de sua obra, além de aspectos de sua formação e atuação profissional, pois entendemos que é preciso circunstanciar o objeto de estudo, compreender o horizonte de retrospectiva e sob que condições de produção o sujeito produz saber sobre a língua. Nessa esteira, de acordo com Aurox (2008), o conhecimento pode ser estruturado de diversas maneiras indistintas como conhecimentos comuns. Mas eles podem também ser indexados, com os autores e também as datas. A existência dos horizontes de retrospectiva testemunha que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo, assim, não há conhecimento instantâneo, o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo.

Elegemos a formação acadêmica de Carlos Henrique da Rocha Lima<sup>22</sup> como ponto de partida para apresentá-lo. Diplomou-se Bacharel em Ciências e Letras em 1935 e, no ensino universitário, graduou-se Doutor em Letras, ao conquistar, na Universidade Federal Fluminense - RJ, o título de livre-docente em língua portuguesa.

Como professor, iniciou sua trajetória em 1936, ingressando no magistério público e ministrando as cadeiras de português, latim e literatura. Depois de concurso de provas e títulos, no qual se classificou em primeiro lugar, em 1956, tornou-se catedrático de português do Colégio Pedro II - RJ, desenvolvendo diversas atividades, dentre elas, responder, interinamente, por duas cátedras de literatura; integrar o Conselho de Curadores e o Conselho Departamental; chefiar, durante longo tempo, o Departamento de Português e Literatura; e ascendeu ao posto de diretor do velho Internato e à alta hierarquia de presidente da Congregação de Catedráticos.

Em relação ao Colégio Pedro II, Orlandi (2002) considera-o como um lugar de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresenta-se como lugar de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e de domínios da “boa” língua, da “boa” retórica, da “boa” escrita. A autora chama atenção para o fato de que a própria

---

<sup>21</sup> Texto baseado nos *Dados Bibliográficos* que compõem o prefaciamento da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1991).

<sup>22</sup> Nasceu no Rio de Janeiro, em 1915, e faleceu em 1991.



maneira como se constroem as gramáticas são indicações de como se deve praticar o ensino da língua, pois os mesmos intelectuais que fazem as gramáticas são os que ensinam a língua, que é o caso de Rocha Lima. Entendemos, nesse viés, que é o falante, é o professor, é o gramático, enquanto posições-sujeito, que constituem uma identidade que se revela na e pela língua, ou como defendemos neste estudo, consideramos que se pode tratar de uma posição-sujeito de entremeio.

Rocha Lima também foi professor titular da Faculdade de Humanidades Pedro II; ensinou na Escola de Aeronáutica dos Afonsos; nos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores, do Instituto de Educação; na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; na Universidade Santa Úrsula. Serviu os cargos de diretor do Colégio Pedro II – Internato; diretor da Casa do Brasil na Grã-Bretanha; diretor do Departamento de Educação Técnico-Secundário; diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais; diretor da Escola Técnica Sousa Aguiar. Pertenceu a órgãos colegiados federais, como a Comissão Nacional do Livro Didático, o Conselho Nacional do Serviço Social e o Conselho Consultivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Atuou, como examinador, em concursos para titular e livre-docente, em várias universidades federais.

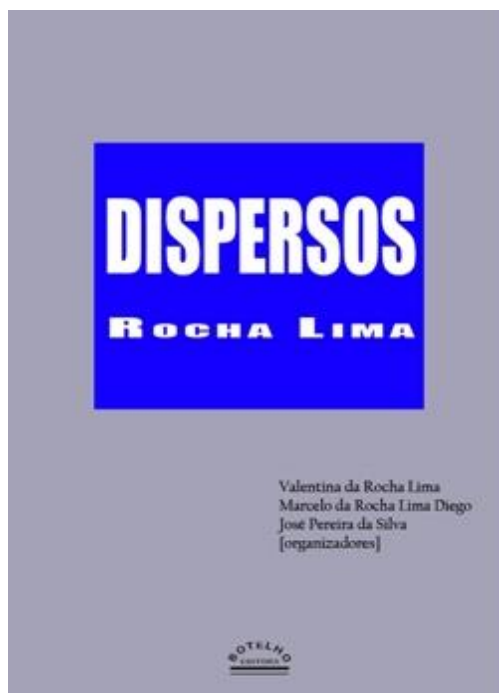
O gramático foi membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia; da Academia Brasileira da Língua Portuguesa, da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura; do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro; da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo; do PEN Clube do Brasil; da Associação Brasileira de Educação. Membro temporário (1962-1964) do *Portugueses Language Committee*, da Inglaterra; membro honorário da Academia Cearense da Língua Portuguesa.

Em 1982, quando se aposentou, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conferiu-lhe a láurea de Cidadão Benemérito, por serviços relevantes à educação e à cultura. E, em 1985, a Câmara dos Vereadores de sua cidade natal outorgou-lhe a Medalha Pedro Ernesto, dentre outras, como, Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, na área de educação; Medalha Oscar Nobiling (de Mérito Linguístico e Filológico); Medalha Anchieta, Medalha Rui Barbosa; Medalha Pedro II; Medalha Tamandaré; e Medalha José de Alencar.

Sua produção é vasta<sup>23</sup>, mais de 40 obras, divididas entre trabalhos filológicos, conferências literárias, livros didáticos e direção e consultoria.

Além dos *Dados Biobibliográficos* que compõem o prefaciamento da *Gramática Normativa*, em 2010 foi publicada a obra *Dispersos – Rocha Lima*, organizada por Valentina da Rocha Lima, Marcelo da Rocha Lima Diego e José Pereira da Silva.

Figura 6 – Dispersos – Rocha Lima



Fonte: Lima; Diego, Silva (orgs.) (2010).

Segundo os organizadores, buscou-se resgatar em *Dispersos* os escritos dispersos de Rocha Lima, a produção textual que desenvolveu em paralelo e em complementação ao magistério, como “[...] ensaios, artigos e conferências que revelam ao leitor atual faces menos conhecidas de um autor que é identificado, muitas vezes, com a normatividade de sua *Gramática*” (DIEGO, 2010, p. 70).

O primeiro texto que inaugura *Dispersos* aborda a *Contribuição para os estudos da língua de Castro Alves: explicação, gramatical e literária, do poema*

---

<sup>23</sup> Conforme APÊNDICE A, elaborado a partir dos *Dados Biobibliográficos* da GNLP e de informações disponíveis no site do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CNLF), pois em 2010 Carlos Henrique da Rocha Lima foi o homenageado do XIV CNLF. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/homenageado.htm](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/homenageado.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

‘*Voices d’África*. Em nota de rodapé consta que “Trata-se de uma dissertação inédita, que concorreu a um dos prêmios “Centenário de Castro Alves”, instituídos pela Secretaria Geral de Educação de Cultural do Distrito Federal em 1947, e obteve a primeira colocação (2010, p. 11). Antes de ser (re)publicado em *Dispersos*, partes desse texto foram (re)encontradas na organização do texto introdutório da 15ª edição da *Gramática Normativa* (1972).

Nesse texto, deparamo-nos com Rocha Lima produzindo sobre língua e estilo, fazendo citações diretas de Ferdinand de Saussure, para tratar de *langue* e *parole*; Charles Bally e Karl Vossler, no que se refere à estilística; em relação à linguagem reta e figurada, cita Pacheco da Silva e seu livro *Noções de Semântica*.

Não objetivamos isolar fatos, tampouco “contar” uma história ao apresentar essa historicização, pois estamos tratando da história como dimensão social, como nos ensina Guimarães (2008), portanto, constitutiva de sentidos. Trabalhamos com a histórias que consiste no fazer sentido, mesmo que se possa divergir sobre o sentido em cada caso, bem como, não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe chamemos causas e consequências, assim como propõe Henry (1997).

Para Nunes (2007), da perspectiva discursiva, o termo história deve ser compreendido como efeito de sentido, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. “Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza”. (p. 373).

Assim, a história é um corpo constitutivo de sentidos quando se inscreve na língua para que ela funcione, ou seja, produza sentidos. (ORLANDI, 1997). Essa concepção de história inerente à AD ultrapassou em muito a de cronologia e a de uso. Compreendemos a história, então, como constitutiva de sentidos e partimos da ideia de que a configuração da GNLN é marcada pelas condições de produção e pela tomada de posição-sujeito gramático, que é empiricamente nomeado: Rocha Lima (SURDI, 2010). O contexto sócio-histórico-ideológico em que é elaborada a *Gramática Normativa* é determinante para que se compreendam suas especificidades. A essa ideia soma-se o fato de que pensar o histórico, no longo prazo e em diferentes circunstâncias, levou-nos a refletir sobre as transformações das condições de produção. (NUNES, 2006).

Conforme Dias e Bezerra (2006), no decorrer das quatro últimas décadas do século XX, a produção gramatical de Rocha Lima é tomada como base para o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras. E entendemos que, assim como outras gramáticas apontadas pelos autores, a *Gramática Normativa*, de Rocha Lima, também continua, até os dias de hoje, sendo uma referência para a produção de manuais e para a elaboração de concursos no serviço público. Segundo Henriques (2011), a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* é um dos livros referenciais nos estudos linguísticos luso-brasileiros que integra<sup>24</sup> quase todos os cursos de Letras das universidades brasileiras.

Para essa historicização, compreendemos que Rocha Lima foi um gramático (falante, agente regulador, professor, autor, linguista) no seu tempo, pensando-se a partir do horizonte de retrospectão, e, hoje, na perspectiva do horizonte de projeção, Rocha Lima é um gramático (falante, agente regulador, professor, autor, linguista). Em nosso entendimento, a posição ocupada por essas palavras não é aleatória: falante, agente regulador, professor, autor, linguista, pois estamos entendendo a questão de autoria como ponto de chegada e não de partida. No funcionamento imaginário, podemos identificar uma voz segura do que faz, e que, apoiada em suas convicções doutrinárias, pode advertir o sujeito-leitor. Esse efeito de sentido de autorização do dizer é produzido na sua relação com o interdiscurso e com as condições de produção dos últimos anos, no que se refere à produção de saber sobre a língua imaginária e ao ensino de língua. O que nos interessa é justamente essa “passagem” do lugar de sujeito empírico para um lugar de sujeito do discurso, em suas tomadas de posição no interior de uma dada formação discursiva, na qual o sujeito se inscreve prioritariamente.

### **2.3.1 GNLP: suas condições de produção**

Com o objetivo de compreender as condições de produção da GNLP, elegemos a década de 50, do século XX, como ponto de partida, ponderando que a primeira edição da GNLP foi publicada em 1957, portanto, anos finais da primeira metade do século XX. Na sequência, trataremos da década de 70 e, em última

---

<sup>24</sup> De acordo com Henriques (2011), isso foi comprovado com os dados colhidos na pesquisa intitulada “Cânon gramatical brasileiro contemporâneo”, desenvolvida junto ao Departamento de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ na última década do século passado.

instância, da década de 90. A escolha de cada um desses tempos não se deu de maneira aleatória, cada um significa e produz sentidos para este estudo. Essa revisão bibliográfica que trazemos, com a posição de diferentes autores, justifica-se aqui por estar ligada ao nosso objeto de estudo, pelo fato de produzirmos um breve conjunto de fatos que nos permite pensar a produção do conhecimento sobre a língua.

Em se tratando das condições de produção, traçamos um percurso que mobilizasse estudos que tratavam da produção do conhecimento, nos períodos já mencionados, e encontramos em Guimarães (1996) a organização de um conjunto de fatos, dispostos em períodos<sup>25</sup> que permitem uma abordagem histórica dos estudos sobre o Português do Brasil, a partir do final do século XIX. Desse conjunto de fatos, interessam-nos o terceiro e quarto período. O terceiro período é datado partindo da década de 1940, iniciado, segundo Guimarães (1996), pela fundação das Faculdades de Letras, tomadas como espaços de pesquisas sobre questões de linguagem, estreitamente ligados a questões de um padrão literário e ao ensino. Destacam-se, também, o estabelecimento de um acordo ortográfico do Português do Brasil, com diferenças relativas ao Português de Portugal; o debate sobre que nome dar à língua falada no Brasil; a publicação de *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso Câmara, mostrando sua formação que inclui influência de Saussure; e a elaboração da NGB. Incluímos nesse período a publicação da primeira edição da GNLP (1957) e a edição pós-NGB (1959). Já para o quarto período, o autor destaca o fato de a Linguística passar a fazer parte do currículo mínimo dos cursos de Letras a partir de 1965, assim como a criação de cursos de pós-graduação em nessa área. A esse período, podemos inserir a publicação da 15ª edição da GNLP (1972), predicada como “refundida” nas palavras do sujeito-gramático e a 31ª edição (1991) “retocada e enriquecida”.

Dias (2010) aponta que a GNLP, bem como outras gramáticas produzidas na época, participou de um momento importante no quadro histórico de produção de gramáticas no Brasil, pois se corporificou nela o rompimento com uma perspectiva de abordagem da língua do tipo avaliativa. Assim, nas décadas de 50 e 60 do século XX, o gramático apresenta a língua como capaz de indicar, tanto as ocorrências legitimadas pelos usos gerais, quanto as ocorrências legitimadas pelos usos

---

<sup>25</sup> Apresentamos essa periodização em **2.2.1 A gramatização brasileira**.

específicos (próprios da língua padrão). O autor compreende que esse era o momento de sair do empirismo para se construir uma gramática moderna e isso significava construir uma evidência para as ocorrências usuais da língua portuguesa no Brasil. Já sair do empirismo significava rejeitar os modos de conceber fatos linguísticos pela singularidade dos olhares do gramático. A busca por um padrão de texto gramatical que pudesse levar os leitores a vislumbrar uma organicidade linguística também foi decisiva para a renovação das gramáticas.

Abordar a produção do conhecimento, numa relação entre o linguístico e o gramatical, impulsiona-nos a refletir, inicialmente, na gramática enquanto lugar de representação e construção de uma unidade de língua, conforme Dias (2007). Nesse sentido, a elaboração de uma gramática é afetada, duplamente, por uma projeção de completude. De um lado, a gramática é afetada por uma ideia de unidade de língua historicamente projetada, aglutinada no imaginário social e determinada pelas coerções de ordem histórica. De outro lado, a gramática é afetada pela convergência de uma tecnologia intelectual<sup>26</sup>, que objetiva configurar uma harmonia entre as suas partes, pois este instrumento linguístico é produzido sob uma perspectiva de ordem teórica e metodológica que orienta as relações, por exemplo, entre conceito/regra. O autor explica que no Brasil há três perspectivas que presidem essa convergência para a completude, a saber, a perspectiva clássica: representada na ordem do agenciamento de um saber sobre a realidade; perspectiva estruturalista: representada na ordem do agenciamento de traços de uma configuração orgânica da língua; perspectiva funcionalista: representada na ordem do agenciamento de usos configurados a partir de um corpus. Em relação ao nosso objeto, diante das três perspectivas que convergem para a completude, entendemos que temos em mãos um instrumento linguístico que carrega marcas de uma perspectiva estruturalista.

Partindo de uma leitura de Fávero (2006), entendemos que a GNLP foi uma das obras da fase de transição nos estudos linguísticos brasileiros, o momento de instauração do período científico, pois “Na época, o mundo intelectual era influenciado por inúmeras correntes científico-filosóficas, vindas principalmente da Europa”. (p. 27) e nossos gramáticos, no contato com essas teorias, tomavam a iniciativa de rever seus conceitos e pareceres a respeito da língua.

---

<sup>26</sup> Dias (2007) toma essa expressão de Auroux.

Para também tratar dessa questão, trazemos à baila a tese desenvolvida por Graziela Lucci de Angelo (2005), intitulada *Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa*, na qual investigou que outros sentidos poderiam estar vinculados ao ensino tradicional de Língua Portuguesa, além da imagem construída pelo saber acadêmico<sup>27</sup>. Recortamos a fala de uma das professoras entrevistadas, com vistas a observar como os professores são afetados pela profusão de saberes produzidos nesse período científico:

Figura 7 – Recorte entrevista

“E os livros didáticos passaram a ter aquilo que eu chamava de perfumaria: o que é lingüística ? o que são funções da linguagem ? Todo livro continha isso, nas primeiras páginas e depois era esquecido e aí voltava: o que é substantivo? o que é adjetivo? O tradicional. Nós tivemos isso, também nos anos 70.” (Profª Ana Helena, p.17)

Fonte: De Angelo (2005, p. 223).

Entendemos que o estudo desenvolvido por De Angelo (2005) vem corroborar com a discussão que empreendemos, em relação ao objeto de estudo desta tese, mostrando como as professoras de Língua Portuguesa da época viveram, e ainda vivem, a contradição de estar entre o tradicional, a gramática normativa, e o novo que a Linguística trazia e, assim, podemos dizer que não se tratava de uma relação entre gramática normativa e Linguística, mas, sim, de uma fragmentação e descontinuidade na inclusão dos saberes advindos da ciência da linguagem em instrumentos linguísticos. De acordo com De Angelo (2005, p. 61),

Se, de um lado, a influência do discurso da Lingüística junto aos professores foi grande, de outro lado, essa recepção, nos anos 70 e 80, não se deu sem conflitos, sem embates com as concepções e práticas então vigentes nesse ensino, que se desenvolvia mergulhado no paradigma tradicional de ensino de Língua Portuguesa.

<sup>27</sup> Conforme De Angelo (2005, vi), “Para subsidiar a discussão, foram analisadas sete entrevistas realizadas com professoras de Língua Portuguesa, hoje aposentadas, que trabalharam na cidade de Campinas (SP), para compor uma imagem do ensino tradicional a partir de uma outra posição enunciativa” e “as entrevistadas passaram a maior parte de sua vida profissional nas décadas de 50 e 60, vindo a se aposentar no início dos anos 70, exceção feita a uma delas que se aposentou no começo dos anos 80. As mais novas iniciaram seu trabalho por volta da metade dos anos 60, concentraram a maior parte de sua vida profissional nos anos 70 e 80, aposentando-se por volta dos anos 90.” (2005, p. 53).

Como tomar uma posição-sujeito? Compreendemos que a Linguística, enquanto ciência, instaura a perturbação e remete para a contradição em um primeiro momento, passando para a tomada de posição-sujeito, que em nosso entendimento trata-se de uma posição-sujeito de entremeio em um segundo momento, quando as diferenças se acomodam.

Em relação à produção do conhecimento nos anos 70 do século XX, Orlandi (2009) destaca que no Rio de Janeiro, os trabalhos em linguística tomam a linha funcionalista, desde Mattoso, passando pela sociolinguística, com atenção à semântica estrutural de Pottier e os desenvolvimentos da sintaxe estrutural. Em São Paulo, toma corpo a linguística descritiva funcionalista, influenciada por Coseriu, Jakobson e Martinet, além de contar com desenvolvimentos do formalismo estruturalista. Em Belo Horizonte, a produção é marcada pelo funcionalismo no estruturalismo e pelo desenvolvimento da gramática gerativa. “Tudo isso nos leva a concluir que há, no Brasil no século XX, um domínio do funcionalismo nos estudos estruturalistas, com alguma produção que se inscreve no formalismo”. (ORLANDI, 2009, p. 146). É desse modo que a autora assevera que não podemos olhar a produção linguística brasileira de maneira homogênea, nem organizar essa produção por autores, instituições ou publicações. Do mesmo modo que autores diferentes pertencem a tendências diferentes, um mesmo autor pode ter sua produção dividida entre formalismo e funcionalismo. Além disso, há autores que apresentam em suas produções marcas da linguística tradicional, estrutural, gerativa, entre outras.

Conforme estudos desenvolvidos por Altman (2004), nos anos 70 a proposição de uma nova abordagem gramatical para o português apresentou-se como problema dominante no quadro da Linguística. Muitas discussões giravam acerca da elaboração de uma nova gramática, uma argumentação essencialmente técnica associada à retórica de franca ruptura com a chamada gramática tradicional, tanto em sua dimensão descritiva quanto pedagógica. No que se refere aos anos 80 a produção brasileira passa a ser mais específica em relação ao que se faz fora do Brasil, pois o estruturalismo permite um trabalho diferenciado de acordo com as diferentes inscrições históricas de quem o pratica; o formalismo, em oposição ao conteudismo, ao comportamentalismo, deixa emergir uma noção de língua e de exterioridade não presa à tradição, levando, assim, os linguistas brasileiros a



explorarem de modos diferentes suas relações com o conhecimento linguístico produzido no Brasil.

Leite (1999) desenvolve um estudo sobre a configuração do purismo brasileiro, explorando o processo de produção da norma para a língua escrita no Brasil, bem como sua relação com o lugar dos estudos filológicos, gramaticais e, sobretudo, literários no país. Para tanto, a autora periodiza esse processo em quatro momentos, relacionados ao século XX, mas o que nos desperta interesse são os dois últimos períodos, no sentido de que em um período ocorre a busca do equilíbrio (1930-1960), pela fixação de uma norma brasileira através da escrita do gênero da crônica; e no outro, a aproximação fala/escrita, a partir de 1960, estudando a repercussão de alguns preceitos da Sociolinguística no uso e na instituição de uma norma para a língua brasileira.

Em um estudo desenvolvido por Barros (2008), sobre a linguagem popular na gramática, encontramos que a produção de gramáticas brasileiras, no século XX, apresenta marcas de que os usos populares continuam a ser considerados viciosos, deselegantes e pouco melodiosos, mas se acentuam os traços positivos de simplicidade e de naturalidade, graças à ênfase dada à distinção entre usos populares propriamente ditos e usos vulgares, que conservam apenas os atributos negativos da falta de escolarização e da ignorância.

Nesse viés, Orlandi explica que nas aulas de Língua Portuguesa, e aqui estendemos para a produção de instrumentos linguísticos, há “o funcionamento de duas discursividades: a do gramático e a do lingüista, este se apresentando como um superego às vezes desejado, outras vezes detestado.” (ORLANDI, 2002, p. 206). Conforme a autora, o gramático, enquanto defensor da língua nacional, criou o imaginário de uma língua regida para todos os brasileiros, mostrando os desvios e as diferenças, e o linguista, ao seu modo, também concorre para esse efeito de unidade, mas por meio da apropriação de um discurso da ciência, elaborando uma metalinguagem que dá o estatuto de objetividade científica à representação de unidade. Em nossa leitura, essas discursividades funcionam em um lugar de entremeio, em um dado momento histórico, em que relações de força estão em jogo, ao se considerar que há um embate entre campos de saberes heterogêneos. Disso, há injunções no modo de se fazer gramática e, também, no modo de tomá-la como objeto de trabalho nas aulas de Língua Portuguesa. Há de se considerar que esses

sujeitos não são afetados somente pelas questões de cunho linguístico, mas também pelas imposições da NGB.

Para produzir essa revisão, selecionamos aspectos que consideramos significativos, sentidos nodais, todavia, sabemos que isso pode ser limitador, mas no momento, necessário. Também compreendemos que não se trata de buscar uma mera sequência cronológica de “fatos”, mas sim caracterizar os atravessamentos de um movimento processual que afetam a autoria na produção do saber sobre a língua.

#### 2.4 GESTOS DE INTERPRETAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO-AUTOR EM UMA *ADVERTÊNCIA*

Com base no que apresentamos até o momento, nesta parte de nosso trabalho desenvolvemos a análise de regularidades discursivas que constituem o texto *Advertência*, publicado na 7ª edição (1962), da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Para isso, organizamos o recorte discursivo, nomeado a seguir:

##### Quadro 2 – Recorte Discursivo I

<b>RD I</b>	<b>Do sujeito à função-autor</b>
-------------	----------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Entendemos que nesse texto, o gramático, em uma tomada de posição, constitui sua posição sujeito e com ela a sua função-autor. No mais, consideramos esse texto como um discurso em que o sujeito marca, pela língua, sua relação com a ideologia e faz parte de uma obra, conforme Guimarães (2004b, p. 9), marcada “[...] por uma relação muito particular com um os acontecimentos institucionais decisivos da ação normativa no Estado sobre a língua do Brasil”.

A produção gramatical de Rocha Lima, como apresentamos na seção 2.3.1 GNLP: suas condições de produção, constitui-se nos anos 50 do século XX, em um novo cenário da/na produção do conhecimento sobre a língua. No século XIX, conforme Orlandi (2007a), ser autor de uma gramática no Brasil era assumir a posição de produtor de um saber linguístico que não refletia simplesmente o saber gramatical português. Isso significava ter um lugar de responsabilidade como

intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à especificidade do português do Brasil. É nesse contexto que se inaugura a posição-sujeito gramático brasileiro.

Orlandi (2005a) ao discutir sobre a autoria<sup>28</sup> e a relação desta com o sujeito, propõe uma distinção entre autor e sujeito, e desloca a noção de autoria, propondo que seja considerada como uma função do sujeito. Para a autora, a função-autor se dá quando o sujeito se coloca – no imaginário constituído pelo que Pêcheux chama “esquecimento número 1” – na origem do que diz. Este gesto o constitui em autor ao mesmo tempo em que constitui o texto como unidade de sentidos em relação à situação, em nosso caso, o texto *Advertência*.

As práticas discursivas, conforme Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), trabalham para que o efeito de sentido constituído produza a ilusão de um sentido único. Por isso tem-se a ilusão de que os sujeitos são a fonte do sentido (esquecimento nº 1) e de que têm domínio do que dizem (esquecimento nº 2). De acordo com Indursky (2013), essas duas ilusões apontam para a questão da constituição ideológica e psíquica do sujeito do discurso. Assim sua interpelação como sujeito relaciona-se ao imaginário e sua estruturação como sujeito se dá pela relação com o simbólico. Assim temos a constituição do sujeito sobre duas bases, a histórica e a psíquica, o sujeito é interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente.

A função-autor constrói uma relação organizada, produzindo um efeito imaginário de unidade, ou seja, começo, meio, progressão, não contradição e fim, elementos esses que Orlandi (2005b) chama de textualidade. Segundo a autora, “a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria” (ORLANDI, 2005a, p. 75) e a função-autor é responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito. (ORLANDI, 2004).

A partir dessa discussão, apresentamos o Recorte Discursivo I - Do sujeito à função-autor e na sequência os gestos de análise que realizamos a partir das discursividades decorrentes das sequências discursivas (SD). No movimento de análise deste recorte, mobilizamos em nosso Dispositivo Teórico (DT) noções

---

<sup>28</sup> A noção de autoria com a qual trabalhamos foi depreendida e deslocada por Orlandi (2004) a partir da proposta de Foucault, na obra **A ordem do discurso** - Aula inaugural no *College d'e France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

pulsantes da AD, as quais pretendemos apresentar na medida em que se fizerem necessárias ao gesto de interpretação nesta escritura.

No quadro que segue, tomamos como regularidade o funcionamento da função-autor, por meio de formulações linguísticas que marcam as condições de produção que sustentam a possibilidade do dizer, no atravessamento das formações imaginárias:

Quadro 3 – Recorte Discursivo I: Do sujeito à função-autor

<b>RD I - Do sujeito à função-autor</b>
SD1 - AO PROFESSOR (advertência da terceira edição). (GNLP, 1962, p. 1)
SD2 - Não se destinando êste livro exclusivamente a estudantes de curso secundário senão que a público mais geral, julgamos de bom aviso manter-lhe a fisionomia com que fôra planejado e redigido – fisionomia cujo acêrto a consagrada carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar. (GNLP, 1962, p. 1)
SD3 - Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteiriça estrutura intelectual. (GNLP, 1962, p. 1)
SD4 - Por já existir notável convizinhaça entre a terminologia nêle adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos emprêsa sobremodo fácil - no caso de simples opção de nomes - proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra. (GNLP, 1962, p. 1)
SD5 - Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar - <sup>-29</sup> por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino. (GNLP, 1962, p. 1)
SD6 - [...] deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira. (GNLP, 1962, p. 2)

<sup>29</sup> Conforme o original.

SD7 - Assim se conciliam, no parecer, a utilização didática do livro e as linhas mestras de convicção do Autor. (GNLP, 1962, p. 2)
--

SD8 - ROCHA LIMA. (GNLP, 1962, p. 2)
--------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Para empreendermos nosso gesto de interpretação acerca do funcionamento da função-autor no texto *Advertência* da GNLP, na textualização e materialização do discurso, consideramos pertinente dar atenção ao que vem a ser um texto com tal nomeação, ou, quais sentidos possíveis transitam por esse espaço discursivo disposto no pré-faciamento da *Gramática Normativa*.

O texto *Advertência* compõe o que nomeamos de pré-faciamento<sup>30</sup>. Assim, entendemos pré-faciamento como tudo o que antecede o corpo da obra e podemos tratá-lo como uma “pré-face” da obra, que além de conter palavras e silêncios pode também conter imagens na sua articulação discursiva. Desse modo, pré-face não é somente o que se nomeia, comumente, como Prefácio de uma obra, aquele texto que pode ser escrito ou pelo autor, ou por outro autor, ou pela própria editora. Compreendemos que um prefácio pode ser um pouco mais que isso, pois pode carregar em seu bojo imagem, texto e história (memória).

Para chegar a tal formulação, tomamos como base o que discutem Nunes (2006) e Petri (2007). Segundo Nunes (2006), os prefácios, vistos amplamente como os textos introdutórios de um dicionário, constituem material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição sujeito gramático, e diríamos também de outros nuances que emergem da gramática, objeto de estudo deste trabalho. Petri (2007) explica que um prefácio é um texto que precede o texto principal, povoado por palavras e por silêncios. Ele vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sua sequência. Nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo. Petri (2007) vai além e explica que os prefácios, também, podem se revelar como lugar de produção de efeitos de completude e de homogeneização, produzindo o efeito de unidade, com início, meio e fim, que é

---

<sup>30</sup> Desenvolvemos em nosso trabalho de dissertação *Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do diferente no mesmo* – dissertação apresentada ao PPGLetras – UFSM, 2010, sob orientação da professora Dr. Verli Petri.

próprio dos livros, e tomamos a liberdade ou observamos ser próprio também à gramática de dizer que isso também se aplica à *Gramática Normativa*.

Partindo da ideia de que não há sentido sem interpretação, bem como, a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem, e as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades significam de modo diferente (ORLANDI, 2004), buscamos em um dicionário os possíveis significados para o verbete “advertência”.

Nossa opção em buscar significados em um dicionário justifica-se pelo fato de ser uma materialidade diferente e com linguagem diferente dessas que estamos lidando até o momento, e essa injunção materialidade/linguagem em outro instrumento linguístico, que não é ordem gramatical, mas é da ordem da gramatização, e, ao nosso ver, funciona como um auxiliar na interpretação. Assim, o dicionário não será nosso objeto de análise, mas vamos “concebê-lo como uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, de educação e de divulgação de conhecimentos lingüísticos”. (NUNES, 2006, p. 43). Nessa esteira, Petri (2007) explica que o dicionário funciona como um lugar de observação do léxico, porém não se restringe ao papel de um instrumento de normatização, mas se constitui como “um objeto discursivo”, nos termos de Nunes.

No caso do Dicionário Caldas Aulete Digital<sup>31</sup>, selecionado para nos auxiliar em nosso gesto de leitura, o leitor encontrará um arranjo diferente, no que se refere à apresentação dos verbetes, pois podemos acessá-los, lê-los saindo do limite das usuais listas de palavras com seus possíveis significados e ir além, consultando o Dicionário Analógico que apresenta ideias afins ao verbete consultado. Optamos por eleger o Dicionário Caldas Aulete por considerá-lo um possível caminho para a compreensão de uma discursividade instaurada no espaço gramatical de pré-face, além de um instrumento linguístico que se apresenta em formatos diferentes, com mais de cem anos de história na produção de saberes sobre a língua.

A busca iniciou pela opção verbete atualizado e encontramos quatro entradas para o verbete “advertência”:

---

<sup>31</sup> A respeito do Dicionário Aulete, Siveris (2012), em seu trabalho de dissertação, expõe que esse instrumento linguístico teve sua primeira publicação no Brasil em 1958, hoje conta-se com dicionário nas versão impressa e *on-line* e num todo são mais de 100 anos de produção dicionarística.

Figura 8 – Verbetes atualizado “advertência”

The screenshot shows the Aulete Digital website interface. At the top left is the logo 'Aulete DIGITAL'. To its right is a search bar. Below the logo are two tabs: 'Verbetes Atualizado' (selected) and 'Verbetes Original'. The main heading is 'advertência'. Below it, there are four numbered entries:

1. Ação ou resultado de advertir.
2. Censura, repreensão (por atitude imprópria, ger. como aviso para que não se repita, sob pena de punição); ADMOESTAÇÃO: *Recebeu uma advertência do professor.*
3. Aviso, alerta: *advertência contra os perigos da poluição.*
4. Liter. Espécie de prefácio ou prólogo no início de certas obras para chamar a atenção do leitor para particularidades ou características das mesmas: *Advertência ao leitor.*

At the bottom of the list is a note: [F.: Do lat. *advertentia*, ae. Sin. ger.: desus. *advertimento*.]

Fonte: Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Na opção verbete original, o dicionário oferece-nos cinco entradas para o verbete “advertência”:

Figura 9 – Verbetes original “advertência”

The screenshot shows the Aulete Digital website interface. At the top left is the logo 'Aulete DIGITAL'. To its right is a search bar. Below the logo are two tabs: 'Verbetes Atualizado' and 'Verbetes Original' (selected). The main heading is 'advertência'. Below it, there are five entries separated by double vertical bars (||):

- || s. f. ação ou efeito de advertir; aviso, admoestação, conselho: Fez-lhe algumas *advertências* necessárias.
- || Censura.
- || Atenção, reparo, consideração: Não prestaram *advertência* ao que deviam fazer.
- || Nota, observação.
- || Prefácio ou prólogo no principio de algumas obras literárias. F. *Advertir*.

Fonte: Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Outra possibilidade de consulta disponível é o Dicionário Aulete Analógico, o qual apresenta um resultado com “palavras análogas e ideias afins”<sup>32</sup>. Para o verbete “advertência”, temos a seguinte analogia:

Figura 10 – Verbetes analógicos “advertência”



Fonte: Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Considerando as significações apresentadas no Dicionário Caldas Aulete, em seus diferentes arranjos, a palavra “advertência” apresenta um funcionamento discursivo que ora adverte/avisa/alerta, ora censura/repreende e ora chama a atenção do leitor para particularidades de uma obra. Vejamos como essas regularidades se movimentam nas sequências discursivas.

Quanto à produção de efeitos de sentido de advertir/avisar/alertar, destacamos o emprego de alguns verbos, como: julgamos (SD2); adaptá-la (SD3); diligenciamos (SD3), uma vez que os sentidos produzidos sinalizam, aos interlocutores, a tomada de posição do sujeito-gramático na função-autor (julgamos e diligenciamos) e não somente informa sua opção (adaptá-la), frente à instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) naquele momento de sua produção.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/analogico>>. Acesso em: 15 nov. 2014.



Consideramos também que na

SD1 - **AO PROFESSOR** (advertência da terceira edição)  
(GNLP, 1962, p. 1)

há condições de produção que, pelo funcionamento interdiscursivo, sustentam essa possibilidade do dizer direcionada AO PROFESSOR. Sintaticamente trata-se de um vocativo que, neste caso, interpela o sujeito-leitor professor, chama-o e delimita a quem se destina tal discursividade. Consideramos dessa forma, pois na

SD2 - Não se destinando êste livro exclusivamente a **estudantes de curso secundário** senão que a **público mais geral** [...]. (GNLP, 1962, p. 1).

que há outros possíveis interlocutores, porém a interpelação na SD1 é dirigida ao professor e produz um efeito de aproximação, possibilitada pelo mecanismo da antecipação das formações imaginárias, em que o gramático, num jogo de projeções, adverte o sujeito professor, potencial leitor da obra, quanto ao (não)lugar da NGB em sua obra. Nesse jogo de projeções, o gramático antecipa possíveis sentidos esperados pelo sujeito professor, uma vez que esse fazia-se, historicamente, filiado a um domínio de saberes gramaticais. Note-se que a *Advertência* é ao professor, mas a obra para outros sujeitos, na formação imaginária do sujeito-autor a advertência é dirigida a um sujeito-leitor bem específico.

Partindo do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (1997 [1975]), podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do gramático, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social. Ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. Assim, todo o processo discursivo supõe por parte do interlocutor A, uma antecipação das representações do interlocutor B, o que determinará as estratégias do discurso e vice-versa. As diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores

(provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a "tomadas de posição" implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco e a percepção é sempre atravessada pelo "já ouvido" e o "já" dito", através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas. Por isso, compreendemos que a produção de saberes sobre a língua, entendida como uma prática discursiva, está marcado pela tomada de posição sujeito, em sua função-autor, em detrimento de um sujeito-leitor, representado em seu efeito-leitor.

No que se refere à censura/repreensão, compreendemos que algumas construções marcam a desaprovação do sujeito-gramático em relação a nomenclaturas recomendadas, como em: "não é lícito a ninguém renunciar - - por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino" (SD5); "não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira" (SD6). Tal desaprovação funciona em meio a um jogo de relações de força que se sustentam por lugares sociais e discursivos, tratadas na AD como posições sujeito, que veremos adiante.

Para chamar atenção do leitor, quanto às particularidades da gramática, há, no fio intradiscursivo, no "eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas" (ORLANDI, 2005a, p. 33), expressões como:

- **manter-lhe a fisionomia, consagrada carreira** (SD2);
- inteiriça **estrutura** intelectual (SD3);
- **doutrina** (SD5);
- matéria de **ordem doutrinária** (SD6);
- a utilização didática do livro e as **linhas mestras** de convicção do Autor (SD7).

Em nosso gesto de interpretação, tais marcas linguísticas produzem um funcionamento discursivo que significa aquele fazer gramatical pautado em uma produção que se filia ao fazer que historicamente até então se constituiu (manter-lhe a fisionomia, consagrada carreira, inteiriça intelectual), também marcam a autoridade em determinado assunto e quem diz sobre isso também tem autoridade (linhas mestras, convicção do autor). Mais do que isso, há condições para que aconteça, por isso destacamos a:

SD2 - [...] fisionomia cujo acêrto a consagrada carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) **patenteou de maneira solar**. (GNLP, 1962, p. 1).

O sujeito-gramático sustenta seus dizeres na evidência de que se trata de um livro de qualidade, pois aponta que a gramática **patenteou de maneira solar**. O funcionamento do verbo patentear vai além dos significados que circulam na produção dicionarística, como: evidenciar, mostrar, abrir, irradiar, brilhar (CALDAS AULETE<sup>33</sup>, 2016). Entendemos que **patenteou** também pode significar como materializar um saber legitimado pela doutrina gramatical. Vejamos como isso é materializado discursivamente em uma das entrevistas realizada por De Angelo (2005):

Figura 11 – Recorte entrevista

“Fora da gramática do Rocha Lima, eu não me lembro de outra que a gente usasse. E as outras são mais recentes: Cegalla, tudo isso é muito mais recente.” (Profª Ilka, p. 16)

Fonte: De Angelo (2005, p. 184).

Figura 12 – Recorte entrevista

“... **sobre a gramática, o que que a senhora me conta ?**  
 Ah, nada. Nada.[risos da entrevistada] Eu era obrigada a ensinar gramática, concordância, aquela coisa toda, né ? Eu... eu acho que eu... nós tínhamos um livro que era a gramática do Rocha Lima, se não me engano, que estava na época, estava em moda, na época. Você conhece essa gramática ?  
**Conheço.**  
 É, uma gramática difícil pra burro, né ? Ai que horror ! Então a gente trabalhava com essa gramática, em cima dessa gramática. Eu tenho a impressão que quem escolhi... tinha escolhido a gramática era a Juracy. Eu não tinha talento pra ele.[...]  
**Então a gramática, vamos dizer, ficava em segundo plano em relação às outras atividades ?**  
 Pra mim [com ênfase], sim. Pra mim, sim.” (Profª Ilka, p.12)

Fonte: De Angelo (2005, p. 161).

A partir desse discurso sobre ensino de gramática, recortado das entrevistas, destacamos as sintagmatizações “estava na moda” e “É uma gramática difícil pra burro, né?”. Compreendemos que os sujeitos-professores eram interpelados ideologicamente a ensinar gramática normativa e não poderia ser qualquer uma,

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

mas, sim, aquela que estava na moda, neste caso, a gramática do Rocha Lima. Trata-se de uma gramática que impõe uma língua imaginária, “difícil pra burro”, tomando como referência os modelos clássicos da literatura. Esse movimento segue a construção de uma barreira que separa aqueles que sabem, daqueles que não sabem a língua, o certo e o errado, os bons entendedores e os maus entendedores, nos termos de Pêcheux (1990), acentuando as diferenças entre as classes hegemônicas e as demais classes e deixando à deriva os sujeitos que não dominam a língua imaginária. Nesse viés, compreendemos que esses efeitos de sentido produzidos no texto *Advertência* da GNLP estão, pois, articulados às condições de produção vigentes na época e afetam tanto o sujeito-gramático, em sua função-autor, quanto os professores, em sua prática docente, que são obrigados a tomar o instrumento linguístico como objeto de trabalho.

Ao considerarmos que o funcionamento da linguagem não é integralmente linguístico, entendemos que as condições de produção da *Advertência* afetam os modos de inscrição do sujeito-gramático, em sua função-autor. No processo de produção de saber sobre a língua, há fatores que se atravessam e perturbam a materialização do saber legitimado pela doutrina gramatical e pelas linhas mestras de convicção do autor. Desse modo, é preciso considerar a relação entre os sujeitos e os fatores extralinguísticos para que se possa compreender como o discurso, como a produção de sentidos é afetada pela/na relação com a exterioridade.

Por isso retomamos a

SD3 - Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à **Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura** para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteira estrutura intelectual. (GNLP, 1962, p. 1).

Entendemos que as condições de produção da *Advertência*, em sentido estrito, envolvem professores, que tomam o instrumento linguístico como objeto de trabalho e em sentido amplo, é um material avalizado pelo Estado. Nessas formulações entram em jogo as formações ideológicas, que para Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), compreendem o conjunto complexo de atitudes e de representações (práticas, saberes e discursos), nem individuais nem universais, que se relacionam

às posições de classes em conflito umas com as outras, por se tratar de relações de força. A formação ideológica é um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças, em uma conjuntura ideológica de uma formação ideológica, em um dado momento.

Ainda sobre as condições de produção, em Courtine (2006), encontramos que esta é uma noção primitiva que aparece nas definições que estabelecem o discurso como um objeto, pois se considera o discurso um enunciado emitido sob determinadas condições de produção. Em um campo empírico, funciona com um princípio de divisão que permite separar o discurso como um objeto concreto de outros objetos empíricos, como a frase, os atos de fala, além de proporcionar o valor de um princípio operacional, considerando que guia metodologicamente as primeiras operações que são efetuadas no tratamento de um conjunto de informações discursivas que devem ser conhecidas. Neste sentido, um dos fatores que determina as condições de produção do texto *Advertência* é a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, recomendada pelo Estado, e, possivelmente, a *Advertência* toma forma material em função dessa política de estado e pelo fato de Rocha Lima fazer parte da comissão de elaboração da NGB.

A NGB foi elaborada por uma comissão, da qual faziam parte Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Ferreira da Cunha e Carlos Henrique da Rocha Lima. A comissão de cinco professores do Colégio Pedro II era encarregada de estudar e propor um projeto de simplificação da NGB, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática. A comissão também teve como objetivo atender ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho: a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira (CHAVES DE MELO, 1971).

Assim, a NGB foi o resultado do trabalho da comissão e das contribuições remetidas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Docentes para o Ensino Secundário (CADES) pela Academia Brasileira de Filologia, por várias Faculdades de Filosofia do país, pela Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português. De certo modo, objetiva-se definir os modos de dizer e também aqueles que não podem ser ditos, os primeiros são o discurso, os segundos, o ruído. O discurso implicando o sentido de cristalização de sentidos, ou melhor, da nomenclatura, aproximando-se

muito com o que Orlandi (2009) nomeia de língua imaginária, aquela que se pode fixar; e o ruído, como aquilo que perturba, que é da ordem do heterogêneo e pode desestabilizar os modos do fazer, de ser e do dizer, chegando aos entornos da língua fluida, nos termos de Orlandi.

A Portaria e o texto da NGB foram publicados no Diário Oficial da União, em 11 de maio de 1959. Desde então, quase todas as gramáticas passaram a trazer as advertências: “De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira” ou “Adaptada à Nomenclatura Oficial”, entre outras, como temos na

SD3 - Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à **Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura** para uso dos estabelecimentos de ensino e da **literatura didática** [...] (GNLP, 1962, p. 1).

Como nos orienta Orlandi (2005b), no processo discursivo devemos considerar: a circunstância da enunciação, ou da comunicação imediata; o contexto sócio-histórico; a memória discursiva<sup>34</sup>, e o modo de circulação. Levando em conta esses elementos, vejamos o que é possível depreender em relação ao texto *Advertência* da GNLP.

Para se pensar a elaboração da GNLP, assim como o texto *Advertência*, faz-se necessário recuar no tempo. A partir de 1900, para Orlandi (2002), as gramáticas assumem outras funções, que não mais a de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, agora se busca manter essa identidade brasileira, o que implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua “corretamente”. É com esse pano de fundo que “chovem” gramáticas, com diferenças no que diz respeito a questões analíticas e descritivas, por exemplo, diferenças na análise de oração e de complementos, distinções que incidem sobre adjunto e sua descrição etc.

Ainda referente à SD3, destacamos a sintagmatização **literatura didática**. De acordo com Agustini (2004, p. 11), “a literatura aparece na gramática como prática linguageira legítima e correta de que se vale o gramático para instituir/legitimar as regras gramaticais” e não é qualquer autor da literatura que o sujeito-gramático, em

---

<sup>34</sup> “A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

sua função-autor, seleciona para exemplificar, para dizer sobre a língua, pois “há um recorte da literatura que aparece na gramática” (p. 12).

Esse recorte funciona em dois movimentos, conforme Agustini (2004). O primeiro movimento caracteriza-se pela literatura produzir uma realidade linguística para a gramática, e, no segundo movimento, “a gramática produz, para os autores que nela aparecem para instituir/legitimar uma regra, a imagem de ‘bom autor’, consagrando a literatura como um espaço discursivo diferenciado.” (p. 12).

Essa relação entre gramática e literatura fez emergir na textualidade da gramática uma outra relação: a de complementaridade entre gramática e estilística. A estilística comparece nos textos gramaticais para legitimar/garantir a autoridade e a supremacia da literatura enquanto prática linguageira legítima e correta nos lugares em que as regras gramaticais são transgredidas por autores consagrados da literatura e de que o gramático extrai exemplos para suas regras. (AGUSTINI, 2004, p. 12).

Nessa direção, a gramática, enquanto um espaço logicamente estabilizado (PÊCHEUX, 1999; 2006), constitui-se, também, pela contradição e “supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação.” (PÊCHEUX, 2006, p. 31). Se de um lado há a tentativa de controle pela norma, entendemos que aquilo que escapa desse controle, o diferente, estaria fora da gramática, porém, entendemos que na GNLP, e assim como aponta Agustini (2004), o diferente é constitutivo do discurso gramatical. Compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, busca regular o dissenso entre a língua legitimada na e pela gramática e a língua literária, por meio do que a autora nomeia como domesticação, “efeito (imaginário) de ‘naturalização’ das diferenças” e essa tentativa de regular o diferente, em um espaço que almeja conter os sentidos, engendrada às condições de produção específicas da GNLP (1962), marca um funcionamento singular que vai trilhando a função-autor do gramático.

Retomando os dizeres de Agustini (2004, p. 11), que “a literatura aparece na gramática como prática linguageira legítima e correta de que se vale o gramático para instituir/legitimar as regras gramaticais” e de que “há um recorte da literatura que aparece na gramática” (p. 120), podemos relacionar esse movimento ao estudo desenvolvido por De Angelo (2005). Em seu trabalho de tese, questiona uma professora sobre a aula de gramática:

Figura 13 – Recorte entrevista

A Profª Ana Maria traz algumas informações sobre a aula de gramática, que podem ser observadas, a seguir:

**“Os textos eram usados para a gramática, Ana ?**  
 Não[com ênfase],  
**Não.**  
 não, não. Nossa gramática eram os grandes autores...  
**Hum, hum. Eram**  
 Eram modelos supremos [falas sobrepostas]  
**Era um outro momento.**  
 Era um outro momento. E também, por exemplo, se apareciam trechos dos autores da coletânea, com certeza porque eram os clássicos, com certeza, não é, tinha no Rocha Lima exemplos desses ditos autores. Não não se estabelecia o elo. Era bem assim: outro momento, outra fonte.  
**Hora da gramática era da gramática.**  
 Da gramática. Será que outra língua? Será que outra língua ?[mais pausado]”(Profª Ana Maria, p.34)

Fonte: De Angelo (2005, p. 17).

Ao questionar a professora sobre o uso de textos na aula de gramática, emerge a questão dos autores “clássicos”, ou seja, não pode ser qualquer autor, somente os “grandes autores”, “modelos supremos” faziam parte da “nossa gramática” e uma das gramáticas que trazia “trechos” dos “ditos autores” era a de Rocha Lima. Nesse sentido, assim como nos ensina Costa (2015, p. 59), compreendemos que “[...] a contradição permeia a constituição da gramática de modo que contorna a heterogeneidade da língua ao estabelecer parâmetros de normatização que se apóiam apenas na escrita literária”.

Para voltar nosso olhar para a SD5, faz-se necessário considerar a profusão de gramáticas que surgiram por volta de 1900, conforme Orlandi (2002), e a diversidade de nomes dados aos mesmos termos constitutivos. Diante desse cenário, o Estado entrou em cena, nos anos finais de 1950, com a proposta de elaboração de uma política linguística que é materializada discursivamente na NGB para legislar sobre a língua nacional escrita, numa tentativa de homogeneizar a terminologia gramatical. Assim, “a NGB resultou de uma intervenção direta do Estado que produziu a homogeneização, fixação da terminologia gramatical no Brasil”. (ORLANDI, 2002, p. 193).

Como não é possível conter a fluidez da língua, cria-se uma política que tem em seu projeto o objetivo de segurar, normalizar a nomenclatura. Nas palavras de Gadet e Pêcheux (2004, p. 38), “A questão da língua é, pois, uma questão de



Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças”. Porém, entendemos que no texto *Advertência*, em análise, esse movimento não se dá de maneira plena, como podemos destacar na

SD5 - Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de **DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar - - por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.** (GNLP, 1962, p. 1).

Considerando as sintagmatizações em destaque, voltamos nosso olhar para os efeitos de trama que se movimentam na língua, assim como Pêcheux (1990) trata da língua dos “bons entendedores” e dos “maus entendedores”. Em *Delimitações, inversões e deslocamentos*, o autor apresenta a questão da revolução socialista a partir do século XIX e aborda como língua e gramática promovem divisões. De um lado, burguesia, de outro, proletariado, imaginariamente aliados por uma unidade formal, fundada no Direito, e separados por uma barreira invisível, pois a unificação formal é um movimento irrealizado frente ao proletariado e deve permanecer assim. A barreira que se institui nessa situação não se apresenta de forma material, ela é invisível e atravessa a sociedade, como uma linha móvel, resistente e elástica.

Compreendemos a partir de Pêcheux (1990) e do conceito de divisão social do trabalho de leitura, que sustenta toda essa política de que dando acesso à “estrutura” linguística (alfabetização, gramática, etc.) cria-se um imaginário de unidade, de que todos os que “conhecem” essa língua da gramática teriam acesso a mesma parcela de língua, de discurso, de interpretação. No entanto, precisamos nos questionar: o domínio das regras gramaticais garante o domínio do bem falar, do bem escrever e do bem interpretar o funcionamento da língua das/nas diversas práticas discursivas?

Mesmo que as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não tenham o mesmo sentido (PÊCHEUX, 1990) procura-se conter e estabilizar sentidos unos em uma política linguística de Estado, da qual Rocha Lima faz parte pela tomada de posição sujeito-agente-regulador. No entanto, entendemos que fazer parte da comissão de elaboração da NGB não garantiu que esse sujeito-gramático, em sua função-autor, se identificasse plenamente com os **propósitos da**

**unificação preconizada pela boa política do ensino.** Trata-se de um gesto de resistência, na tentativa de marcar sua autoria na GNLP, uma autoria de ordem doutrinária gramatical.

Nesse sentido, Baldini (2009) considera que a NGB funciona como um discurso sobre a metalíngua e regula o papel de autoria do sujeito-gramático, ou seja, não se trata de um discurso sobre a língua, como o caso das gramáticas, mas de discursos sobre as gramáticas e suas partes.

E é nesse viés que compreendemos que a NGB, como política linguística, faz parte do processo de gramatização brasileira e se insere no quadro organizado por Guimarães (1996), situando-a no terceiro período. Segundo o autor, a NGB foi elaborada em 1958 e se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente, além de parecer uma ação do Estado para unificar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil. O estabelecimento de uma terminologia, uma metalinguagem não esconde o objetivo de se acabar com as diferenças terminológicas das gramáticas brasileiras, esse acontecimento abarca o movimento de afastar-se de Portugal, estabelecendo uma unidade linguística brasileira específica.

#### **2.4.1 Do sujeito à função-autor na produção gramatical**

Em relação ao RDI, destacamos o emprego das formas verbais na primeira pessoa plural, em que o sujeito-gramático emprega os verbos “julgamos” (SD2), “diligenciamos” (SD3), “realizamos” (SD4), “foi-nos” (SD4) e “deliberamos” (SD6), funcionando como um **nós** inclusivo (com elipse do pronome pessoal), produzindo um efeito de identificação e inclusão ao discurso linearizado, ressoam como marcas que atestam a inscrição do sujeito no dizer. Em nosso gesto de leitura, as formulações destacadas nos ajudam a compreender o funcionamento da relação sujeito e língua, em que pela língua o sujeito do discurso marca sua inscrição em determinadas formações discursivas e não outras.

Pêcheux (1997 [1975]) afirma que o discurso é efeito de sentidos entre os pontos A e B e estes designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. Tais sentidos e tais interlocutores, ou seja, sujeitos, são determinados historicamente e se relacionam às formações discursivas (FD) que, por sua vez, se

inscrevem em formações ideológicas (FI) que se configuram nas condições de produção (CP).

A noção de sujeito é tratada por Pêcheux (1995 [1988]) quando o autor retoma as questões da enunciação e pode-se dizer que é a partir da ressignificação das ideias propostas por Benveniste que se abrem as portas para a formulação da noção de sujeito da Análise de Discurso. A noção de sujeito é reformulada porque Benveniste, mesmo estabelecendo as marcas da subjetividade que inserem o homem na língua (eu, tu, aqui, agora), trata o sujeito como único e homogêneo, sendo o homem o locutor que remete a si mesmo como eu no seu discurso por meio da linguagem, e não leva em consideração que o sujeito “não controla e não é origem do seu dizer”, premissas defendidas por Pêcheux.

Ao tratar da noção de sujeito, Pêcheux (1995, [1988], p. 161) explica que “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Assim como já defende Costa (2015), compreendemos que a noção de sujeito também é importante para o nosso estudo, “na medida em que nos permite compreender que o sujeito que enuncia, na gramática, não é a origem do (seu) dizer, mas constitui-se enquanto tal, ao ser tomado por um discurso e ao enunciar de uma dada posição ideológica”. (p. 20).

Engendrada à noção de sujeito, temos a noção de formação discursiva (FD). Essa noção é encontrada em Pêcheux, na obra *Semântica e Discurso* (1995 [1988]), correspondendo a *um domínio do saber*, que é constituído por enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, resultando o que pode e deve ser dito por um sujeito. Nos termos de Pêcheux, uma formação discursiva, em dada formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito:

Chamaremos, então, de formações discursivas aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995 [1988], p. 160).

As formações discursivas têm seus saberes regulados pela forma-sujeito e, vista assim, nesse momento, para o autor, a forma-sujeito apresentar-se-ia dotada de bastante unicidade, sobretudo quando Pêcheux (1995 [1988]) introduz o que

chamou de tomada de posição, que consiste em um movimento pelo qual o sujeito toma posição e se identifica consigo mesmo, com seus semelhantes e com o sujeito. Segundo Indursky (2007), o sujeito apresenta-se dividido em relação a ele mesmo e essa divisão do sujeito se materializa nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na formação discursiva que o afeta.

Compreendemos que no RDI há saberes filiados a uma Formação Discursiva Gramatical Doutrinária (FDGD). Com base em Indursky (2007, p. 168), “é o interdiscurso que determina uma FD, ou seja, o interdiscurso contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD”. Assim, compreendemos que as FDs determinam também o que não pode e não deve ser dito e isso é marcado na *Advertência*, quando o sujeito-gramático, em sua função-autor, toma cuidado com os modos de dizer, pois por ter trabalhado na formulação da NGB não pode afrontá-la em excesso. Ao mesmo, por ter suas convicções de gramático faz sua tomada de posição dando lugar à contradição. O sujeito é contraditório, sobretudo, por ser interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente.

Desse modo, compreendemos que os saberes inscritos nessa FDGD relacionam-se ao discurso sobre o fazer gramatical até então em funcionamento, um saber que se faz doutrinário por ser historicamente constituído e até 1959 não era regulado politicamente pelo Estado. Vejamos como isso vai se estabelecendo no processo discursivo:

SD2 - [...] julgamos de bom aviso manter-lhe a **fisionomia** com que fôra planejado e redigido – fisionomia cujo acêrto a consagrada carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar. (GNLP, 1962, p. 1).

SD3 - [...] diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a **inteiriça estrutura intelectual**. (GNLP, 1962, p. 1).

SD5 - Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de **DOCTRINA**; e, então, **não é lícito a ninguém renunciar** [...] (GNLP, 1962, p. 1).

SD6 - [...] deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de **ordem doutrinária** [...] (GNLP, 1962, p. 2).

SD7 - [...] e as linhas mestras de convicção do Autor.

Nas SDs 2, 3, 5 e 7 há marcas linguísticas, como “fisionomia”, “inteiriça estrutura intelectual”, “Doutrina”, “não é lícito renunciar” e “ordem doutrinária” que remetem a saberes inscritos na FDGD, fundada em uma memória discursiva que pressupõe o funcionamento da língua imaginária, entendida como “as línguas-sistemas, normas, coerções, as língua-instituição, a-históricas.” (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28).

Compreendemos que na FDGD ocorre a inscrição de saberes que tratam de um discurso sobre a metalíngua (BALDINI, 2009), entendida como os modos de regulação do dizer sobre a língua e sobre a os modos de apresentar a produção gramatical:

SD3 - Esta é a razão por quê, ao **adaptá-la agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada** pelo Ministério da Educação e Cultura para **uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática** [...]. (GNLP, 1962, p. 1).

SD4 - Por já existir notável **convizinhança** entre a terminologia nêe adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a **norma oficial**, foi-nos emprêsa sobremodo fácil - no caso de simples opção de nomes - proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra. (GNLP, 1962, p. 1).

SD5 - Mas, como é notório, as questões de **NOMENCLATURA** muita vez se **entrelaçam** às de DOCTRINA; e, então, não é lícito a ninguém renunciar - - por mais que sejam de louvor os propósitos da **unificação** preconizada pela boa política do ensino. (GNLP, 1962, p. 1).

SD6 - [...] não coincidem, em **pormenores**, com **algumas facêtas teóricas implícitas** em meia dúzia de pontos da **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. (GNLP, 1962, p. 2).

SD7 - Assim se **conciliam**, no parecer, a utilização didática do livro. (GNLP, 1962, p. 2).

Nessas SDs, destacamos: “Nomenclatura Gramatical Brasileira”, “norma oficial”, “NOMENCLATURA”, “unificação” e que são tomadas como regularidades que nos permitem referenciá-las à FDGD e às formações ideológicas, que abordaremos na sequência, compreendendo assim as derivas de sentidos que se produzem no discurso da *Advertência*.

Conforme mencionamos anteriormente, Pêcheux (1995 [1988]) introduz três modalidades de tomada de posição e dessas, interessa-nos aquela que caracteriza o discurso do mau sujeito que através de uma tomada de posição se contrapõe à forma-sujeito. Essa modalidade consiste em um distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta em relação aos saberes filiados à imposição de uma política que regula os modos de dizer sobre a língua, conduzindo o sujeito do discurso a contra identificar-se com alguns desses saberes, questionando-os. Espaço privilegiado para se observar a contradição.

Retomando a SD5,

SD5 - Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de **DOCTRINA**; e, então, **não é lícito a ninguém renunciar** - - por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino. (GNLP, 1962, p. 1).

compreendemos que há uma contra-identificação em relação ao discurso prescrito pela/na NGB na formulação **não é lícito a ninguém renunciar**. Essa contra-identificação é um trabalho do sujeito do discurso e institui-se como forma de resistência à forma-sujeito e aos saberes que ela organiza.

Para constituir-se como sujeito do seu dizer, o sujeito submete-se à língua e faz uma tomada de posição em que marca identificação, contrariedade ou recusa a diferentes saberes. Ao discutir os desdobramentos entre sujeito da enunciação e

sujeito universal, Pêcheux (1995 [1988]) afirma que é possível constatar que esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades: identificação plena, contra-identificação e desidentificação. Assim, o sujeito-gramático questiona saberes pertencentes à FD em que ele se inscreve. Indursky (2007) afirma que esta tensão entre a plena identificação com os saberes da FD e a contra-identificação com os mesmos saberes ocorre no interior da FD, o sujeito do discurso questiona saberes pertencentes à FD em que ele se inscreve e não se tendo mais uma identificação plena, abre-se espaço para uma superposição, incompleta, que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela contradição no âmbito dos saberes da FD, “Ou seja: esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea.” (INDURSKY, 2007, p.168).

Em nossa leitura, no âmbito da FDGD observa-se a (co)existência de saberes de diferentes filiações, o que tensiona as tomadas de posições de sujeito identificadas no discurso gramatical. Em nosso entendimento há presença da contradição nas tomadas de posição e instaura-se pelo fato de Rocha Lima ser um dos autores da NGB, também autor de gramática, bem como, sujeito falante da língua, professor de língua do Colégio Pedro II. Na tomada de posição sujeito-gramático ocorre a contra-identificação ao discurso sobre a metalíngua produzido na tomada de posição sujeito-agente-regulador. E isso o afeta porque essa metalíngua regula a função-autor. Compreendemos que a NGB dita, além do que pode e deve ser dito, o como pode ser dito e o como deve ser dito, afetando, nesse viés, as possibilidades de dizeres na autoria da *Gramática Normativa*. Além disso, compreendemos que o gramático, o agente regulador, o falante, o professor são posições-sujeito e são constitutivas desse discurso gramatical, assegurando o funcionamento das contradições como constitutivas e não como se uma posição-sujeito fosse excluir a outra.

Assim, entendemos que a formulação não é lícito a ninguém renunciar (SD5), e nesse caso não é lícito renunciar à Doutrina, por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino (SD5), aponta, conforme Pêcheux (1995 [1988]), para um distanciamento e contestação em relação aos saberes que regulam os modos de dizer sobre a língua, conduzindo o sujeito do discurso a contra identificar-se, em um movimento de interpelação ideológica, com alguns dos saberes da FD que o afeta. Assim, em relação à SD5 compreendemos

que há uma superposição incompleta que resulta de um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela contradição no âmbito da FD, conforme explica Indursky (2007). Além disso, Pêcheux (2006 (1988), p. 56) afirma que “não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, se uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” [...]”. O que temos, então, seriam “efeitos de identificação assumidos e não negados” (p. 57).

Na sequência da *Advertência*, ainda na SD5, o sujeito-gramático afirma que, apesar de realizar adequações na gramática para atender à política linguística, ele relaciona num *Apêndice* as passagens na GNLP que não coincidem com pontos da NGB. Temos uma explicação da proximidade entre nomenclatura e doutrina, mas com a ressalva de que, enquanto sujeito-gramático, não se renuncia à doutrina. Interessante pontuar que as palavras NOMENCLATURA e DOCTRINA aparecem em destaque no parágrafo. Compreendemos que não devem passar despercebidas aos olhos daqueles que trabalham, estudam ou consultam tal instrumento linguístico. Parece-nos então que NGB e GNLP são dois documentos/instrumentos linguísticos funcionando em paralelo, trilhando caminhos específicos e que, às vezes, tocam-se e complementam-se ou constituem uma à outra.

Entendemos, assim, que a função-autor enquanto uma função discursiva do sujeito autor, se constitui numa trama discursiva engendrada por saberes que se filiam a formações discursivas às quais o sujeito gramático ora se filia ora desaprova. Essa trama se faz possível porque há lugar para o funcionamento do heterogêneo, em que o sujeito se constitui no entremeio de saberes para fundar sua produção gramatical, sempre interpelado ideologicamente.

Para Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), a interpelação do indivíduo em sujeito é o modo como o sujeito se reconhece pelas condições históricas que o determinam e passa a ocupar um determinado lugar a partir desse reconhecimento, assim, em um movimento de interpelação ideológica o sujeito faz uma tomada de posição em que marca sua identificação, sua contrariedade ou recusa a diferentes domínios do saber. Porém, não há como identificar de modo direto a relação entre ideologia e discurso, mas se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais, do que os autores chamam de materialidade ideológica.

Para compreendermos a relação entre ideologia e discurso, voltamos nosso olhar para a noção de formação ideológica nos estudos desenvolvidos por Althusser,



em especial, para a obra *Sobre a reprodução* quando o autor reflete sobre *O Estado e seus aparelhos* (1999). A teoria de Althusser confere lugar concreto ao funcionamento da ideologia, como ela trabalha no seio dos aparelhos de Estado, pois o poder de Estado não existe por si só e sem a empiria dos aparelhos não se entende a organização do Estado.

A ideologia que é realizada dentro dos AIEs se constitui por meio de suas funções materiais, práticas, rituais e dos saberes que servem de suporte à manutenção das ideologias, de tal modo que recorrem a um tipo de violência que está marcado pela opacidade, constituem-se no atravessamento das relações entre os saberes e as práticas e seus efeitos. (ALTHUSSER, 1999).

Ao apresentar a questão das funções materiais, práticas e rituais, Althusser expõe o lugar de concretude da ideologia, um lugar que não é meramente espacial, mas que se constitui numa materialidade concreta, nos termos do autor, a formação ideológica. É dentro de uma FI que se produzem saberes e práticas que cristalizam as ideologias que se tornam dominantes, sendo que tais efeitos garantem a reprodução das relações de produção.

Nessa confluência, entre as práticas, rituais e discursos é que se pode entender o assujeitamento do sujeito, ou, como o indivíduo é interpelado como sujeito em uma FI pelo conjunto de práticas com as quais se identifica. Para Althusser (1999), a interpelação fica nos domínios das práticas no interior das FI e não passa da ordem do simbólico. É nessa lacunaridade, ou intervalo, que, posteriormente, Pêcheux movimentará a noção de formação discursiva, ao compreender que a interpelação não pode se reduzir aos domínios das práticas no interior das FIs e é preciso pensar em uma relação de entrecruzamento dos discursos e das práticas, ou seja, de tal modo que o assujeitamento livremente consentido possa ser entendido dentro de uma relação complexa que imbrica o discurso e as práticas. Retomamos, assim, a ideia de que a teoria de Althusser confere lugar material ao funcionamento da ideologia no seio das práticas sociais, para dizer que o lugar empírico da ideologia para Pêcheux é no discurso.

Para suprir essa lacuna no interior da teoria althusseriana, Zandwais (2012) explica que Pêcheux confere à noção de formação ideológica um estatuto operacional concreto, pois ao dar conta do funcionamento empírico da concepção de ideologia, retira-a de sua abstração, de sua condição metafísica.

Nesse viés, retomamos a SD3:

SD3 - Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo **Ministério da Educação e Cultura** para uso dos **estabelecimentos de ensino** e da literatura didática [...]. (GNLP, 1962, p. 1).

que traz em sua discursividade dois aparelhos ideológicos de Estado. O primeiro, Ministério da Educação e Cultura, e o segundo, os estabelecimentos de ensino. Althusser (1999) explica que os Aparelhos de Estado não são homogêneos, pois são sempre divididos em aparelhos repressores e aparelhos ideológicos de Estado (AIE). A cada AIE correspondem determinadas organizações ou instituições, como a escola, que pode se inscrever em diferentes ordens, como pública, privada, presencial. Apesar de fazerem parte do mesmo AIE, apresentam contradições entre si, pois seus interesses e objetivos são diferentes.

Pelo viés do discurso, Pêcheux e Fuchs asseveram que:

Num dado momento histórico, as relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo confronto, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 166).

No caso da SD3, o Ministério da Educação e Cultura e os estabelecimentos de ensino representam aparelhos de posições políticas e ideológicas que se organizam em formações que funcionam para manter relações de controle do dizer. Esse controle do dizer é uma ilusão dos sujeitos e das instituições. Os AIE caracterizam-se pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, reproduzi-las exatamente (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975]), ou seja, eles funcionam assim, mas não há garantia de que funcionem assim, pois os sentidos não estão sob controle.

Pêcheux (1995 [1988]) afirma que o funcionamento da ideologia, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, acontece por meio do complexo das formações ideológicas, determinadas práticas e determinados discursos, e dá a cada

sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas.

Em suas reflexões, Pêcheux e Fuchs definem que

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar "comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura", isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 166).

Assim, não há reciprocidade de uma formação ideológica para uma formação discursiva, as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas, porque os saberes que constituem uma FD correspondem ao que está posto no complexo das Formações Ideológicas, um conceito plural, como as FDs são heterogêneas, elas se relacionam de diferentes maneiras com as Formações Ideológicas. Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) também compreendem que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas e estas estão na formação ideológica. É nessa direção que a formação discursiva é um lugar de coerção e refração dos sentidos, porque há um conjunto de interesses contraditórios que se articulam no interior dela mesma e nas relações de interligação com outras formações discursivas. Compreendemos que é em função desse engendramento que o sujeito-gramático pode identificar-se e contra identificar-se com o discurso prescrito na/pela NGB, trata-se de um movimentar-se “dentro/fora” da NGB.

#### **2.4.2 Sobre as formações imaginárias e a função-autor**

Retomamos a noção de discurso proposta por Pêcheux (1997 [1975]), como “um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, para tratarmos do conceito de formações imaginárias. O autor explica que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais, visto que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social e esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a

imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (p. 82). Nesse viés, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações e as posições.

Trata-se da representação de uma ilusão produzida pelas formações imaginárias (FI), pelo fato de que gramáticos e professores, mesmo que se inscrevam em um mesmo domínio de saberes sempre estarão representando posições-sujeito diferentes, pois são afetados diferentemente pela ideologia, o que mantém a relação de desigualdade nesse espaço discursivo. (PETRI, 2004).

Ao se considerar que a materialidade textual carrega um projeto de um suposto leitor produzido pelos gestos de interpretação do sujeito que assume a função-autor, faz-se necessário entender que imaginário de leitor se projeta na *Advertência*. Para compreender esse funcionamento discursivo, entram em cena as formações imaginárias, cuja noção nos ajuda a compreender as tomadas de posição do sujeito-gramático, em sua função-autor, uma vez que os seus movimentos discursivos são marcados pela forma-sujeito determinada historicamente e também, ou principalmente, pelas representações imaginárias que entram em funcionamento nas diferentes instâncias do processo discursivo.

Não são os sujeitos empíricos, em seus lugares sociais, que funcionam no discurso, mas sim as imagens que o sujeito tem de si e de seu interlocutor. Tais projeções, conforme Pêcheux (1997 [1975]), determinam as imagens que sócio-historicamente se formulam em relação à posição dos envolvidos na relação discursiva: do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?); do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim?); e do objeto do discurso (do que eu estou falando?)<sup>35</sup>.

Retomemos as seguintes SDs:

SD1 - **AO PROFESSOR** (advertência da terceira edição) (GNLP, 1962, p. 1).

SD2 - Não se destinando êste livro exclusivamente a **estudantes de curso secundário** senão que a **público mais geral**, julgamos de bom

---

<sup>35</sup> Ao tratar das formações imaginárias, Pêcheux (1997, p. 83-84) aborda seis questões, a saber: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que ele me fale assim? Quem é ele para que me fale assim? De que lhe falo assim? De que ele me fala assim?”, mas para este gesto de interpretação optamos por trabalhar com três das questões.

aviso manter-lhe a fisionomia com que fôra planejado e redigido – fisionomia cujo acêrto a consagrada carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar. (GNLP, 1962, p. 1).

SD3 - Esta é a razão por quê, ao **adaptá-la** agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira **recomendada** pelo Ministério da Educação e Cultura para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteiriça estrutura intelectual. (GNLP, 1962, p. 1).

Eis que pelo mecanismo da antecipação, conforme Orlandi (2004), uma vez que não se pode falar do lugar do outro, entendemos que em sua função-autor, o sujeito-gramático imaginariamente se projeta no lugar em que o outro o espera com sua escuta e constitui um leitor virtual que lhe corresponde. O sujeito-gramático, em sua função-autor, busca chamar a atenção do sujeito-leitor já na forma como intitula o texto *Advertência “AO PROFESSOR”* (SD1). Em uma primeira leitura, podemos compreender que a *Advertência* é direcionada “ao professor”, pois esse sujeito toma a gramática como objeto de consulta, estudo e de trabalho, nesse espaço a gramática tem um estatuto diferenciado, central. Todavia, é preciso ir além e compreender que dizer “ao professor” é interpelar ideologicamente uma posição sujeito em detrimento das outras, é singularizar, é individualizar um sujeito, responsabilizá-lo, é dar um outro status para a gramática e para o sujeito-leitor. Ao fazer isso, o sujeito-gramático assume um lugar de autoria, e como nos lembra Orlandi (2004, p. 74), “se faz com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e com o outro (o interlocutor)”, que em AD chamamos de efeito-leitor. Assim, “O efeito-leitor representa, para o autor, a sua heterogeneidade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica)” (p. 75). Compreendemos que esse sujeito-gramático autor é, também, professor, e na tomada posição-sujeito professor há a tentativa de se colocar no lugar do outro com o qual ele acredita se identificar plenamente. O que queremos dizer é que nesse lugar que ele ocupa, e “[...] ao se reconhecer o inconsciente, [...] o sujeito é dividido, clivado, cindido, fendido”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, [1982], p. 65).

Na SD2, o sujeito-gramático adverte os **estudantes de curso secundário** e o **público mais geral** que fez adaptações na GNLP, conforme recomendações da NGB, no entanto, o fez de modo que não deformasse a inteiriça estrutura intelectual da obra. Nesse jogo de projeções, são determinadas as imagens que sócio-historicamente se formulam em relação às posições na relação discursiva.

Para analisarmos a SD3, partimos do que afirmam Gadet e Pêcheux (2004, p. 90):

Para parar a ação, é preciso fazer parar a consciência, e, para fazer parar a consciência, é preciso colocar o freio na sua forma – a palavra. Nos últimos tempos, foi a gramática que funcionou como esse freio... a palavra, como o homem, teve os pés e as mãos atados.

Compreendemos que esse movimento de colocar o freio na forma remete à produção do saber gramatical patrocinado pelo(s) gramático(s), em sua função-autor. Quando Gadet e Pêcheux (2004) expõem que a palavra teve os pés atados, entendemos que a partir da publicação da NGB, quem objetiva atar a profusão de nomenclaturas e as possibilidades de dizer sobre a produção gramatical é o Estado. No entanto, a própria formulação da NGB, em seu primeiro artigo, abre uma brecha ao assim dizer: “Art.1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira [...]”<sup>36</sup>.

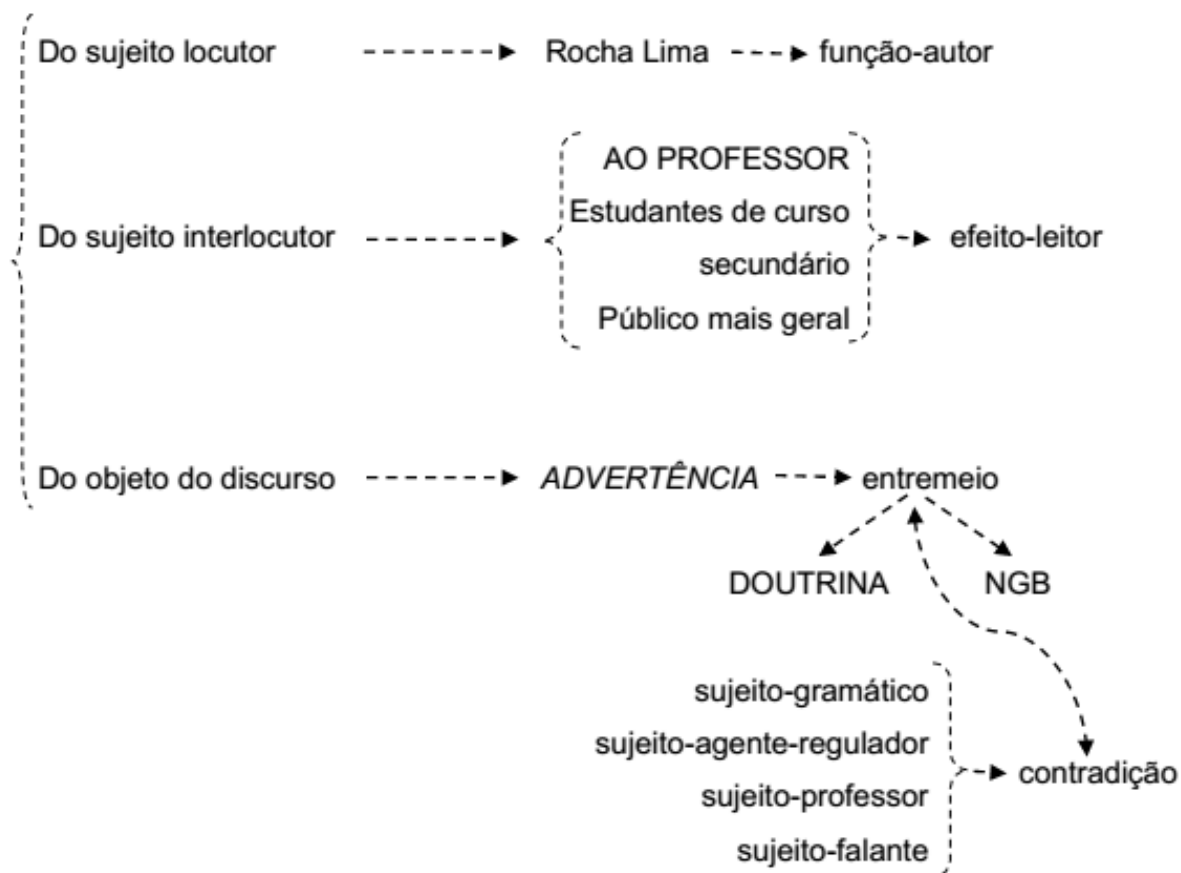
Compreendemos que o uso de **recomendar**, no texto do legislador, permite que o sujeito-gramático, em sua função-autor, desate seus pés e mãos e possa fazer as adaptações que julga convenientes. O termo recomendar produz, em um deslizamento de sentido, o efeito de, mesmo sendo proferido pela autoridade do Estado, não ser obrigatório. É nesse lugar em que os sentidos deslizam que a função-autor se constitui no entremeio contraditório entre a DOCTRINA e a NGB.

Esquemáticamente, compreendemos que é possível representar esse funcionamento, como segue:

---

<sup>36</sup> PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Quadro 4 – Esquema: Funcionamento



Fonte: elaborado pela autora.

Em nossa leitura, é possível representar o sujeito locutor enquanto sujeito-gramático, em sua função-autor, que produz um texto, o objeto do discurso, com efeito de unidade, não dispersão e não contradição, direcionado a possíveis interlocutores. Entendemos que o texto, intitulado de *Advertência*, funciona como um discurso de entremeio, no qual a função-autor do gramático formula intradiscursivamente afetado pelas condições de produção da época e sua tentativa é de acomodar as agitações e perturbações que advêm da doutrina gramatical e da nomenclatura gramatical. Nesse gesto de acomodar, o sujeito produz saberes sobre a língua em uma tomada de posição de entremeio, pois como ele não tem pleno controle de seu dizer, diferentes tomadas de posição contraditórias (gramático, agente-regulador, professor, falante) intrometem-se, tocam-se e funcionam dentro da formação discursiva que o afeta. E por isso representamos as linhas desse esquema com traços pontilhados, uma vez que compreendemos que não há fechamento pleno, não há bordas precisas quando se trata de produção de sentidos.

Esse funcionamento discursivo é determinado ideologicamente e é afetado pelas formações imaginárias. Nesse jogo de projeções, encontramos também no fio intradiscursivo o emprego das formas verbais na primeira pessoa plural, em que o sujeito-gramático, em sua função-autor, emprega os verbos “julgamos” (SD2), “diligenciamos” (SD3), “realizamos” (SD4), “foi-nos” (SD4) e “deliberamos” (SD6), funcionando como um “nós” inclusivo (com elipse do pronome pessoal), causando um efeito de identificação e inclusão ao discurso linearizado, ressoam como marcas que atestam a inscrição do sujeito no dizer. Para este gesto analítico, entendemos que essa regularidade (verbos conjugados na 1ª pessoa plural) representa uma tomada de posição, na qual o sujeito, em sua função-autor, parece identificar-se com as formas-sujeito gramático(s) e professor(es). Ao se dizer “julgamos” (SD2), “diligenciamos” (SD3), “realizamos” (SD4), “foi-nos” (SD4) e “deliberamos” (SD6) Rocha Lima é investido de poder, pela função-autor do discurso gramatical, simulando falar de si mesmo e por si mesmo<sup>37</sup>. Em nosso entendimento, esse “nós” significa autoridade, mas também comporta as diferentes posições que o sujeito ocupa, desde falante da língua até agente regulador da norma, via NGB. Trata-se de um sujeito dividido em relação a ele mesmo e essa divisão materializa-se nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na formação discursiva que o afeta.

Em contrapartida nas SDs 5 e 7:

SD5 - Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOUTRINA; e, então, não é lícito **a ninguém renunciar** - - por mais que sejam de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino. (GNLP, 1962, p. 1).

SD7 - Assim se conciliam, no parecer, a utilização didática do livro e as linhas mestras de convicção do **Autor**. (GNLP, 1962, p. 2).

compreendemos que há um outro funcionamento discursivo e isso é possível dada “a alteridade constitutiva do dizer – é ela que possibilita falar em dispersão,

---

<sup>37</sup> Tal discussão foi empreendida por Petri (2004) ao tratar sobre a função-autor, em sua tese sobre o “Imaginário sobre o **gaúcho** no discurso literário” e a aproximamos de nossa escrita para estabelecer relações com a função-autor do gramático.



deslocamento, (re)inscrição, (re)significação” [...], conforme Cazarin (2008, p. 94), e, por conseguinte, em função-autor. O percurso analítico faz com que acrescentemos a este gesto de leitura mais um fator constitutivo da alteridade do dizer, o silenciamento. Aqui nos referimos a um silenciamento posto na sintaxe, enquanto lugar de organização da língua, lugar para o jogo, equívoco e, também, para a falta, pois, de uma perspectiva discursiva, podemos dizer que tudo está na/dentro da língua, nada fica do lado de fora. Enquanto as SDs 2, 3, 4 e 6 têm como marca de regularidade os verbos conjugados na 1ª pessoa plural, representando, em nossa interpretação uma tomada de posição, na qual o sujeito, em sua função-autor, parece identificar-se plenamente com as formas-sujeito gramático e professor, já as SDs 5 e 7 vêm silenciadas pela falta de um “nós”, marcado linguisticamente. Porém acreditamos que tal silenciamento não se dá de forma completa, plena e absoluta, porque “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isto tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. (HENRY, 1992, p. 188).

No que se refere aos sentidos produzidos na SD7 o uso da palavra “Autor”, possibilita, em nossa leitura, uma remissão ao pronome “ele”. Isso nos permite entender que, em sua função-autor, o sujeito-gramático tem a ilusão de que deixa de falar de si mesmo, silencia. Conforme Orlandi (2004, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação”, que acontece porque “o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio (2007b, p. 18)”. No entanto, conforme Petri (2004, p.245-246), “esse silêncio não é denso e compacto o suficiente para conter a invasão de vestígios da memória discursiva (e do simulacro) [...]”, pois, o sujeito-leitor aciona a memória discursiva ao estabelecer os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos de que sua leitura necessita.

Usar a palavra “Autor” caracteriza um modo de subjetivação:

[...] como o sujeito se desdobra como efeito do complexo de relações desiguais, contraditórias e sobredeterminadas que permeiam sua condição de sujeito interpelado, e, ao, mesmo tempo, como enunciador, tornando-se sujeito à/de sua palavra. (ZANDWAIS, 2003, p. 04).

Podemos entender que o sujeito-gramático, enquanto um enunciador, nos termos de Zandwais (2003), tem a ilusão de tornar-se sujeito da própria palavra, e

em sua função-autor. Outra possível interpretação para a palavra “Autor”, faz emergir o que Costa (2012) trata como definição, esse gesto de tentar trocar palavras. Tal definição não é apenas mais uma formulação inscrita em uma rede parafrástica, mas sim uma formulação que historiciza e passa a fazer parte do interdiscurso, colocando o sujeito como responsável por aquilo que diz ou escreve.

Em relação à sequência discursiva:

SD6 - [...] deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira. (GNLP, 1962, p. 2).

por meio de um recurso coesivo anafórico, em sua função-autor, o sujeito-gramático retoma o último aspecto apresentado no parágrafo anterior, “unificação preconização pela boa política do ensino”, argumentando que para atender ao disposto elaborou um *Apêndice*, listando passagens que não coincidem com “facetras teóricas implícitas em meia dúzia de pontos” da NGB.

Por meio da SD6, compreendemos que é possível estabelecer relações com o (não) lugar da significação, questão central deste estudo, pois a NGB recomenda como apêndice:

- I - FIGURAS DE SINTAXE: anacoluto, elipse, pleonasma e silepse
- II - GRAMÁTICA HISTÓRICA: aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, consonantização, convergente, crase, desnasalização, despalatalização, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metátese, nasalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstrato, vocalismo, vocalização.
- III - ORTOGRAFIA: abreviatura, alfabeto, dígrafo, homógrafo, homófono, letra (maiúscula e minúscula), notações léxicas [acento (grave, agudo, circunflexo), apóstrofo, cedilha, hífen, til, trema], sigla
- IV - PONTUAÇÃO: aspas, asterisco, colchetes, dois-pontos, parágrafo (§), parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão, vírgula
- V - SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: antônimo, homônimo, sinônimo, sentido figurado.** (grifo nosso)
- VI - VÍCIOS DE LINGUAGEM: barbarismo, cacofonia, preciosismo e solecismo.

Já para o sujeito-gramático, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1962, p. 579 – 584), o Apêndice apresenta a “Portaria Ministerial nº 152” e “Pontos da ‘Nomenclatura Gramatical Brasileira’ que não coincidem com a doutrina da ‘Gramática Normativa’”. Tais pontos dizem respeito à: I – Classificação das vogais; II – Classificação das consoantes; III – Classificação dos advérbios; IV – Classificação dos complementos verbais; V – Composição do período; e VI – Classificação das orações substantivas.

A NGB recomenda que *Significação das Palavras* ocupe seu lugar no apêndice dos instrumentos linguísticos, no entanto, na *Gramática Normativa*, compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, entende que o apêndice é um não lugar para tais conteúdos, instaurando o que analisamos como uma contra-identificação ao que regulamenta os modos institucionalizados de dizer sobre a língua.

Então na *Gramática Normativa*, *Significação das Palavras* ocupa um lugar diferente do recomendado pela “boa política de ensino”. (ROCHA LIMA, 1962):

Figura 14 – Índice (GNLP, 1962)

ESTILÍSTICA	
Capítulo XXIX — SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	
Sinônimos .....	485
Antônimos .....	486
Homônimos .....	487
Parônimos .....	487
Linguagem figurada .....	487
Metáfora .....	489
Catacrese .....	490
Imagem .....	490
Símbolo .....	490
Metonímia .....	492
Sinédoque .....	493
Comparação ou símile .....	494

Fonte: Rocha Lima (1962, p. 595).

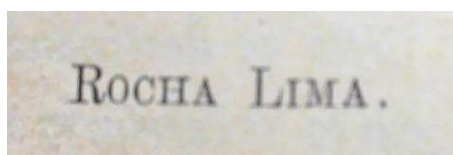
No índice do instrumento linguístico, o estudo sobre *Significação das palavras* está uma das divisões da *Gramática Normativa*, designada como *Estilística*. Conforme Orlandi (2005b), o texto mostra como o sujeito, por sua função-autor, resiste à dispersão e à pressão da multiplicidade de formulações possíveis, das formulações outras no mesmo sítio de significação, confrontando-se com diferentes

formações discursivas. Um possível gesto de interpretação, permite-nos dizer que na *Advertência*, pelo fio do discurso, é observável que há pontos de filiação e de contra-identificação, a partir da qual se construiu a função-autor, não por assumir ou negar a NGB, mas por atravessar fronteiras fluidas, de entremeio.

### 2.4.3 Assinatura e ponto final: a ilusão do finito

Considerando o que nos ensina Orlandi, que “Pela pontuação [...], o sujeito trapaceia com a incompletude e com sua dispersão, produzindo imaginariamente a imagem do Um, do Completo, do Acabado, do Finito” (2005b, p 116), observemos o modo como é feito o fechamento da *Advertência*, em que encontramos a seguinte assinatura:

Figura 15 – Assinatura (SD8)



Fonte: Rocha Lima (1962, p. 02).

Segundo Orlandi (2005b), a discursividade é incomensurável, porém o texto representa o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas possíveis e é assim que intervém a questão da pontuação que funciona como um mecanismo de ajuste na relação discurso/texto, um lugar em que o sujeito trabalha seus pontos e subjetivação, o modo como ele interpreta, remetendo a formulação à constituição, a atualização à memória, frente ao papel estruturante do esquecimento. Por deslocar o estudo da pontuação do domínio da gramática, a autora explica que, discursivamente, as marcas de pontuação podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir na análise tanto o sujeito como o sentido.

Entendemos que na SD8, “O ponto final, por exemplo, funciona imaginariamente como um signo de acabamento (impossível). (ORLANDI, 2005b, p. 116) e “Em suma, o ponto [.] exclui o que não está lá (mas em outro lugar). No espaço, ele marca a extensão mínima do corpo do texto”. (ORLANDI, 2005b, p.

121). Esse funcionamento do ponto final tem relação com o interdiscurso, assim como a assinatura ROCHA LIMA (SD8) também a tem. Orlandi (2002, p. 169) explica que “a noção de autor faz um todo com a assinatura: este se mune de um poder e de um direito, transforma a obra em um texto imutável de que ele é a garantia”. Entendemos que essa assinatura, o nome do autor, não é simplesmente um nome próprio que tem relação com o sujeito do discurso, seu funcionamento está engendrado com sua tomada de posição na função-autor que pelo nome próprio marca-se. O ponto final também pode ser pensado enquanto um ritual, do modo como representamos o fim. Tornou-se uma metáfora para dizer fim e tem seu funcionamento na escrita como já exploramos, mas também tem um funcionamento nas práticas sociais, como um efeito que leva o leitor ou ouvinte a pensar acabou mesmo, sem chances, não voltaremos a tratar disso.

Nesse universo da escrita, Orlandi (2008) explica que a autoria implica seguir uma série de exigências, como coerência, respeito aos padrões estabelecidos, tanto à forma do discurso quanto às formas gramaticais, explicitação, clareza, conhecimentos das regras textuais, originalidade e relevância. Diante desses aspectos e do texto *Advertência*, podemos dizer que o sujeito, em sua função-autor, tem a ilusão de que controla os mecanismos com os quais está lidando, considerando aqui os mecanismos do domínio dos processos textuais, bem como os possíveis efeitos de sentido produzidos pelo leitor. Compreendemos que ao assinar a gramática, o sujeito-gramático, na função-autor, toma

[...] posição no movimento social de construção da história brasileira na formação do Estado, na organização da sociedade brasileira com suas instituições em que as do saber ocupam um lugar importante e, finalmente, assumem uma posição na história das idéias. (ORLANDI, 2002, p. 192).

Para Orlandi (2007b), o discurso não é a fala, ou seja, uma forma individual concreta de habitar a abstração da língua, pois o discurso é duplamente determinado. De um lado, é marcado pelas formações ideológicas que o relaciona a formações discursivas definidas, e, de outro, pela autonomia relativa da língua. Nessa perspectiva, a AD, afirma Orlandi (2007b), ajuda a compreender como se dá a produção de sentidos, como os sujeitos articulam discursos e produzem sentidos, isso porque o sentido do que é dito é determinado pelas posições ideológicas colocadas em cena no processo de produção discursiva. Segundo Pêcheux (1995

[1988]), o sentido de uma palavra é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. As palavras adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas daqueles que as empregam.

Orlandi (2005a p. 47) explica que:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito-afetado pela língua-com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados.

Propor uma análise sobre o funcionamento da noção função-autor em gramáticas no Brasil é também questionar acerca de como esse sujeito, que toma a função-autor assume uma posição de autoridade sobre e em relação ao conhecimento gramatical, a ponto de advertir seus leitores em relação a mudanças que deveriam ter acontecido, mas não ocorrem, pois era imprescindível não deformar a “inteiriça estrutura intelectual” da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*.

Tomando o sujeito como “uma posição entre outras”, efeito do processo discurso, Orlandi (2004) pontua que esse sujeito que se define como posição, produz-se em diferentes discursos, numa relação com a memória do dizer, ou interdiscurso, definindo-se em função de uma formação discursiva em relação com as demais.

Levando em conta nosso objetivo e de que o que temos são sempre “pedaços”, “trajetos”, estados do processo discursivo, conforme Orlandi (2005b), importa destacar que selecionamos o texto *Advertência*, por ter sido escrito por Rocha Lima, sujeito-gramático, em sua função-autor, e por marcar:

- a) sua contra-identificação às regulações de uma política linguística materializada na NGB;
- b) sua função-autor de gramática normativa, filiado a saberes doutrinários gramaticais.

O sujeito (que toma a posição de) gramático ao produzir esse instrumento linguístico, mesmo à luz de uma política linguística, deixa escapar no fio do discurso suas convicções doutrinárias, constitutivas de seus saberes sobre a língua, bem

como, de sua relação com a língua, em espaços marginais da gramática ou no próprio corpo do texto, em um espaço autorizado. (SURDI, 2010).

Entendemos que função-autor de gramática, na produção da *Advertência*, atribui forma, unidade ao texto e deixa marcas, vestígios historicizados. Compreendemos que seu objetivo é “convencer” seu sujeito-leitor, a partir de um certo domínio de memória e de um certo modo de historicizar sobre gramática, língua e doutrina, de que a *Gramática Normativa* permanece com a “fisionomia com que fora planejada”. A advertência, o alerta, o aviso e a censura têm como elemento basilar dizer que houve alterações, mas que a doutrina permanece a “mesma”, pois esta recobre “qualquer boa política de ensino”. Desse modo, doutrina e normatividade gramatical somente são vistas como verdadeiras porque estão inscritas em um domínio de memória, e todo conhecimento é temporal, por natureza e não está apartado do tempo. Conforme Orlandi (2004, p. 75), “desse modo a historicidade se atualiza na função-autor através da interpretação”. Com efeito, compreendemos, assim como argumenta autora, que a função-autor gramático é determinada por duas injunções:

- de um lado, há a relação com o Outro, a memória do dizer, trata-se da historicidade, concebida como interdiscurso. Assim ele não pode dizer coisas que não têm sentido;
- de outro lado, há a relação com o outro, deve-se dizer coisas que tenham um sentido para um interlocutor (efetivo ou virtual).

Considerando, segundo Orlandi (2005b), que é na formulação que a linguagem ganha vida, a memória se atualiza, os sentidos se decidem e o sujeito se mostra; que formular é dar corpo aos sentidos e se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização; que a função-autor constrói uma relação organizada, produzindo um efeito imaginário de unidade, ou seja, começo, meio, progressão, não contradição e fim (ORLANDI, 2005b), nosso gesto de leitura objetivou analisar como a função-autor produz esse efeito imaginário de unidade do texto, enquanto discurso, reinstalando sua incompletude e unidade imaginária. Dessa forma, como explica Petri (2004, p. 194),

[...] enquanto analistas de discurso, concebemos o autor como uma função específica do sujeito, como um lugar em que se constrói a unidade imaginária do sujeito, onde é possível identificar a coerência e a completude imaginária que a textualidade produz pelo trabalho da função-autor.

Neste estudo, entendemos a autoria como uma função do sujeito-gramático, porque a autoria não é um aspecto intrínseco ao sujeito, mas sim uma forma de relação do sujeito com a exterioridade que o determina, uma vez que, “sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os processos disciplinares”. (ORLANDI, 2005a, p. 75). Assim, aquilo que é próprio do sujeito (incompletude, falha, equívoco, dispersão) é mascarado por um efeito de unidade que é determinado pela própria função-autor.



**PARTE 3**

**“OUTRO FATOR DE PERTURBAÇÃO DA BOA  
ESCOLHA DAS PALAVRAS<sup>38</sup>”:  
SOBRE SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO**

---

<sup>38</sup> Rocha Lima (1972, p. 451).



### 3 “OUTRO FATOR DE PERTURBAÇÃO DA BOA ESCOLHA DAS PALAVRAS”<sup>39</sup>: SOBRE SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO

#### 3.1 DO SENTIDO QUE “PERTURBA”

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica. (PÊCHEUX, 2006, p. 33).

Como destacamos na Pré-face deste trabalho, consideramos que os instrumentos linguísticos, sobretudo as gramáticas, têm em sua constituição a marca de um projeto de unificação, há uma necessidade eminentemente política de se homogeneizar a língua pela via da norma, para que as perturbações não tenham espaço na produção do saber gramatical. Há uma busca pelo sentido unívoco, um “mundo semanticamente normal”, conforme explica Pêcheux (2006). Entendemos a norma, a partir de Canguilhem<sup>40</sup> (2007), como “uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar”. “Uma norma se propõe como um modo possível de unificar um diverso, de reabsorver uma diferença, de resolver uma desavença”. (CANGUILHEM, 2007, p. 212). Ou seja, a norma é uma força conservadora na linguagem e, em muitas sociedades, a norma se torna operante e agressiva, diante das três espécies de erro: por meio do ensino escolar e da organização de uma disciplina gramatical, conforme Câmara Júnior (1986). Assim, a gramática normativa é um espaço de contenção de sentidos que almeja conter os sentidos que as palavras carregam, suas possibilidades de uso, suas possíveis combinações, etc., em uma tentativa de afastar as possibilidades do equívoco, da falha, do deslize serem constitutivos da gramática e, por conseguinte, da língua. Sobre esse aspecto, Castellanos Pfeiffer (2003) explica que, pelo fato de escapar ao sujeito, a produção dos sentidos, também escapa onde o ritual desta produção falha, pois se considera que sujeito e sentido são produzidos na história e são determinados e desconhecem seu processo de determinação.

---

<sup>39</sup> Rocha Lima (1972, p. 451).

<sup>40</sup> É pela história das ideias desse autor, segundo Petri (no prelo), que depreendemos o quão profícua é sua contribuição para que se institua uma nova forma de se pensar o fazer científico e a história da ciência, propriamente dita, tal como a concebemos até hoje. Merece destaque a sua trajetória teórico-filosófica empreendida a partir de 1943, época em que conclui sua tese sobre o normal e o patológico. Trata-se de um filósofo que dialoga com seus contemporâneos e reflete bastante acerca das questões da linguagem.

No que refere às noções de normal, normatividade e anormal, conforme já apontamos em Surdi (2010), Canguilhem (2007) expõe que a palavra latina *norma* deriva do grego *'ορθος*, que deu origem, enquanto prefixo, a palavras como ortografia, ortopedia, ortodoxia, suportando o peso do sentido inicial dos termos norma e normal. O conceito de *normal* é reduzido a um conceito qualitativo e polivalente, estético e moral. *Normal* advém de norma, regra, ou seja, o que é conforme à regra, regular, como um esquadro, aquilo que não pende nem para a esquerda nem para a direita, portanto, o que se conserva em um justo meio-termo; “Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar”. (p. 211). Então, “Uma norma se propõe como um modo possível de unificar um diverso, de reabsorver uma diferença, de resolver uma desavença”. (p. 212).

Conforme o *Dicionário de Linguística e Gramática*, de Câmara Júnior (1986, p. 177), a palavra *norma* é apresentada como o “conjunto de hábitos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no País”. A norma é contrariada pela variabilidade linguística intrínseca, que se verifica de um lugar para outro, de uma classe social para outra e de um indivíduo para outro. Para o autor, do ponto de vista da norma, a variabilidade que a contraria constitui o erro, que é de três espécies: o regionalismo, o vulgarismo e erros individuais, correspondentes ao idioleto. Tais erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na estrutura social se debilita o prestígio do lugar e da classe que representa. Nesse viés, a norma é uma força conservadora na linguagem e, em muitas sociedades altamente evoluídas, a norma se torna operante e agressiva, diante das três espécies de erro, por meio do ensino escolar e da organização de uma disciplina gramatical.

O termo anormal, para Canguilhem (2007), implica referência a um valor, é um termo apreciativo, normativo. “O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste”. (p. 216). Desse modo, o anormal é o desregado, irregular, fora de um esquadro, é o que está fora da norma, é o que pende para a direita e/ou para a esquerda. É um modo de conceber o “diferente” como constitutivo do “mesmo”, pois só se identifica uma irregularidade estabelecendo relações com aquilo que regula, que regra.

Consideremos novamente a passagem que intitula a terceira parte deste estudo, para observamos a relação entre anormalidade e perturbação:

Outro fator de perturbação da boa escolha das palavras é a existência de *homônimos*. (ROCHA LIMA, 1972, p. 451).

Precisamos levar em conta o sintagma “boa”, que vem determinando o tipo de escolha das palavras. Assim, não se trata de qualquer escolha, pois “a rigor, deve ser “boa”, o que significa certa = correta = norma, ou seja, dentro da normalidade. Desse modo, a normalidade está para boa escolha, como a anormalidade está para a perturbação. O sintagma “escolha” produz um efeito de sentido de que o sujeito tem possibilidades de escolher (com total autonomia) as palavras e conter seus sentidos; como se fosse possível fazer a escolha sem a influência da história, da ideologia, da exterioridade e do inconsciente; como se fosse possível controlar os sentidos que se produzem a partir de uma palavra proferida. Estamos compreendendo a ideologia, como “[...] uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique”. (ORLANDI, 2004. p. 48). E o sujeito, nesse viés, é entendido como lugar historicamente constituído de significação e interpelado ideologicamente, assim, o sujeito não é origem de si e a história não é contexto, como explica Orlandi (2004). Nesse domínio discursivo, o sujeito é uma posição entre outras e neste estudo tratamos da tomada de posição do sujeito-gramático, em sua função autor, relacionando-a à problemática que envolve a questão da produção dos sentidos e de como a significação tem ou não lugar na produção de saberes sobre a língua na GNLP.

### 3.2 DA QUESTÃO DO SENTIDO NA LINGUAGEM

Ao se tratar de significação, há um embate ou um entrelace de designações, dentre elas: significado, significação, sentido. Este embate de designações “é parte, em verdade, da extensão e da centralidade da questão do sentido na linguagem”. (GUIMARÃES, 2004a, p. 07).

As práticas de reflexão sobre as questões de significação na linguagem advêm de longa data, por exemplo, desde a Antiguidade Clássica, entre os gregos, desde o século V a.C., havia a preocupação com a linguagem no que se referia à interpretação dos fenômenos naturais e às suas relações com as instituições sociais.

Zandwais (1996) explica que a tarefa de percorrer caminhos que ilustram trajetórias realizadas pela semântica é não somente árdua, mas sobretudo desafiante, pois demanda a reflexão sobre conceitos que expressam conjuntos de posições heterogêneas a respeito de tratamentos dispensados às questões de significação na linguagem, assim, como, pressupõe a constituição de um espaço de diálogo com várias áreas de conhecimento estruturantes das possibilidades teóricas de explicação do funcionamento dos sentidos: a lógica formal, a filosofia, a filosofia da linguagem, a psicanálise, a semiótica, a análise do discurso.

Em *Os limites do sentido*, Guimarães (1995) inicia esse percurso apontando que desde a antiguidade, entre os filósofos gregos, refletia-se sobre questões de significação na linguagem, em especial, a respeito do caráter motivado e imotivado da linguagem. Tais reflexões eram feitas no interior da filosofia, sendo, em geral, de caráter semântico e têm relação com o que hoje chamamos de sentido. Na sequência, vêm os estudos latinos e hindus, considerados, na perspectiva de Robins (1983), sob três inscrições, a saber, teoria linguística geral e semântica, fonética e fonologia e gramática descritiva. Mais tarde, a *Grammaire générale et raisonnée*, de 1660, conhecida como *Gramática de Port-Royal*, passou a ser decisiva para questões de linguagem. Nas páginas iniciais desse instrumento linguístico, Arnauld e Lancelot apresentam uma definição para gramática e qual será o objeto de estudo:

A Gramática é a arte de falar. Falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim [...] Assim, pode-se considerar duas coisas nesses signos. A primeira: o que são por sua própria natureza, isto é, enquanto sons e caracteres. A segunda: sua significação, isto é, o modo pelo qual os homens deles se servem para expressar seus pensamentos. (ARNAULD, 1992 [1660], p. 03).

A trajetória, traçada por nós de maneira muito sucinta, chega ao século XIX, momento histórico em que a Semântica se constitui como disciplina através de Michel Bréal, com a obra *Essai de sémantique: science des significations*<sup>41</sup> publicada, pela primeira vez, em 1897. Sobre esse momento, cabe ressaltar o que aponta Zandwais (1996), em relação à relevância atribuída ao pensamento de Bréal, no que se refere à natureza da linguagem. Segundo a autora, para Bréal, ao contrário dos defensores da evidência do naturalismo no objeto linguístico, a semântica ocupava-se não somente dos processos de transformação do léxico, mas

---

<sup>41</sup> Ensaio de semântica: ciência das significações.

também dos campos da morfologia e da sintaxe, já que considerar a linguística como ciência humana e histórica acarretaria determinar o lugar de centralidade do sentido nas questões de linguagem.

Guimarães (1992), no texto *A linguística é uma ciência histórica?*, que abre a edição brasileira de *Ensaio de Semântica*<sup>42</sup>, pontua que Bréal não somente falou pela primeira vez em polissemia, mas a ele atribui-se a fundação da Semântica. Ainda na segunda metade do século XIX, Guimarães (2006) explica que a semântica se constitui como disciplina linguística, no interior do comparativismo, e se configura como a “ciência das significações que se ocupava da mudança de sentido das palavras”. (p. 116). Nesse viés, tratava-se de uma semântica histórica, buscando compreender as razões que produzem a mudança de sentidos das palavras.

Lançar nosso olhar de modo retrospectivo, ainda que rapidamente, nos assegura que os questionamentos acerca da produção dos sentidos na e pela linguagem datam de longa data e perturbam homens de diferentes civilizações em diferentes épocas da história da humanidade. Para este trabalho interessa-nos, mais fortemente, compreender as noções que se mostram capitais ao nosso estudo e seus funcionamentos específicos no tempo presente da produção gramatical em estudo.

No século XX, conforme Guimarães (2006), os estudos da significação desenvolvem-se em várias direções: o primeiro, parte-se de uma posição estruturalista, quando o sentido se dá em uma relação na estrutura da língua, isto é, pela língua, na relação que as palavras estabelecem entre si; no segundo, uma perspectiva referencialista, em que se considera, para a significação, a relação entre elementos linguísticos e o mundo, sendo que a significação da frase está nas condições que a fazem verdadeira; no terceiro, a noção básica para a consideração do que seja a significação é a de intenção da pessoa que fala e essa posição coloca como necessário que o tratamento do sentido tem que levar em conta a situação em que a frase é dita. Desse modo, o sentido é uma relação entre aquele que fala e aquele para quem se fala e não uma relação direta das expressões com as coisas do mundo; no quarto modo, o sentido não está na língua, mas no seu funcionamento e tem naquele que fala a fonte do sentido, logo, o sentido diz respeito à relação daquele que fala com a língua. Para esta posição, uma palavra faz sentido na

---

<sup>42</sup> BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**. Ciência das significações. Campinas: Pontes, 1992.

língua, na sua relação com as outras palavras e expressões, conforme as regras de combinação de palavras próprias da língua, e por alguém constituir com ela uma frase; no quinto, a significação das frases é definida pelo que as palavras acabam por significar em razão do funcionamento da língua, conforme as condições históricas em que o acontecimento se dá. Assim, a descrição do sentido considera que aquele que fala está sempre em uma certa posição social a partir da qual fala, ou seja, condições sócio-históricas do acontecimento.

Guimarães (2006) explica que, hoje, esses cinco modos não funcionam estanques, mas combinados de maneira a nos dar as três posições a seguir. A primeira, a Semântica Formal, entende o sentido como uma relação da linguagem com o mundo e a significação é tratada a partir do conceito de verdade, em seu sentido lógico. A Semântica da Enunciação, a segunda teoria da significação, vê o sentido como uma relação na estrutura da língua, a colocação do funcionamento da língua pelo locutor e, também, a relação do funcionamento da língua com suas condições sócio-históricas; pensa-se no funcionamento da língua, porém, esta não é vista como uma estrutura do sentido, mas, sim, como um sistema de regularidades afetadas pela história. A última, a Pragmática, assume que o sentido está na intenção de quem fala, na sua relação com a situação em que alguém diz algo para alguém, assim, considera-se o conceito de verdade como fundamental no modo de tratar o sentido. Tais posições auxiliarão na leitura do objeto de análise, ajudando-nos a compreender os deslizes e a tomada de posição sujeito-gramático, em sua função-autor, ao tratar da significação em sua produção gramatical.

Os estudos sobre as questões de significação, já nos apresentam o funcionamento de diferentes noções em relação ao aporte teórico que as sustentam, como tratamos anteriormente. No entanto, a questão que nos mobiliza é como essas questões são tratadas na produção gramatical e assim continuamos a nossa incursão pelo dispositivo teórico-analítico, analisando como o sujeito-gramático, em sua função-autor, apresenta a noção de língua. Para isso analisamos o texto *Introdução* (1972) e a organização dos índices (1957/1962; 1972, 1991). Além disso, os capítulos relativos à significação (1957; 1972) nos ajudam a desenvolver nosso gesto analítico.

Para isso, organizamos três recortes discursivos, intitulados a seguir:



Quadro 5 – Recortes Discursivos II, III, IV

<b>RD II</b>	<b>Noção de Língua</b>
<b>RD III</b>	<b>Formulação da inteira estrutura intelectual e didática</b>
<b>RD IV</b>	<b>Os sentidos da significação</b>

Fonte: elaborado pela autora.

No RD II analisamos o conceito de língua apresentado pelo sujeito-gramático, em sua função-autor, no texto *Introdução* da GNLP (1972) e o relacionamos ao conceito de língua proposto nos estudos linguísticos.

O RD III se constrói a partir de SDs que apresentam a organização das obras e analisamos a sintagmatização dos Índices, as alterações que se deram no eixo da formulação do dizer, tanto na organização interna de uma edição quanto no percurso das edições apresentadas.

O RD IV é composto por SDs que discursivizam a noção de sentido. Desenvolvemos nosso gesto de análise relacionando-as à noção de sentido desenvolvida nos estudos linguísticos e discursivos, lançando, também, um olhar para o modo como o sujeito-gramático, em sua função-autor, materializa a produção de um capítulo sobre significação em um instrumento linguístico normativo.

### 3.3 SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA

A partir de uma perspectiva discursivista, concebemos a língua no mundo como as maneiras de significar e não enquanto sistema fechado. Consideramos o homem na história, as condições de produção da linguagem e que a mesma não é transparente, como assevera Orlandi, em sua produção bibliográfica em AD. (SURDI, 2010).

Michel Pêcheux, fundador da AD francesa, como leitor e estudioso de vários linguistas, dentre eles Saussure, Chomsky e Benveniste, retoma e ressignifica alguns conceitos fundamentais para a Teoria do Discurso que propõe (PETRI, 2006). O autor reconhece que o corte epistemológico proposto por Saussure foi necessário para marcar a fundação da Linguística como ciência, mas não aceita a dicotomia língua/fala, em que o segundo termo é excluído, justamente por ver que está na fala, como manifestação intersubjetiva, a potencialidade dos estudos da linguagem e que

língua e discurso são constitutivos. De acordo com Petri e Cervo (2016, p. 5), “Para Pêcheux, ao separar metodologicamente língua e fala, Saussure demonstra que a heterogeneidade é constitutiva do objeto de estudo da Linguística, tornando, assim, visível a contradição que lhe é inerente”.

De acordo com Maldié (2003), o discurso produzido por Pêcheux não invoca a superação da dicotomia língua/fala, pois, para ele, Saussure é o ponto de origem da ciência Linguística e o deslocamento proposto da função para o funcionamento da língua é “um adquirido científico irreversível”. (p. 22).

Para Gadet e Pêcheux “Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as linguísticas atuais, o seu ponto de partida crítico”. (2004, p.55). De acordo como Paveau e Sarfati (2006), Saussure definiu a língua como o objeto da linguística e fundou a linguística moderna, operando uma “ruptura com a linguística comparatista de sua época, propondo uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática (dir-se-á, mais tarde, ‘estrutural’)”. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 63). O estruturalismo foi marcado por um retorno aos trabalhos de Saussure, em especial ao *Curso de Linguística Geral*.

Em Pêcheux (1999), encontramos também a ideia de que Saussure pôs-se a *pensar contra seu tempo*, rompendo com uma série de interrogações pré-linguísticas sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas. Também afirma Pêcheux que “o estado atual da Linguística é que o ponto inaugural permanece *evanescente*, e que a ruptura por ele suposta *nunca é efetuada*”. (p. 09).

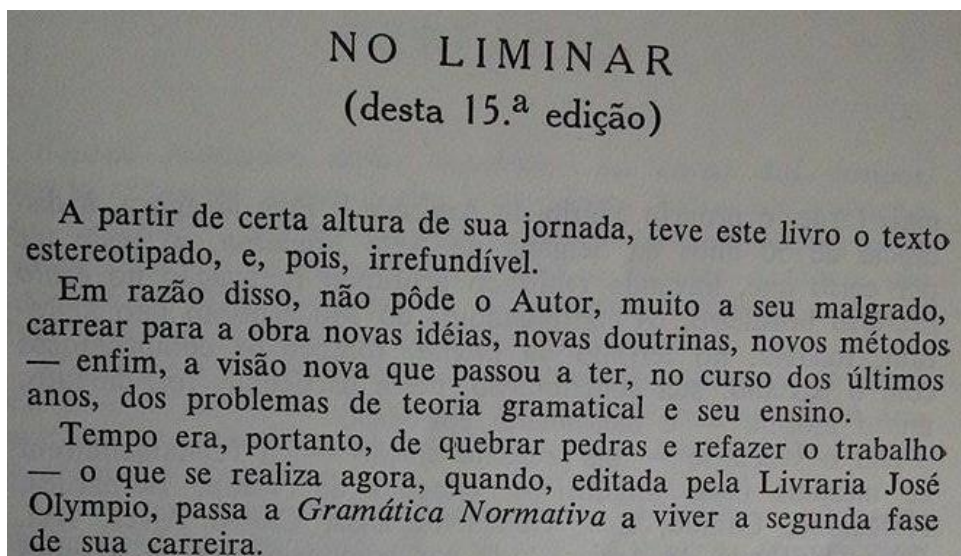
Nas palavras de Petri (2006, p. 09),

É Pêcheux quem nos convida a pensar sobre a necessidade de abertura das questões da linguagem, caminhando em direção à discursividade, pois para ele já estava muito claro que é no discurso que podemos perceber o lugar onde a história trabalha, fazendo a diferença, pois ela comporta o contraditório, o conflitante, o instável.

Desse modo, observa-se que Pêcheux para constituir a Teoria do Discurso dá um atributo às teorias que precederam sua produção, não nega o constructo teórico que já se constituía no campo das ciências da linguagem, mas, a partir do que já está posto, propõe o novo, um deslocamento a partir do que já existe: o novo no interior do “mesmo”.

Tomando como referência nosso objeto de estudo, compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, busca conjugar o que já está posto, a tradição com o novo, com a linguística, como o próprio gramático argumenta no texto *No liminar*, da edição de 1972:

Figura 16 – No liminar



Fonte: Rocha Lima (1972, ix).

De acordo com o sujeito-gramático, a edição de 1972 vem marcada por novas ideias, novas doutrinas e novos métodos e assim inaugura sua segunda fase, em nosso entendimento, trata-se de uma nova, outra fase na produção de saberes sobre a língua. Com base em Pêcheux (1995 [1988], p. 267), consideramos que a prática de produção dos conhecimentos funciona “como interpelação” (destaques do autor) e que o processo de produção do conhecimento se dá sob os efeitos das práticas em funcionamento, em dadas condições de produção, nas quais o sujeito-gramático está circunscrito. Nas palavras de Pêcheux (2011, [1971], p. 121), “A Linguística hoje está na moda. Ela desempenha, para muitos pesquisadores das mais diferentes disciplinas, o papel ambíguo de ‘ciência-piloto’”. Isso nos ajuda a compreender o conceito de língua apresentado pelo sujeito-gramático, em sua função-autor, na *Introdução* da GNLP (1972, p. 4). Para tanto, apresentamos o Recorte Discursivo II:

## Quadro 6 – Recorte Discursivo II: Noção de língua

<b>RD II - Noção de língua</b>
SD1 - A língua é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens. (GNLP, 1972, p. 4)

Fonte: elaborado pela autora.

Como ponto de partida para a análise que propomos, consideramos que o conceito de língua apresentado na SD1 constitui-se em um entremeio gramatical/linguístico. Podemos arriscar em dizer que há um entremeio gramatical/linguístico, visto que os saberes que se configuram nesse lugar emergem via interdiscurso e funcionam na constituição de um discurso sobre a língua na GNLP. Em nossa leitura esse entremeio pode ser muito mais linguístico que gramatical, no entanto, há lugar para o gramatical e sustentamos esse posicionamento a partir da compreensão de que é gramatical por estar em um instrumento linguístico e visa à normatização.

Interessa-nos, particularmente, explorar o modo como o conceito de língua é sintagmatizado, pois compreendemos que pela forma material da língua, ou seja, pelo intradiscurso chegamos ao interdiscurso e há uma aproximação ao conceito de língua apresentado no *Curso de Linguística Geral (CLG)*:

## Quadro 7 – GNLP (1972) e CLG (1995 [1916])

<b>GNLP (1972)</b>	<b>CLG (1995 [1916])</b>
A LÍNGUA é um <i>sistema</i> (p. 04)	[...] <i>sistema</i> de signos [...] (p. 24)
um <i>conjunto</i> organizado e opositivo de relações, (p. 04)	[...] um <i>conjunto</i> de convenções [...] (p. 17)
	[...] ser o que os outros <i>não</i> são. (p. 136)
<i>adotado</i> por determinada <i>sociedade</i> para permitir o exercício da linguagem entre os homens. (p. 04)	[...] <i>adotadas</i> pelo <i>corpo social</i> para permitir o exercício dessa faculdade dos indivíduos. (p. 17)

Fonte: elaborado pela autora.

A língua definida enquanto sistema filia-se a saberes formulados na Linguística e também tem relação com saberes gramaticais. Compreendemos que Linguística e gramática podem conceber essa língua, conforme SD1, como controlável e apreensível na totalidade, ou seja, imaginária. Nos termos de Orlandi e Souza (1988), uma língua imaginária, aquela que os estudiosos fixam na sua sistematização, é a língua da norma, do padrão, do correto e da escrita, e para Milner (2012) “a exigência de completude toma, então, uma coloração imaginária e se transpõe em termos de totalidade: totalidade qualitativa, isto é, perfeição [...] totalidade quantitativa – é por isso que só concebemos uma gramática se ela for completa”. (p. 41). Consideramos, assim, que tanto saberes linguísticos quanto gramaticais atravessam essa definição de língua como sistema, mas não se chega aos saberes discursivos, pois o sujeito-gramático trabalha com o funcionamento do sistema e não da textualidade.

Além disso, destacamos que o conceito de língua mobiliza um conjunto de termos que merecem atenção e ajudam-nos a identificar saberes filiados à Linguística, de língua como sistema organizado e opositivo de relações. Em nossa leitura, o sistema organizado de relações remete-nos à noção de relações sintagmáticas apreendidas por Saussure (1995 [1916]). O mestre genebrino argumenta que, de um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, o que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. No que tange a noção de sintagma, esta aplica-se aos grupos de palavras, palavras-compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras. Quanto ao sistema opositivo de relações, ocorre a remissão à noção de relações paradigmáticas. Fora do discurso, as palavras que oferecem algo em comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas, assim, enquanto um sintagma suscita a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, a relação paradigmática não se apresenta nem em número, nem numa ordem determinada. Compreendemos ainda que em “um conjunto organizado e opositivo de relações” ocorre uma aproximação à teoria do valor<sup>43</sup> proposta por Saussure, pois essa noção de oposição é explicada no viés saussuriano considerando que [...] na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros

---

<sup>43</sup> A discussão acerca da teoria do valor também emergirá na seção 3.5 OS SENTIDOS DA SIGNIFICAÇÃO.

termos”. (SAUSSURE, (1995 [1916] p. 104) e quando os signos são tomados no sistema da língua, mantêm com outros signos uma relação de oposição.

Para compreendermos o funcionamento desses saberes filiados à linguística saussuriana, precisamos considerar os movimentos da interpelação do sujeito às práticas de produção dos conhecimentos que circunscrevem a produção da GNLP. Lembremos que, como apresentamos na Parte 2, Rocha Lima além de ser um gramático, também foi um estudioso das ideias saussurianas, tanto que em 1947 produziu uma dissertação intitulada *Contribuição para o estudo da língua de Castro Alves: explicação, gramatical e literária, do poema “Vozes d’África”*, que concorreu a um dos prêmios “Centenário de Castro Alves”, instituídos pela Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e obteve a primeira colocação. No primeiro capítulo desse estudo, Rocha Lima apresenta o que ele intitula de “aspectos doutrinários” e com base em citações diretas de Saussure, desenvolve as noções de língua e estilo a partir das noções de *langue* e *parole*. Compreendemos que esse gesto de relacionar um texto a outro é atualizar uma memória, mesmo que já saturada, pois “a memória compõe a materialidade discursiva de um modo absolutamente particular, constitui a retomada direta, no espaço de um acontecimento [...] o papel da memória é efetivar encontros entre temas, acontecimentos e inscrições entre sujeitos”. (PÊCHEUX, 1999, p. 26).

Também podemos destacar as seguintes produções: aula Magna ministrada à abertura dos cursos do Colégio Pedro II, em 1981, intitulada *O Colégio Pedro II e a tradição dos estudos linguísticos e literários*; consultoria à produção de Leodegário A. de Azevedo Filho, sobre *Ensaios de linguística e de filologia*; trabalho filológico intitulado *Ouro-Velho da língua na literatura brasileira do século XX*, em Estudos universitários de linguística, filologia e literatura, 1990. Ressaltamos que destacamos essas produções, conforme Apêndice A, em função de os títulos virem marcados pela palavra “linguística” em sua sintagmatização.

Discursivamente, compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, é interpelado às práticas de produção do conhecimento sobre a língua que vinham se desenhando desde o final do século XIX, ou seja,

O saber metalinguístico que produzimos, e que deve estar à disposição de todos na sociedade, já traz inscritas suas direções e conseqüências no momento mesmo em que o formulamos. E sua formulação deriva do lugar (teórico-científico) em que ele se constitui produzindo efeitos sobre os sentidos dos objetos que ele produz. (ORLANDI, 2002, p. 99).

O sujeito-gramático, em sua função-autor, pelo movimento de **acrécimo** apresenta o conceito de língua, conforme SD1, somente na edição de 1972. Compreendemos o acréscimo como uma possibilidade de linearização do dizer, no sentido de que essa forma de sintagmatização representa-se profícua para a polissemia, no caso de nosso objeto de estudo. De acordo com Orlandi (2005b), o acréscimo é um vestígio do efeito de inacabamento do próprio sujeito, mas que pela função-autor assegura que o dizer apresente-se como “completo, a unidade existe, a dispersão é domesticada”. (p. 125). Em suas discussões sobre as notas ao pé da página e a pontuação, a autora explica que o acréscimo pode ser considerado “como um vestígio dos limites do sujeito, em sua dimensão pragmática, semanticamente normal”, mas ressalta que, na realidade, “nos confrontamos ao inacabamento do próprio sujeito, no entanto assegurado pela função-autor em que o dizer apresenta-se completo”. (ORLANDI, 2005b, p. 124-125).

Considerando nosso objeto de análise, compreendemos que o movimento de acréscimo não funciona somente por meio de mecanismos, como pontuação, em geral, e notas ao pé da página, mas se realiza, também, pela entrada de conceitos e títulos<sup>44</sup>. Nesse viés, consideramos que a filiação a saberes linguísticos se faz por um efeito de identificação aos saberes que circunstancializam a produção da GNLP, por meio da “intrusão (a entrada) de uma formação discursiva no território de outra”. (ORLANDI, 2005b, p. 124). Em consonância com Castellanos Pfeiffer (1995, p. 19), compreendemos que:

Uma análise discursiva precisa pensar seus fatos como funcionamentos constitutivamente históricos. Ou seja, não há como pensar a autoria sem entendê-la como uma forma que se constitui historicamente. E a história efetua-se, materializa-se, atualiza-se em todo funcionamento.

Além dessa filiação a ideias da linguística saussuriana, o sujeito-gramático, em sua função-autor, também se filia a outros saberes linguísticos que analisamos adiante.

---

<sup>44</sup> Trataremos na seção 3.4 SOBRE A “INTEIRIÇA ESTRUTURA INTELECTUAL E DIDÁTICA.

### 3.4 SOBRE A “INTEIRIÇA ESTRUTURA INTELECTUAL E DIDÁTICA”<sup>45</sup>

Ao analisarmos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estreitos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos.

Trazemos à baila a noção de paráfrase, a partir de Petri (2004) para analisarmos o funcionamento da formulação dos índices da GNLP. Segundo a autora, é na horizontalidade própria do intradiscorso que podemos observar a relação de que é na paráfrase que o discurso se efetiva como produtor de sentidos, pois é na relação entre sujeito, com a suposta ilusão de que é fonte de seu dizer, e na relação de paráfrase que se mantém em movimento a cadeia discursiva.

O fato é de que

[...] ao manifestar-se o sujeito só se constitui como tal porque seu dizer se inscreve de alguma forma na ordem da repetibilidade, afetado pela ideologia e sob a égide de uma determinada FD, onde o já-dito aparece reformulado e estabelece relações de paráfrase no interior do discurso que o sujeito produz. É pela constante recorrência a referentes reconhecíveis que o sujeito, com o seu dizer, pode contribuir com a cristalização do sentido ou pode desencadear um processo de ressignificação do já-dito. (PETRI, 2004, p. 211).

Assim, a repetibilidade, o já-dito são da ordem do interdiscorso porque sua elaboração é possível somente depois de analisar as sequências discursivas como integrantes de domínios de memória, de atualidade e de antecipação. É nesse sentido que o interdiscorso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, ou seja, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. (ORLANDI, 2005b).

Já a polissemia, de acordo com Orlandi (2005b), é a possibilidade de se promover deslocamentos, rupturas de processos de significação e múltiplos sentidos para o dizer. Desse modo, a polissemia está relacionada à formulação, aos processos criativos que instauram o “diferente” na linguagem. A criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento de regras, fazendo intervir o “diferente”, em que “irrompem assim sentidos diferentes”. (ORLANDI, 2005a, p. 37).

---

<sup>45</sup> Cf. Rocha Lima (1972, ix).



Nessa perspectiva, os processos de polissemia e paráfrase funcionam continuamente no dizer, pois a cada nova enunciação produzimos uma desestabilização de sentidos, mesmo falando com palavras outrora ditas. E é a partir desse lugar que compreendemos que na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* o (não) lugar dos estudos sobre a significação funcionam ora na repetibilidade, ora na formulação, as quais já são sintagmatizadas na organização dos índices.

Em nosso gesto de leitura, partimos do princípio de que há um constante retorno aos mesmos espaços do dizer, ou seja, à produção de diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (ORLANDI, 2005a), revelando um retorno do mesmo. Mas há também a entrada de saberes outros, pelo funcionamento do sobre o mesmo, da repetição, da reprodução de sentidos já postos no interior da gramática, neste caso, sobre a significação das palavras heterogêneo, contraditório e polissêmico. Tem-se a possibilidade de se promover deslocamentos, promovendo rupturas de processos de significação e múltiplos sentidos para o dizer pelas tomadas de posição do sujeito-gramático, em sua função-autor. Assim como explica Castellanos Pfeiffer (1995), compreendemos que sujeito e discurso estão em um contínuo movimento marcado na materialidade histórica que, no nosso caso, é o discurso gramatical. “Fica claro, então, que não se está pensando em UM sujeito autor, mas na sua constituição dispersiva”. (1995, p. 46).

Pensar a língua discursivamente nos faz colocá-la em um jogo entre o que já foi dito e o que se tem a dizer. Nesse viés, sujeitos, discursos, sentidos não estão prontos ou acabados, pois entendemos, segundo Orlandi (2005a), que a incompletude é a condição da linguagem e a língua é sujeita ao equívoco. Nesse sentido, sujeitos e discursos constituem-se na relação entre a paráfrase e a polissemia, de modo que o dizer não é propriedade particular, não é só nosso, mas significa pela história e pela língua. Segundo a autora, o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e a ideologia, bem como de que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação.

Courtine (1982) explicita que o já-dito, tratado também como constituição, pode ser representado como um eixo vertical no qual teríamos todos os dizeres já ditos, pertencentes à ordem do interdiscurso. Já para o que se está dizendo, a

formulação é apresentada em um eixo horizontal, portanto, o eixo da formulação, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas, sendo que essas formulações são da ordem do intradiscurso.

Nesta discussão, compreendemos a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de acordo com Auroux (1992) e Orlandi (2007a), respectivamente, como um instrumento linguístico, um objeto discursivo histórico e que se constitui como um lugar de produção de sentidos. Nesse viés, entendemos que o índice dos instrumentos linguísticos também se constitui como objeto profícuo e sujeito a leituras. O índice pode funcionar como uma das portas de entrada dos instrumentos linguísticos, dando acesso ao sujeito-leitor à “inteiriça estrutura intelectual e didática” das obras. Trata-se de um dos espaços construído pelo sujeito-gramático, que em sua função-autor, organiza-o e dá direções de sentido.

Para compreender como as edições da GNLP que fazem parte do *corpus* estão organizadas e como nelas as noções relativas à significação tem ou não lugar, elegemos os índices das edições de 1957 e 1962<sup>46</sup>, 1972 e 1991, tomados como objetos discursivos plenos em sentidos. Apresentamos, na sequência, um quadro com as partes dos índices que se referem à *Significação das palavras* ou, nos termos de Rocha Lima, os índices da “inteiriça estrutura intelectual e didática” e, assim, organizamos as sequências discursivas que compõem o Recorte Discursivo III e analisamos os movimentos de sintagmatização do dizer dos índices, ou seja, as mudanças que se materializam na forma de apresentar, ao leitor, os títulos. Os gestos de análise que realizamos mobilizam as noções de reformulação, renomeação, apagamento e acréscimo pelo funcionamento do interdiscurso no intradiscurso, em que o sujeito-gramático, em sua função-autor, deixa suas marcas e constitui-se na e pela contradição, no entremeio de saberes que balizam a produção do saber sobre a língua, em dadas condições de produção sócio-históricas.

Entendemos que as **formulações intradiscursivas**, em nosso objeto de análise, são sintagmatizadas pelo funcionamento da **reformulação**, da **renomeação**, do **apagamento** e do **acrécimo** nas textualidades. As noções de reformulação, renomeação, apagamento e acréscimo são compreendidas neste estudo como injunções ideológicas que funcionam como “efeitos da colocação em texto do discurso pela função-autor (sujeito) em sua busca de unidade (e de sua

---

<sup>46</sup> Os índices da 1ª e 7ª edições da GNLP, no que se refere à *Significação das Palavras*, apresentam a mesma organização.

dispersão real)”. (ORLANDI, 2005b, p.123). Cabe destacar que quando tratamos de formulações intradiscursivas, estamos tratando da discursividade que opera como articuladora das relações na materialidade linguística e nos mobiliza na dessuperficialização do objeto linguístico e neste movimento temos as formulações intradiscursivas que operam pela sintagmatização do dito. Compreendemos a noção de sintagmatização a partir de Courtine (1999), quando o autor explica que as formulações inscrevem no fio do discurso de um sujeito a continuidade linear de uma sucessão temporal passado-presente-futuro, “uma sintagmatização da duração através da sucessão das marcas temporais”. (1999, p. 20-21). Nos termos de Indursky (2003), a sintagmatização é o processo pelo qual o sujeito lineariza seus dizeres, dando-lhes uma formulação própria.

Assim como Orlandi (2005a) explica que “formular é dar corpo aos sentidos” (p. 09), entendemos que a sintagmatização, funcionando pelo gesto de **reformular**, de **renomear**, de **apagar** e de **acréscimo**, dá abertura para a produção e efeitos de sentido no discurso gramatical.

Ao compreendermos que há sintagmatização, consideramos que há também uma ressignificação do dizer do sujeito-gramático sobre o que já foi dito, o repetível, que se materializa no fio do discurso. Courtine (2009, p. 211) explica que

[...] a ordem de sintagmatização dos elementos no intradiscurso de uma sequência discursiva, aparece [...] regulada pela própria estrutura do interdiscurso: o fato para este ou aquele elemento aparecer em primeiro lugar [...] não depende, de forma alguma, dos atos, escolhas ou decisões de um sujeito enunciator, mas exatamente de uma configuração determinada de saber no interdiscurso, na instância do que denominamos ‘a exterioridade do enunciável’.

O sujeito-gramático, nessa tomada de posição, filia-se a saberes da FDGD, e ao sintagmatizar os já ditos, também trabalha com silêncios e interdições e deixa de lado saberes que poderiam ameaçar a coerência e a unidade dessa FDGD que está determinando os jogos do dizer. Há de se considerar que a sintagmatização só é possível porque ela já funciona no interdiscurso.

No tocante à noção de intradiscurso, Pêcheux (1995 [1988]) a considera como o fio do discurso do sujeito-falante, ou seja, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. “Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. (PÊCHEUX, 1995

[1988], p. 167); assim, o intradiscursos se caracteriza por possuir dois traços distintos: o (pré)construído, traço identificado em qualquer formação discursiva e semelhante a, ou funcionando como um (pré)conceito histórico que é do conhecimento geral e a articulação, aquilo que permite a um sujeito constituir-se como tal em relação àquilo com que o próprio discurso se constrói. O intradiscursos se constitui de recortes do próprio interdiscursos, sob a forma de fio do discurso e, assim, o sujeito-gramático, em sua função-autor, não pode simplesmente dizer coisas que não tenham sentido, isto é, que não façam parte do interdiscursos, ele precisa dizer coisas que façam sentido para aquele que imagina que seja o seu leitor. A noção de efeito-leitor está, pois, relacionada à noção de formações imaginárias proposta por Pechêux (1995 [1988]), sobre a qual discorreremos anteriormente na seção 2.4.2 Sobre as formações imaginárias e a função-autor.

Para a organização do quadro que segue, optamos por apresentar as SDs em três colunas, em que a coluna **a** corresponde aos recortes da GNLP 1ª EDIÇÃO – 1957/1962; a coluna **b** à GNLP 15ª EDIÇÃO – 1972 e a coluna **c** à GNLP 31ª EDIÇÃO – 1991. Em nosso gesto interpretativo, objetivamos analisar as alterações que se dão no eixo da formulação do dizer, tanto na organização interna de uma edição, quanto no percurso das três edições apresentadas:

Quadro 8 – Recorte Discursivo III: Formulação da inteira estrutura intelectual e didática

<b>RD III - Formulação da inteira estrutura intelectual e didática</b>		
<b>GNLP 1ª e 7ª EDIÇÕES – 1957/1962<sup>47</sup></b>	<b>GNLP 15ª EDIÇÃO – 1972</b>	<b>GNLP 31ª EDIÇÃO – 1991</b>
SD1a - ESTILÍSTICA (GNLP, 1962, p. 595)	SD1b - RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA (GNLP, 1972, xxiii)	SD1c - RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA (GNLP, 1991, x)
SD2a - Capítulo XXIX – Significação das palavras (GNLP, 1962, p. 595)	SD2b - Capítulo 30: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1972, xxiii)	SD2c - Capítulo 31: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1991, x)

<sup>47</sup> Os índices da 1ª e 7ª edições da GNLP, no que se refere à *Significação das Palavras*, apresentam a mesma organização.

SD3a Sinônimos Antônimos Homônimos Parônimos Linguagem figurada Metáfora Catacrese Imagem Símbolo Metonímia Sinédoque Comparação ou símile (GNLP, 1962, p. 595)	SD4b Estilística léxica: Denotação e conotação Séries sinonímicas Polissemia Antônimos (GNLP, 1972, xxiv)	SD4c Estilística léxica (séries sinonímicas; polissemia; homônimos e parônimos) (GNLP, 1991, x)
	SD5b - Capítulo 32: Figuras de linguagem: os tropos Classificação das figuras de linguagem Metáfora (e suas variedades) Metonímia (e suas variedades) (GNLP, 1972, xxiv)	SD5c - Capítulo 33: Figuras de linguagem: os tropos Classificação das figuras de linguagem (figuras de palavras; figuras de construção; figuras de pensamento; figuras de palavras ou tropos (metáfora; metonímia) (GNLP, 1991, x)

Fonte: elaborado pela autora.

Compreendemos que os *índices* e os *títulos* funcionam como “objetos de interpretação”. (ORLANDI, 2004, p. 61), e ao tomá-los como processo discursivo, nossa tarefa é compreender como os sentidos estão neles e como podem ser ditos, ou não. Entendemos o texto como uma superfície linguística e como “um objeto empírico, inacabado, complexo de significação; lugar do jogo de sentidos, do trabalho da linguagem, do funcionamento da discursividade”. (FERREIRA, 2001, p. 23). De acordo com Dias (2009, p. 29),

O Título é um lugar representativo do saber pelo texto. Lugar que se constitui ao constituir o objeto que representa. Lugar que possibilita a constituição de um espaço de relação entre autor e leitor. Espaço de forças que se fazem representar e, ao se fazerem representar, significam.

Consideramos que ao analisar os índices e os títulos como lugar de jogo e produção de sentidos, também podemos compreender como organizam a relação da língua com a história e do sujeito em sua relação com o contexto histórico-social.

Ao analisarmos as sequências discursivas SD1a, SD1b e SD1c:

SD1a - ESTILÍSTICA (GNLP, 1962, p. 595)

SD1b - RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA (GNLP, 1972, xxiii)

SD1c - RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA (GNLP, 1991, x)

que funcionam como títulos da parte referente à *Estilística*, compreendemos que ocorre uma **reformulação** no modo de sintagmatizar os títulos. Os efeitos de sentido da reformulação dos títulos poderiam se dar em um movimento de:

Quadro 9 – Reformulação dos títulos

<p><b>SD1a ≠ SD1b</b></p> <p><b>SD1a ≠ SD1c</b></p> <p><b>SD1b = SD1c</b></p>
---

Fonte: Elaborado pela autora.

Compreendemos que tratar a reformulação nesses termos, em concordância com Pêcheux (1995 [1988]), significaria considerar somente o critério puramente linguístico e esse é insuficiente para caracterizar os processos discursivos inerentes a uma formação discursiva. A insuficiência desse critério justifica-se pelo fato de que, ao trabalharmos com palavras, expressões ou proposições em AD, isso não se dá de maneira isolada, trabalhamos, sim, na perspectiva das/nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma FD. Assim, entendemos que a **reformulação** é um processo linguístico-discursivo em que pelo funcionamento da língua compreendemos a relação sujeito/história no funcionamento do discurso.

As SD1b e SD1c *Rudimentos de Estilística e Poética* são a **reformulação** do título da última parte da *GNLP*, antes apresentada como SD1a *ESTILÍSTICA*. Na **reformulação** de SD1a *ESTILÍSTICA* para SD1b e SD1c também se tem o **acréscimo** dos termos *Rudimentos* e *Poética*. Os verbetes “rudimentos” e “poética”, conforme as acepções do Dicionário Aulete Digital, indicam:

Figura 17 – Verbetes “rudimentos”

The screenshot shows the Aulete Digital interface. At the top is the logo 'Aulete DIGITAL' and a search bar. Below the search bar, there are two tabs: 'Verbetes Novo' (selected) and 'Verbetes Original'. The main heading is 'rudimentos' in bold red text. Below this, the phonetic transcription '(ru.di.men.tos)' is shown in blue, followed by 'smpl.' in red. To the right, there are four red stars 'AAAA'. The definition consists of two numbered items: '1. Noções elementares; FUNDAMENTOS: *Apreendeu rudimentos de latim*' and '2. Conhecimento genérico e superficial ou elementar de uma arte, ciência, esporte etc. (rudimentos do iatismo; rudimentos de pintura)'. At the bottom, there is a note in brackets: '[F.: Do lat. rudimentum,.]'.

Fonte: Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso: 07 nov. 2016.

Figura 18 – Verbetes “poética”

The screenshot shows the Aulete Digital interface. At the top is the logo 'Aulete DIGITAL' and a search bar. Below the search bar, there are two tabs: 'Verbetes Atualizado' (selected) and 'Verbetes Original'. The main heading is 'poética' in bold red text. Below this, the phonetic transcription '(po.é.ti.ca)' is shown in blue, followed by 'Liter.' in green. To the right, there are four red stars 'AAAA'. The definition consists of four numbered items: '1. Arte de fazer poemas.', '2. Ciência que estuda os recursos técnicos us. em poesia.', '3. Obra didática sobre essa ciência.', and '4. A poesia de um autor, de uma época, de um país'. At the bottom, there is a note in brackets: '[F.: Do lat. poetica, ae.]'.

Fonte: Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso: 07 nov. 2016.

Relacionando essas acepções ao movimento de **acréscimo** realizado pelo sujeito-gramático, em sua função-autor, entendemos que *Rudimentos de Estilística e Poética* acabam por promover uma delimitação do que o sujeito-gramático propõe apresentar em sua produção gramatical. Se na SD1a temos um título que apresenta uma definição de caráter geral, em SD1b e SD1c encontramos *noções limitadas*, conforme o verbete.

O sujeito-gramático, em sua função-autor, ao **reformular** o título (SD1b e SD1c) mobiliza os mesmos conceitos e também outros conceitos, e isso é marcado pela função conjuntiva do **E** que caracteriza o movimento que chamamos de **acréscimo**. Assegurado pela função-autor, por meio do acréscimo, o sujeito-gramático domestica o que poderia ser considerado como dispersão, promovendo um efeito de unidade do texto e faz “*crer que o dito + o não dito = o dizer completo*”. Podemos considerar que se trata de uma reafirmação da ilusão de completude e “o texto mostra como o sujeito, por sua função-autor, resiste à dispersão sem limites e à pressão da multiplicidade de formulações possíveis” (ORLANDI, 2005b, p. 125). Desse modo, “só é possível falar-se em acréscimo do ponto de vista do texto, da função-autor, em suma, do imaginário” (p. 124).

Pêcheux (1981) ao analisar o efeito de articulação da partícula **E** diz que em termos discursivos, o **E** estabelece uma relação rica em conseqüências semânticas. Nos elementos coordenados pode-se ter um efeito de articulação intradiscursiva em que o interdiscurso se manifesta como fonte de evidências enunciadas. Orlandi complementa dizendo que “a coordenação funciona como uma espécie de elemento catalisador de diferentes discursos” (1997, p. 37), no caso de nosso trabalho, os discursos sobre a “*estilística*” e a “*poética*”.

Gramaticalmente o **E** serve para ligar termos ou orações que desempenham a mesma função. Já discursivamente, conforme Luz (2010, p. 276), “o **e** estabelece uma interrelação em que os elementos em escala de proporcionalidade são constitutivos um do outro”. É por isso que compreendemos que nas SD1b e SD1c ocorre a conjunção entre ESTILÍSTICA **E** POÉTICA, como se um fosse constitutivo do outro. O já-dito ESTILÍSTICA e o novo POÉTICA funcionam, pois, o fato de que há um já-dito, que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e a ideologia. Bem como, de que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação.



Consideramos também que a partir dos já-ditos, constituídos, estabilizados, no eixo vertical, produzem-se, conforme Orlandi (2005a, p. 36), “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” no eixo horizontal. Todo dizer encontra-se na confluência dos dois eixos e é desse jogo que emergem seus sentidos. (ORLANDI, 2005a).

De acordo com Orlandi (2005a), e como já mencionamos anteriormente, o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos. A paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer em que se produzem diferentes formulações do dizer sedimentado, ou seja, se produz a variedade do “mesmo”. Em nosso objeto de análise, a **paráfrase** mostra-se no funcionamento da **reformulação**.

Já a polissemia, de acordo com Orlandi (2005a), e conforme já mencionamos, é a possibilidade de se promover deslocamentos, promovendo rupturas de processos de significação e múltiplos sentidos para o dizer, como podemos observar em:

SD2a - Capítulo XXIX – Significação das palavras (GNLP, 1962, p. 595)

SD2b - Capítulo 30: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1972, xxiii)

SD2c - Capítulo 31: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1991, x)

Nas SD2b e SD2c, o sujeito-gramático, em sua função-autor, **renomeia** o capítulo instaurando o diferente. Desse modo, a **polissemia** está relacionada em nosso objeto de análise à **renomeação**, aos processos criativos que instauram o diferente na produção gramatical. A criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento de regras, fazendo intervir o “diferente”, em que “irrompem assim sentidos diferentes”. (ORLANDI, 2005a, p. 37).

Sobre esse gesto de renomear, em seu trabalho de tese *Efeitos de sentido na disciplinarização de uma teoria*, Martins (2012) analisa a constituição política das nomeações e renomeações que permeiam o processo de disciplinarização da Análise do Discurso no Rio Grande do Sul, e a autora compreende que

O movimento de nomeação e renomeação de uma disciplina faz parte de uma política que busca renomear para poder designar de outra forma. Ao renomear, os conceitos mobilizados também são outros. (2012, p. 23).

Com base em Martins (2012), compreendemos que o movimento de **renomeação** faz parte de uma política que busca renomear para poder designar de outra forma. Ao renomear, os conceitos mobilizados podem ser os mesmos ou diferentes. Conforme Orlandi (2005a), o sentido não existe em si, mas ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo nas condições de produção em que as palavras são produzidas. Nesse viés, é preciso considerar que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (p. 42-43) e que “recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”. (PÊCHEUX, 1995 [1988], p. 58).

No caso dessas SDs 2a, 2b e 2c, compreendemos que não há somente a **reformulação**, o sujeito-gramático, em sua função-autor, faz a **renomeação** porque há um deslocamento nessa tomada de posição. Entendemos que em função das condições sócio-históricas e ideológicas que entram em funcionamento, referimo-nos à década de 1970, configura-se um determinado quadro circunstancial e não outro. Tal quadro pode ser compreendido ao considerarmos que uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos linguísticos no Brasil, conforme Altman (2004), foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. Isso pode ser constatado no modo como o sujeito-gramático renomeia os títulos e cabe dizer que há o “renomear para poder designar de outra forma. Ao renomear, os conceitos mobilizados também são outros”. (SCHERER; MARTINS; PETRI, 2013, p. 29).

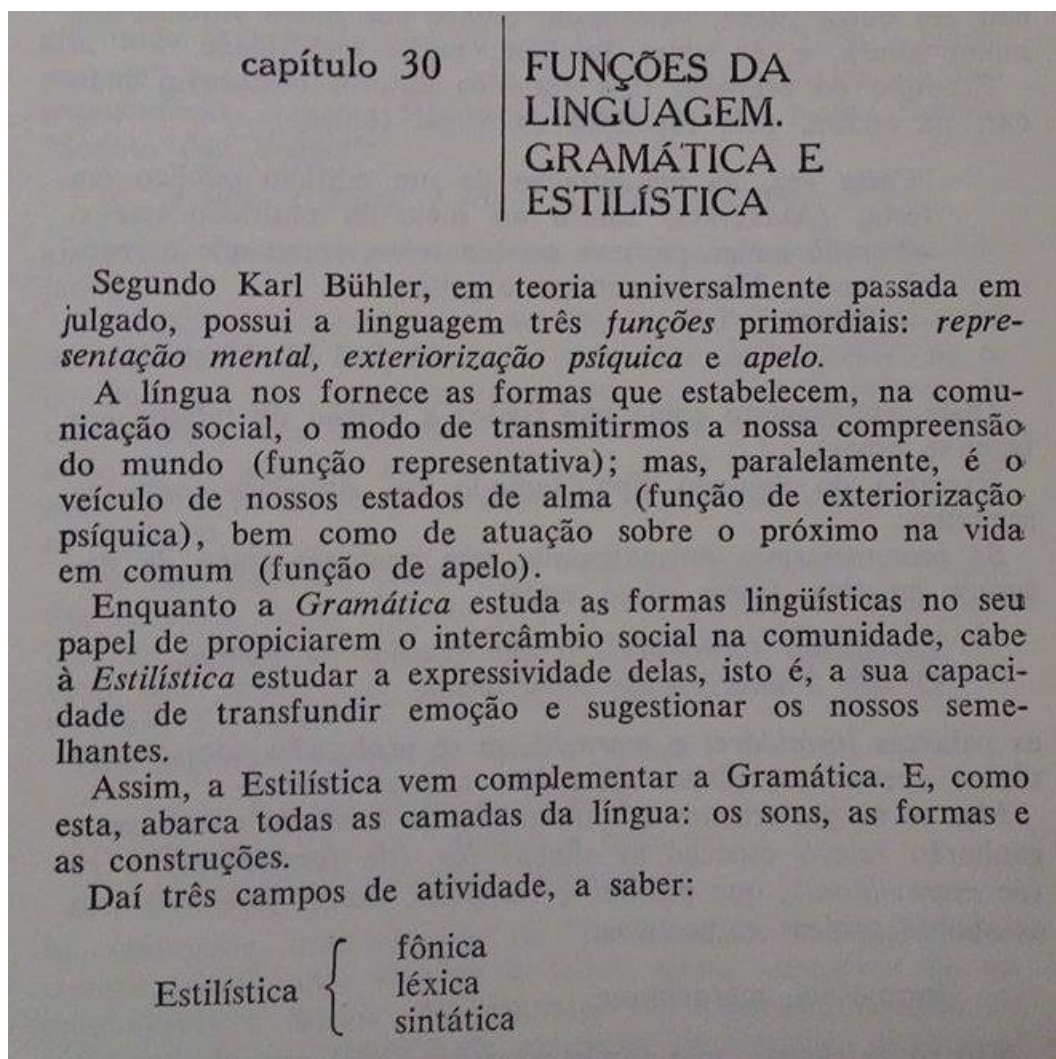
Ainda em relação às SDs 2b e 2c, no processo de **renomeação** e **acréscimo** de conteúdos, o sujeito-gramático, em sua função-autor, apresenta suas reflexões sobre a significação das palavras no interior de questões sobre as “funções da linguagem”, tratadas a partir de Karl Bühler:

Segundo Karl Bühler, em teoria universalmente passada em julgado, possui a linguagem três funções primordiais: *representação mental*, *exteriorização psíquica* e *apelo*. (ROCHA LIMA, 1972, p. 441).

Ao analisar essas sintagmatizações, por meio da **renomeação** (polissemia) do capítulo e o **acréscimo** (polissemia) de conteúdos, fizemos isso observando os

títulos, mas se lançarmos um olhar para a parte interna dos capítulos, podemos dizer que há **reformulação** (paráfrase), pois todo capítulo 30 (SD2b) e capítulo 31 (SD2c) tratam de *Estilística*, subdivididos pelo sujeito-gramático em fônica, léxica e sintática, conforme a perspectiva de Bühler:

Figura 19 – Capítulo 30



Fonte: Rocha Lima (1972, p. 441).

Figura 20 – Capítulo 31

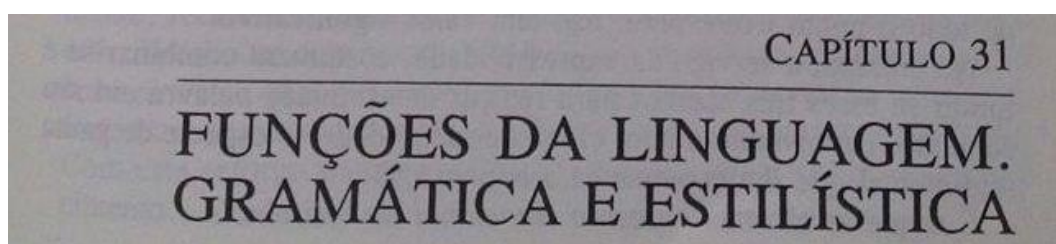
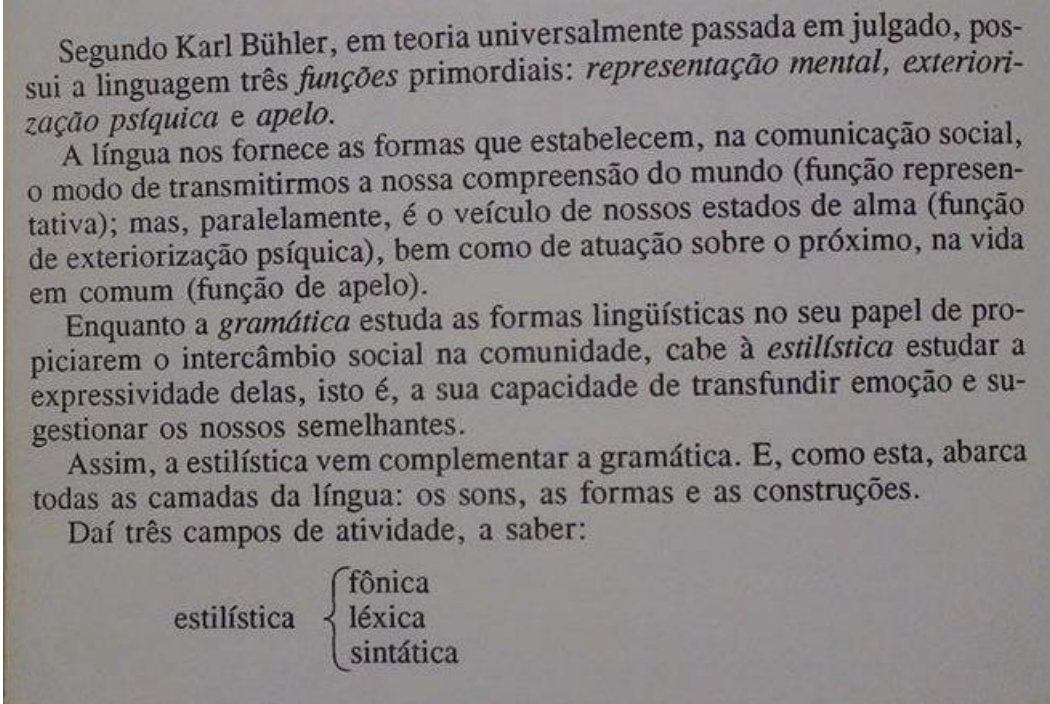


Figura 20 – Capítulo 31



Fonte: Rocha Lima (1991, p. 475-476).

Compreendemos que esses movimentos podem marcar uma filiação a saberes do funcionalismo de Praga. De acordo com Paveau e Sarfati (2006), o funcionalismo tem seu lugar no conjunto do movimento estruturalista e trata-se de um estruturalismo específico que se pode chamar de estruturalismo funcional. O núcleo fundador dessa corrente foi o Círculo de Praga ou Escola de Praga e marca-se sua fundação em outubro de 1926 por Mathesius, que reuniu pesquisadores tchecos e, também, recebeu a colaboração de linguistas estrangeiros, como o alemão Karl Bühler.

Quando se colocam os saberes da Linguística e os saberes da gramática em uma relação de conjunção, isso é possível porque as formações discursivas são “dotadas de fronteiras bastante porosas que permitem a entrada de saberes que lhe eram alheios em um determinado momento”. (FERREIRA; INDURSKY, 2007, p. 170).

Luz (2010) propõe em sua tese *Linguística e ensino: o discurso de entremeio na formação de professores de Língua Portuguesa* que a Linguística que se ensina nos cursos de Letras, voltados à formação de professores, seja concebida com uma Linguística de entremeio, não uma nova Linguística, mas uma Linguística que se

constitui pela tomada de posição dos sujeitos Linguistas preocupados com o ensino de língua portuguesa. Assim, o lugar de entremeio se constitui entre diferentes domínios do saber, ou seja, o entremeio é onde os sentidos que se filiam a diferentes domínios de saber se formulam e entram em funcionamento. Esse entremeio não tem limites precisos e sua constituição se faz pelo efeito de identificação a saberes que emergem de outros domínios de saber, sendo, por isso, também heterogêneo e ao mesmo tempo singular de funcionamento da contradição.

É nessa esteira que compreendemos que a tomada de posição do sujeito-gramático trata-se de uma posição-sujeito de entremeio e não uma nova posição-sujeito, nos termos de Luz (2010), com uma constituição distinta. Entendemos que essa posição-sujeito de entremeio se constitui pela tomada de posição do sujeito-gramático que não está alheio aos estudos linguísticos, preocupado com a produção gramatical, marcando assim um efeito de identificação a saberes que emergem de diferentes domínios. Nesse movimento de entrada de saberes que se fundam no campo da ciência Linguística na formulação de um instrumento linguístico também se faz possível a constituição de um lugar para os estudos da significação.

Consideramos assim, como trata Orlandi (2005a), que essa reformulação, também se trata de um processo que representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, e se trata, também, da produção de diferentes formulações do dizer sedimentado. Esses movimentos de **renomear**, **acrescentar** e **reformular** indicam que os processos de polissemia e paráfrase funcionam continuamente no dizer, pois, a cada nova enunciação, produzimos uma desestabilização de sentidos mesmo falando com palavras outrora ditas e é difícil estabelecer limites, lugares fixos para onde cada um dos processos funciona, onde um acaba e o outro inicia. O que podemos apontar é que o sujeito-gramático, em sua função-autor, **formula intradiscursivamente** porque está no entremeio e na contradição, e compreendemos que esse entremeio é, no caso da GNLP, um dos lugares propícios para que a contradição funcione.

Ao trazer para suas reflexões “funções da linguagem”, o sujeito-gramático, nessa tomada de posição, identifica-se a saberes heterogêneos que se filiam a diferentes teorias linguísticas. Nesse movimento de mobilizar e conjugar saberes de diferentes FDs, seja gramatical e/ou política, compreendemos que o sujeito-

gramático, nessa tomada de posição que tem autoria, marca uma posição-sujeito de entremeio<sup>48</sup> e não uma nova posição-sujeito, nos termos de Luz (2010).

Em consonância com o que aponta Orlandi (2002), entendemos que com essa tomada de posição do sujeito, está se praticando uma forma de política de língua e também de política de ciência. Isso porque, como pontua Scherer (2008, p. 140), “história nenhuma se faz sem sujeito” e, na análise que propomos, o sujeito gramático é marcado por saberes que advêm de distintas formações. Tal sujeito se constitui nesse entremeio, entre a memória e a atualidade, pois “para dizer, ele (o sujeito) tem de inscrever-se no interdiscurso, tem de se filiar a um saber discursivo (uma memória)”. (ORLANDI, 2004, p. 88).

Prosseguindo o gesto de leitura sobre as SDs 2a, 2b e 2c, além do processo de **renomeação** dos títulos que compõem os índices há o movimento de **apagamento** de conteúdos no desenvolvimento dos capítulos.

Petri (2004) nomeia esse apagamento como “efeito de apagamento”, explicando que

[...] estamos fazendo referência aos saberes que estão em estado latente na ordem do interdiscurso, que não estão funcionando no interior da FD naquele ponto em que estamos analisando, mas que já funcionou ou pode ainda vir a funcionar ali, caso seja convocado para isso. (PETRI, 2004, p. 56).

Compreendemos que há funcionamento similar na análise que desenvolveremos, mas trabalharemos com a nomeação apagamento.

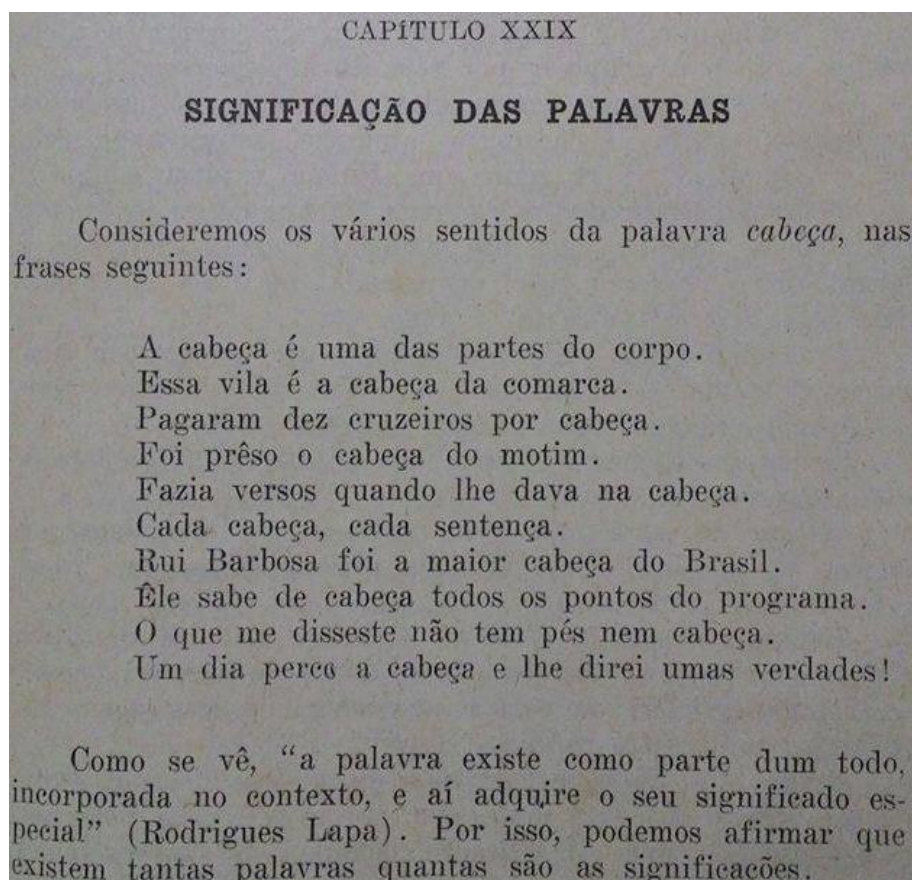
Ao sintagmatizar, o sujeito-gramático, em sua função-autor, promove o **apagamento** do conteúdo que tratava dos vários sentidos da palavra cabeça, bem como uma citação de Rodrigues Lapa, vinculada ao título correspondente à SD2a, como segue:

---

<sup>48</sup> As discussões sobre posição-sujeito de entremeio são aprofundadas na Parte 3 desta tese.



Figura 21 – Citação



Fonte: Rocha Lima (1957, p. 31).

No desenvolvimento dos conteúdos vinculados à SD2 b e à SD2c não encontramos mais os mesmos conteúdos, vinculados à SD2a. Esse **apagamento** evoca efeitos de sentido “na ordem do discurso”, do “enunciável, conforme explica Courtine (1999) e é possível, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, entendendo a ideologia como um mecanismo que naturaliza os sentidos, isto é, faz parecer natural um dizer e o apagamento de outros dizeres, como se os sentidos estivessem presos às palavras e houvesse uma única possibilidade de interpretação destes sentidos. (PÊCHEUX, (1995 [1988]). O apagamento da citação de Rodrigues Lapa remete ao apagamento de possíveis filiações teóricas do sujeito-gramático, que em sua função-autor reedita sua produção tratando de significação de outro lugar, mas de um lugar de entremeio gramatical/linguístico.

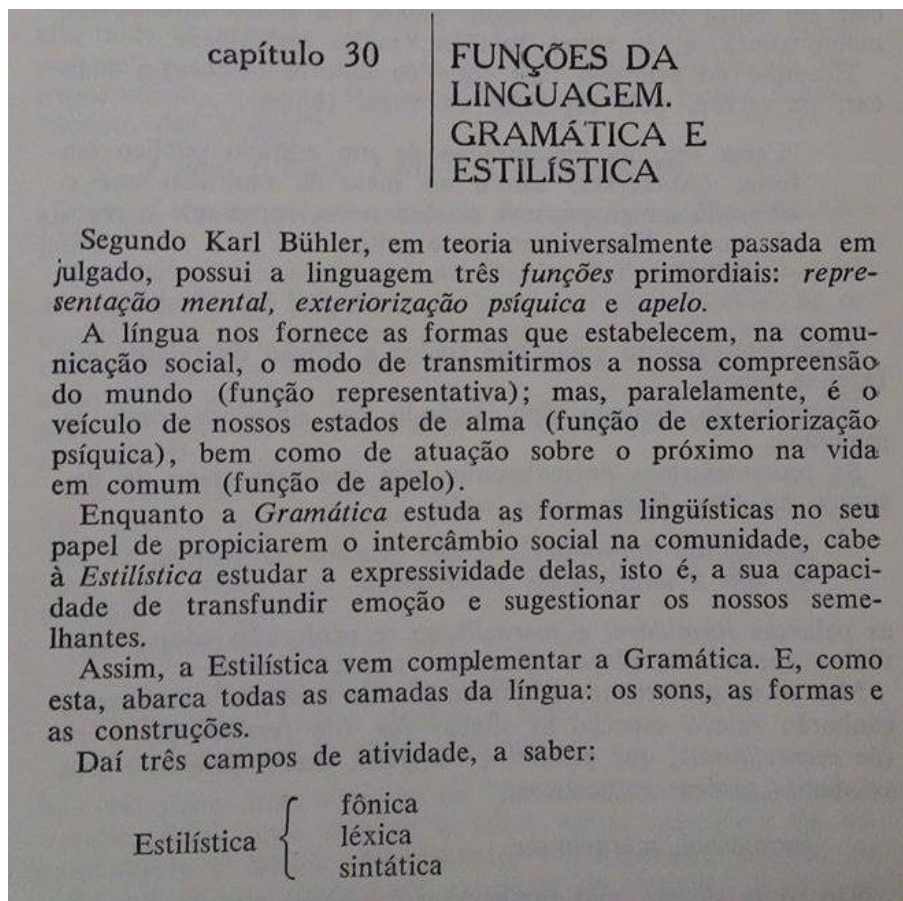
De acordo com Fiorin (2000), em uma produção que aborda *A estilística na tradição de língua portuguesa e os enfoques discursivos atuais*, Rodrigues Lapa filia-

se teoricamente a Charles Bally, para tratar de Estilística. Fiorin (2000, p. 37) explica que:

Para esse discípulo de Saussure, a linguagem apresenta duas faces: uma intelectual ou lógica e uma afetiva. Por essa razão, é possível distinguir a informação neutra dos suplementos subjetivos acrescentados a ela, como o comprovam os casos em que o mesmo conteúdo é expresso de maneira diferente. Essa distinção permite separar o conteúdo lingüístico do conteúdo estilístico.

O **apagamento** dessas discursividades é recoberto pelo **acréscimo** de conteúdos sobre as “funções da linguagem”, conforme analisamos anteriormente, tendo como referência Karl Bühler, o que pode ser observado no excerto a seguir:

Figura 22 – Capítulo 30



Fonte: Rocha Lima (1972, p. 441).

Compreendemos que o **acréscimo** de conteúdos sobre as “funções da linguagem”, como trata Orlandi (2005b), chama para uma reflexão sobre a incompletude, sobre a indecisão dos contornos ideológicos, das FDs que se dispersam em um texto.



Ao **apagar** tais dizeres e **reformular** outros, efeitos de sentido emergem e afetam a ordem do discurso, pois

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito-afetado pela língua-com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. (ORLANDI, 1996 p. 47).

Se o sentido é uma relação determinada do sujeito-afetado pela língua com a história, a ideologia e o inconsciente, entendemos que a renomeação, a reformulação de outros dizeres, conforme as SDs 2b e 2c, e o apagamento de determinados dizeres pode se constituir em uma tentativa de (re)novar, trazer o novo para um discurso que complementa a *Gramática Normativa*, ao mesmo tempo que apaga aquilo que perturba o sujeito-gramático. Nesses movimentos de apagar e reformular, o sujeito-gramático, nessa tomada de posição, em sua função-autor, apreende e constrói sentidos por meio da interpretação.

Ocorre, já no início da segunda metade do século XX, a entrada dos saberes próprios à ciência Linguística no trabalho de professores, estudiosos da linguagem e gramáticos, embora não se possam descartar as ressonâncias de um processo anterior que nos remete ao gramatical ligado à filologia. Partindo da afirmação de Altman (2004), como já desenvolvemos em trabalho anterior<sup>49</sup>, vamos explorar a hipótese de que então o funcionalismo linguístico (enquanto corrente de pensamento) estaria, de certo modo, interferindo na produção da GNLP.

É na década de 1970, conforme Mariza Vieira da Silva (s/d<sup>50</sup>), que percebemos mais fortemente a presença da Linguística nas políticas e legislação educacionais. Segundo a autora, esse foi um período de expansão do acesso à Educação Fundamental, de avanço da globalização da economia e de reestruturação produtiva, de busca de formas alternativas para enfrentamento das contradições entre capital e trabalho. Dessa década são os primeiros debates oficiais ou oficializados sobre a importância da Linguística no ensino do Português, os Relatórios de Comissões Ministeriais – 1976/1986. Ao nosso ver, esse foi um dos

<sup>49</sup> Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do diferente no mesmo – dissertação apresentada ao PPGLetras – UFSM, 2010, sob orientação da professora Dr. Verli Petri.

<sup>50</sup> História das Idéias Lingüísticas: o Estado, as instituições, as políticas. Disponível em: <<http://www.ged.letras.ucb.br/sites/100/118/00000110.pdf>>. Acesso em 2 jan. 2014.

fatores que interferiu nas condições de produção da GNLP, em 1972, época em que o sujeito-gramático apresenta uma nova edição “refundida”. Nesse viés, a gramática (velho) se atualiza, instaurando o discurso da Linguística (novo), mas mantém o imaginário do velho.

Ainda no tocante ao apagamento, podemos associá-lo a uma releitura de *O chapéu de Clémentis*. (COURTINE, 1999). Se em *O chapéu de Clémentis* restou, na foto, apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald, as análises que desenvolvemos sobre a “significação das palavras” apontam que o “chapéu” já esteve lá e depois desapareceu atendendo a determinados interesses.

Na análise das SD2b e SD2c compreendemos que também ocorre um movimento de inclusão, pela função conjuntiva do E:

SD2b - Capítulo 30: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1972, xxiii)

SD2c - Capítulo 31: Funções da linguagem. Gramática e estilística (GNLP, 1991, x)

Ao renomear, o sujeito-gramático estabelece discursivamente uma inter-relação em que os elementos são constitutivos um do outro: gramática e estilística. Esse entendimento pode tomar corpo ao analisarmos o que o sujeito-gramático, em sua função-autor, discursiviza sobre *Gramática e Estilística* no início do capítulo 30, da GNLP (1972):

Enquanto a *Gramática* estuda as formas linguísticas no seu papel de propiciarem o intercâmbio social na comunidade, cabe à *Estilística* estudar a expressividade delas, isto é, a sua capacidade de transfundir emoção e suggestionar os nossos semelhantes. (ROCHA LIMA, 1972, p. 441).

Um possível efeito de sentido provocado por essa inter-relação gramática e estilística, analisando a renomeação do capítulo, é de que não há Gramática sem que haja estilística, do mesmo modo que não há estilística sem gramática.

Se avançarmos na leitura, encontramos que “Assim, a Estilística vem **complementar** a Gramática. E, como esta, abarca todas as camadas da língua: os sons, as formas e as construções”. (ROCHA LIMA, 1972, p. 441, grifo nosso). Sobre

esse excerto, entendemos que o sujeito-gramático marca uma inter-relação entre gramática e estilística e esses elementos estão postos em uma escala de complementaridade e permanecem constitutivos um do outro. Nessa medida, compreendemos que pelo funcionamento da conjunção se marca a contradição da/na tomada de posição do sujeito-gramático. No entanto, mesmo com esse movimento de conjugar saberes de diferentes filiações o sujeito-gramático, em sua função-autor, tem a ilusão de garantir o efeito de unidade necessário a sua produção gramatical.

Sobre a relação gramática e estilística, Agustini (2004) expõe que, nos textos gramaticais, aparece configurada uma relação de complementaridade, no sentido de partes que se ligam, porém podem aparecer de dois modos na textualidade gramatical:

- separando-se o que é da ordem da gramática e o que é da ordem da estilística, reservando-lhes lugares específicos, assim como o faz, em nosso entendimento, Rocha Lima, configurando uma parte complementar em posição externa ao corpo da gramática;
- e funcionando com uma parte complementar interna à gramática, na qual há um transbordamento de regras, conforme Agustini (2004), e para nós funciona como aquilo que causa perturbação em relação a uma unidade (imaginária) de língua.

Em uma discussão empreendida por Fragoso (2014), o autor explica que o discurso da estilística não se constitui em uma descrição imóvel da língua, como as outras partes da gramática. Essa ideia de não descrição imóvel da língua, em nosso entendimento, tem relação com a perturbação, aquilo que pode escapar dos esquadros da gramática normativa, no entanto, ao ocupar seu lugar na estilística a perturbação não vem caracterizada como erro, mas, sim, enquanto estilo, sendo que um dos fatores que corrobora para tanto, é o uso de modelos consagrados da escrita literária, conforme já discutimos a partir de Agustini (2004). Compreendemos que para o estilo há um lugar na gramática, ele tem um estatuto que lhe garante lugar porque compõe modos de bem falar e de bem escrever, o que a partir de um deslize poderia ser tomado como erro, deficiência, sem lugar na gramática.

Na GNLP, o sujeito-gramático, em sua função-autor, trata das relações entre língua e estilo no texto introdutório, da edição de 1972, e salientamos que nas edições anteriores, que observamos, não há uma discussão empreendida acerca

desse assunto. Na GNLP de 1972, localizamos uma seção que trata de Língua e estilo, da qual reproduzimos um excerto:

Figura 23 – Língua e estilo

Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade pelos tempos fora: de um lado, a *diferenciação*, força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a *unificação*, força coercitiva, disciplinante, conservadora.

Ao assenhorear-se dos recursos da língua, cada indivíduo, culto ou ignorante, a executa à sua maneira, de acordo com a sua feição, com o seu temperamento: um é aparatoso, verbalista, ama a riqueza das imagens, a veemência das antíteses, a audácia dos adjetivos extravagantes; outro é sóbrio, cheio de delicadeza e pudor, prefere o desataviado da expressão direta, a singeleza de um vocabulário comum.

A contribuição pessoal do indivíduo, manifestada na seleção, por ele feita, dos recursos que a língua subministra, é o que se chama, em sentido lato—ESTILO, que Sêneca já havia definido como “o espelho da alma”.

Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade — a preservação histórica do seu *gênio*, da sua *índole*, à qual se hão de adaptar todas as particularizações.

Fonte: Rocha Lima (1972, p. 4).

De acordo com o sujeito-gramático, a língua organiza-se por meio do equilíbrio entre diferenciação e unificação, e os indivíduos, desde os cultos aos ignorantes, ou nos termos de Pêcheux (1990) “os bons entendedores e os maus entendedores”, executam-na de acordo com o temperamento, ou estilo. Compreendemos que esse funcionamento sobre língua e estilo apresentado pelo sujeito-gramático tem relação com o que expõem Pêcheux e Gadet (2011 [1991], p. 105), no sentido de que “Fazer a língua funcionar é somente jogar nas coerções e nas suas lacunas – jogar nas latitudes que ela oferece”. No entanto, compreendemos que na GNLP essas lacunas corroboram com a divisão política da e na língua, incluindo ou excluindo, pelo movimento de dar (in)visibilidade aos falantes e a seus lugares na estrutura social. Desse modo, podemos dizer que o sujeito-gramático que toma a língua como objeto de trabalho e é tomado pela língua, desenvolve seu trabalho nessa tensão, em um jogo entre a diferenciação e a unificação. Em nosso gesto de leitura, entendemos que a diferenciação relaciona-se

ao estilo, ou “fator de perturbação da boa escolha das palavras” (ROCHA LIMA, 1972, p.451), e a unificação tem relações com a língua, enquanto um “sistema: organizado e opositivo de relações”. (ROCHA LIMA, 1972, p. 40).

Ainda no que tange às SD2a, SD2b e SD2c, compreendemos que o sujeito-gramático apresenta outro formato de numeração, ou como estamos tratando, outra sintagmatização. Na SD2a, a sequência dos capítulos está grafada em algarismos romanos, sendo que os estudos sobre Estilística iniciam no capítulo XXXIX e acabam no capítulo XXXIV. Já nas SD2b e SD2c, a sequência dos capítulos está grafada em algarismos arábicos, sendo que os estudos sobre Estilística, na 15ª edição iniciam no capítulo 30 e acabam no capítulo 34, e na 31ª edição iniciam no capítulo 31 e acabam no capítulo 35.

Assim como aponta Orlandi (2004, p.14), também compreendemos que:

[...] qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade.

Essa forma de se registrar por meio de algarismos romanos, remete-nos ao dizer de Orlandi (2005a), quando a autora explica que os sentidos não estão prontos ou acabados e é a partir dessa incompletude que arriscamos a dizer que a utilização dos algarismos romanos, faz emergir uma memória relacionada à “língua de madeira do direito”, nos termos de Gadet e Pêcheux (2004, p. 23).

A língua de madeira do direito é uma língua extremamente codificada que emprega códigos fechados a outros setores não envolvidos nesse campo de saber, bem como à maioria da população. Essa língua de madeira é tratada por Gadet e Pêcheux (2011) e Courtine (1999; 2006), como um sistema fechado (duro como madeira) doutrinário, prescritivo-normativo, a exemplo da língua da gramática. Eis uma possível relação entre gramática e direito: a língua de madeira, “uma estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito [...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 11) e arriscamo-nos a dizer que também culmina no discurso da *Gramática Normativa*. Outro sentido engendrado pela língua de madeira é o da imaginária aliança, entre bons e maus entendedores, por uma unidade formal, fundada no Direito.

Entendemos que, conforme Orlandi (2007a), estamos diante de uma forma da relação da língua com a sociedade na história. Em nosso ver, e como explica Pêcheux (1990), trata-se também de uma forma de domínio, pois mediante a necessidade de dominação de uma classe, é a ideologia jurídica que vai introduzir uma barreira invisível. Acrescentaríamos que essa barreira invisível também é constitutiva da ordem do gramatical e torna-se visível pelo modo como o sujeito-gramático, em sua função autor, estrutura seu discurso sobre a língua, a começar pelos índices desses instrumentos linguísticos. A interpelação se dá, de tal modo, que o sujeito-gramático, nessa tomada de posição, é visto e se vê como sujeito do conhecimento sobre a língua, como ensina Orlandi (2007a), e ao produzir a gramática, faz com que essa seja muito mais do que um lugar de conhecimento ou norma.

Como já mencionamos, compreendemos a textualidade índice como “objeto de interpretação” (ORLANDI, 2004, p. 61), observamos os títulos que fazem parte do capítulo XXIX – *Significação das Palavras* na 15ª e 31ª edições, filiados à significação, e como eles são realocados no movimento de reedição e sintagmatização da GNLP. Para compreender essa movimentação, passemos à análise das SDs 3a, 4b e 4c e SDs 5b e 5c:

SD3a

Sinônimos

Antônimos

Homônimos

Parônimos

Linguagem figurada

Metáfora

Catacrese

Imagem

Símbolo

Metonímia

Sinédoque

Comparação ou símile (GNLP, 1962, p. 595)

SD4b

Estilística léxica:

Denotação e conotação

Séries sinonímicas

Polissemia

Antônimos (GNLP, 1972, xxiv)

SD4c - Estilística léxica (séries sinonímicas; polissemia; homônimos e parônimos) (GNLP, 1991, x)

SD5b - Capítulo 32: Figuras de linguagem: os tropos

Classificação das figuras de linguagem

Metáfora (e suas variedades)

Metonímia (e suas variedades) (GNLP, 1972, xxiv)

SD5c - Capítulo 33: Figuras de linguagem: os tropos

Classificação das figuras de linguagem (figuras de palavras; figuras de construção; figuras de pensamento; figuras de palavras ou tropos (metáfora; metonímia) (GNLP, 1991, x)

Na formulação dessas discursividades, tomando como sintagmatização inicial a SD3a, ocorrem apagamentos, acréscimos e reformulações. Comparando as SDs 4b, 4c, 5b e 5c com a SD3a, ocorre a formulação dos índices pelo **acréscimo** dos subtítulos sobre *Estilística léxica* e *Figuras de linguagem: os tropos*. Compreendemos que o **acréscimo** do título *Estilística* é um efeito da “colocação em texto do discurso pela função-autor (sujeito) em sua busca de unidade (e de sua dispersão real)” (ORLANDI, 2005b, p. 123) como já citamos anteriormente, além de marcar a “invasão da posição sujeito por outras regiões de sentidos possíveis” (p. 122), que, neste caso, indica uma filiação a saberes do funcionalismo de Praga.

A metáfora e a metonímia são deslocadas para o capítulo *Figuras de linguagem*. A imagem é **apagada** do índice, no entanto, podemos localizá-la ao final do capítulo Figuras de linguagem: “Middleton Murry propôs que, sob a designação genérica de *imagem*, se compreendam a metáfora, a metonímia e o símile.” (GNLP, 1972, p. 468; GNLP, 1991, p. 508).

Também ocorre o **apagamento** da figura de linguagem símbolo, apaga-se do índice, mas pode ser localizado no capítulo Figuras de linguagem, quando o sujeito-gramático trata de metáfora: “A metáfora reveste diversas modalidades, entre as

quais merecem destaque a *personificação*, a *hipérbole*, o *símbolo* e a *sinestesia*". (GNLP, 1972, p.463; GNLP, 1991, p. 503).

Outro **apagamento**, no índice, refere-se à sinédoque. Essa figura de linguagem passa a ser uma nota de rodapé, dentro do capítulo Figuras de linguagem: "Com esta conceituação, que é a dos modernos estilólogos, Wolfgang Kayser à frente -, a metonímia abrange a 'sinédoque', outrora considerada ao lado da primeira, à base de distinções sutis". (GNLP, 1972, p. 466; GNLP, 1991, p. 506).

Retomando a análise que desenvolvemos em relação à sintagmatização dos índices, propomos os esquemas a seguir:

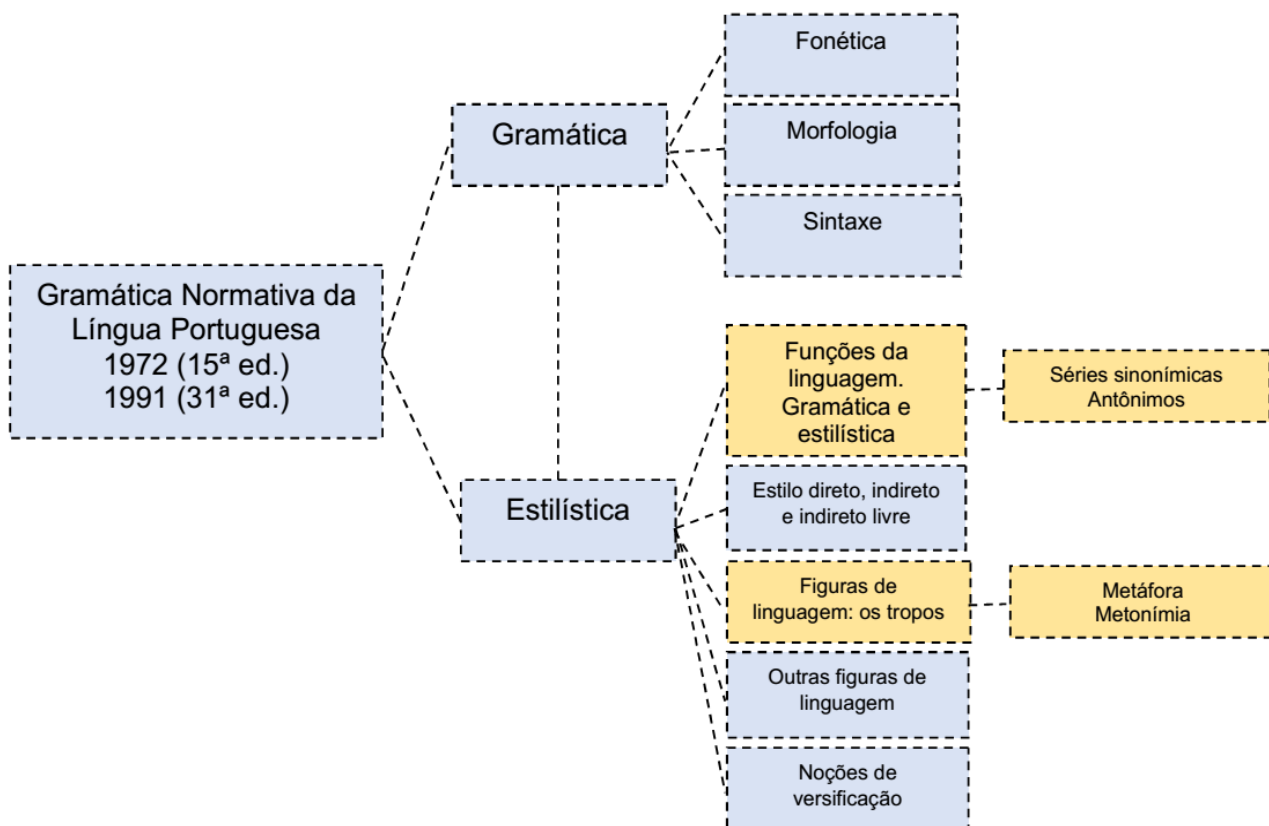
Figura 24 – Esquema 1



Fonte: elaborado pela autora.



Figura 25 – Esquema 2



Fonte: elaborado pela autora.

O Esquema 1 representa a organização do índice relativo às 1ª e 7ª edições em que o sujeito-gramático, em sua função-autor, na sua produção anterior à NGB, dá um lugar à *Significação das palavras* em um capítulo específico do instrumento linguístico. Nas edições posteriores à NGB, que podemos visualizar no esquema 1, o sujeito-gramático mantém esse capítulo intitulado *Significação das palavras*, mesmo que a NGB recomende que seja parte do *Apêndice*. Compreendemos que para o sujeito-gramático, em sua função-autor, a *Significação das palavras* não funciona como um apêndice, ou seja, “Anexo que complementa uma obra<sup>51</sup>”, mas, sim, que as questões relativas à significação são constitutivas do saber sobre a língua.

Nas edições posteriores (15ª e 31ª), conforme o esquema 2, compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, por meio do movimento de formulação, apaga o título *Significação das palavras*, mas são mantidos os

<sup>51</sup> Conforme Caldas Aulete Digital.

conteúdos no desenvolvimento dos capítulos, isto é, saberes sobre a língua que o sujeito recorta como fundamentais para estudar a língua.

Cabe observar que na NGB não há o título *Estilística* ou *Rudimentos de estilística e poética*. A NGB recomenda que o lugar da significação das palavras seja no apêndice, como podemos visualizar a seguir:

**NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA<sup>52</sup>**  
**Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959**

[...]

**PRIMEIRA PARTE**

*FONÉTICA*

[...]

**SEGUNDA PARTE**

*MORFOLOGIA*

[...]

**TERCEIRA PARTE**

*SINTAXE*

[...]

**APÊNDICE**

I - FIGURAS DE SINTAXE: anacoluto, elipse, pleonasmo e silepse

II - GRAMÁTICA HISTÓRICA: aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, consonantização, convergente, crase, desnasalização, despalatalização, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metátese, nasalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstrato, vocalismo, vocalização.

III - ORTOGRAFIA: abreviatura, alfabeto, dígrafo, homógrafo, homófono, letra (maiúscula e minúscula), notações léxicas [acento (grave, agudo, circunflexo), apóstrofo, cedilha, hífen, til, trema], sigla

IV - PONTUAÇÃO: aspas, asterisco, colchetes, dois-pontos, parágrafo (§), parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão, vírgula

**V - SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: antônimo, homônimo, sinônimo, sentido figurado** (grifo nosso)

VI - VÍCIOS DE LINGUAGEM: barbarismo, cacofonia, preciosismo e solecismo.

Dada a função-autor, o sujeito-gramático regula esse movimento de intitular as partes do instrumento linguístico. Assim, como explica Dias (2009, p. 30), compreendemos que há

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(19\)09.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(19)09.htm)>.

[...] um imaginário de que um título (enquanto realização) é o nome do texto. Nome que regularia e direcionaria a interpretação do texto como se houvesse entre título e texto um vínculo natural, intrínseco e não afetado pela exterioridade, pelas condições de produção, constituído de um gesto de interpretação da função autor.

Nesse viés, entendemos que o sujeito-gramático marca sua posição, sua autoria, como um possível gesto de resistência às normatizações impostas pela NGB. Castellanos Pfeiffer (1995, p. 81) explica que “na resistência também há um sujeito-autor que se recusa a cumpliciar com o dito, dizendo-o”. Como já tratamos anteriormente, há um movimento dentro/fora da NGB, no qual se instala a contradição, e a resistência se marca no fio do discurso por meio de formulações intradiscursivas que operam pela sintagmatização do dito.

### 3.5 OS SENTIDOS DA SIGNIFICAÇÃO

Nesta seção temos interesse em analisar como a significação é materializada no discurso gramatical, relacionando-a à noção de sentido desenvolvida nos estudos discursivos, considerando a tomada de posição sujeito-gramático, na sua função-autor, ao produzir um capítulo de estudo sobre significação, em um instrumento linguístico, normativo.

Na sequência, apresentamos o RD IV - Os sentidos da significação, composto por SDs selecionadas dos capítulos sobre *ESTILÍSTICA - Capítulo XXIX – Significação das palavras* (GNLP, 1957) e *RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA - Capítulo 30: Funções da linguagem. Gramática e estilística* (GNLP, 1972). Ao analisarmos os dois capítulos da GNLP, recortamos algumas sequências discursivas que nos indicam definições relativas à significação e realçamos em negrito para marcar as formulações que serão objeto pontual de análise:

Quadro 10 – Recorte Discursivo IV: Os sentidos da significação

<b>RD IV - Os sentidos da significação</b>
<p>SD1 - Consideremos os vários <b>sentidos</b> da palavra cabeça, nas seguintes frases:</p> <p style="padding-left: 40px;">A cabeça é uma das partes do corpo.</p> <p style="padding-left: 40px;">Essa vila é a cabeça da comarca.</p> <p style="padding-left: 40px;">Pagaram de cruzeiros por cabeça.</p>

<p>Foi prêso o cabeça do motim. [...]</p> <p>Como se vê, “a palavra existe como parte dum todo, incorporada no contexto, e aí adquire o seu <b>significado</b> especial” (Rodrigues Lapa). Por isso, podemos afirmar que existem palavras quantas são as <b>significações</b>. (GNLP, 1957, p.479)</p>
<p>SD2 - Chama-se linguagem figurada ao emprego das palavras fora do seu <b>sentido</b> próprio. (GNLP, 1957, p.481)</p>
<p>SD3 - Não há duas palavras que tenham rigorosamente mesmo <b>valor</b>. O que há são séries de palavras ligadas por um <b>sentido</b> comum, mas que se empregam em circunstâncias diversas. Basta este fato para as tornar desiguais. Tais palavras chamam-se SINÔNIMOS. (GNLP, 1957, p.479)</p>
<p>SD4 - Resumindo: para a expressão de nossas idéias e sentimentos, temos à nossa disposição várias séries de palavras, enlaçadas por uma <b>significação</b> comum. Só escreveremos bem, quando, nessas séries sinonímicas, soubermos escolher a palavra ou o grupo de palavras que melhor se ajustem àquilo que queremos exprimir. (GNLP, 1957, p.480)</p>
<p>SD5 - Para indicar, no fim de uma frase gramaticalmente completa, que <b>o sentido vai além do que ficou dito</b>. Têm as reticências larga vida na poesia, pelo seu grande poder de sugestão. (GNLP, 1972, p.436)</p>
<p>SD6 - Reticência é a suspensão intencional do pensamento, quando <b>o silêncio parece mais expressivo do que a palavra</b>. (GNLP, 1972, p.470)</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste gesto de interpretação, objetivamos compreender a quais modos de considerar a significação o sujeito-gramático filia sua produção de saberes sobre a língua no instrumento linguístico.

Pelas marcas linguísticas destacadas na SD1, observamos o funcionamento de saberes filiados ao estruturalismo linguístico:

SD1 - Consideremos os vários **sentidos** da palavra cabeça, nas seguintes frases:

A cabeça é uma das partes do corpo.

Essa vila é a cabeça da comarca.

Pagaram de cruzeiros por cabeça.

Foi prêso o cabeça do motim. [...]

Como se vê, “a palavra existe como parte dum todo, incorporada no contexto, e aí adquire o seu **significado** especial” (Rodrigues Lapa). Por isso, podemos afirmar que existem palavras quantas são as **significações**. (GNLP, 1957, p. 479).

Com base em Guimarães (2006), ao afirmar que para a posição estruturalista, “significação é dada pela língua, na relação das palavras na língua” (p. 116), compreendemos que na SD1, ao tratar dos vários sentidos da palavra cabeça, o sujeito-gramático, em sua função-autor, filia-se a saberes de posição estruturalista, pois o sentido se dá em uma relação na estrutura da língua, isto é, pela língua, na relação que as palavras estabelecem entre si. Em nossa leitura, o sujeito-gramático trata de contexto no nível da oração, ou seja, contexto linguístico.

Consideramos que há funcionamento semelhante na seguinte SD:

SD2 - Chama-se linguagem figurada ao emprego das palavras **fora do seu sentido próprio**. (GNLP, 1957, p.481).

O sujeito-gramático, em sua função-autor, explica que quando as palavras são empregadas **fora do seu sentido próprio**, ou seja, conotação, temos linguagem figurada, ou como nos ensinam Pechêux e Gadet (2011 [1991], p.101), “Qualquer ataque a essa ordem é, portando, visto como necessariamente uma quebra das regras, um desvio, um posicionar-se fora da língua”. No entanto, para o sujeito-gramático haveria um sentido próprio fixado em cada palavra. Na perspectiva discursiva, conforme Orlandi (2005a), toda palavra faz parte de um discurso e não têm um sentido próprio preso à sua literalidade, ou seja, os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas, sim, dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Também entendemos que a sintagmatização **fora do seu sentido próprio** pode remeter à ideia de **palavras em seu sentido impróprio**, ou seja, são aquelas palavras que fogem do esquadro gramatical, são palavras em seu sentido anormal e que podem jogar com os sentidos, perturbando a doutrina gramatical.

Em relação à SD3, destacamos o funcionamento do conceito de valor mobilizado na formulação do conceito de sinônimo:

SD3 - Não há duas palavras que tenham rigorosamente mesmo **valor**. O que há são séries de palavras ligadas por um **sentido comum**, mas que se empregam em circunstâncias diversas. Basta este fato para as tornar desiguais. Tais palavras chamam-se SINÔNIMOS. (GNLP, 1957, p. 479).

Entendemos que a noção de valor apresentada pelo sujeito-gramático aproxima-se de saberes da linguística saussuriana. Para Saussure (1995 [1916], p. 132 - 133), “Quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia”. Os valores, para Saussure (1995 [1916]), são diferenciais, definidos pelas relações com outros termos do sistema. “Sua característica mais exata é ser o que os outros não são”. (p. 136).

Compreendemos a afirmação de que “Não há duas palavras que tenham rigorosamente mesmo **valor**”, com base no que Petri e Cervo (2016, p. 10) discorrem sobre a noção de valor, explicitando a leitura que Pêcheux faz dessa noção:

Na teoria saussuriana, é o funcionamento, e não a função, que remeteria aos signos em associação, coexistindo no sistema, sendo essa sua única realidade possível. O funcionamento pressupõe o valor, já que, se um signo existe e significa como tal em relação aos outros, é porque eles não têm valor senão no funcionamento interno do próprio sistema.

Em nosso gesto de interpretação, o sujeito-gramático ao tratar do conceito de valor aproxima-se de saberes da linguística saussuriana, no entanto, não textualiza a teoria do valor, pois sua formulação sustenta-se na palavra e não na relação, ocorrendo um deslocamento em relação ao que temos em Saussure. Eis que compreendemos que isso é possível em função do entremeio, pois, como aponta Rasia (2011, p. 22-23),

Não ocupa ele o lugar do gramático, nem tampouco o do linguista, mas pode habitar o entremeio dessas duas discursividades, no afã de apreender como se dá sua constituição, a partir da própria gramática, depositária de formulações que não raro reportam ao conflito entre as duas perspectivas

Ainda em relação à SD3, compreendemos, a partir de Guimarães (2006, p. 117), que “o sentido é a colocação em funcionamento da língua pelo locutor”.

Além disso, para apresentar o conceito de sinônimo, encontramos a explicação que há séries de palavras ligadas por um sentido comum, no entanto, o uso das palavras é balizado por circunstâncias. São as circunstâncias que determinam a desigualdade das palavras sinônimas, pois “o sentido de uma frase é resultado do sentido que as palavras têm na língua e que se atualiza segundo as condições do funcionamento da língua no momento em que ela é posta em funcionamento por aquele que fala”. (GUIMARÃES, 2006, p. 117).

Na SD3, assim como explica Guimarães (2006) e Petri e Cervo (2016), compreendemos que o sentido não está na língua, mas no seu funcionamento e tem naquele que fala a fonte do sentido, logo, o sentido diz respeito à relação daquele que fala com a língua. Para esta posição, uma palavra faz sentido na língua, na sua relação com as outras palavras e expressões, conforme as regras de combinação de palavras próprias da língua, e por alguém constituir com ela uma frase.

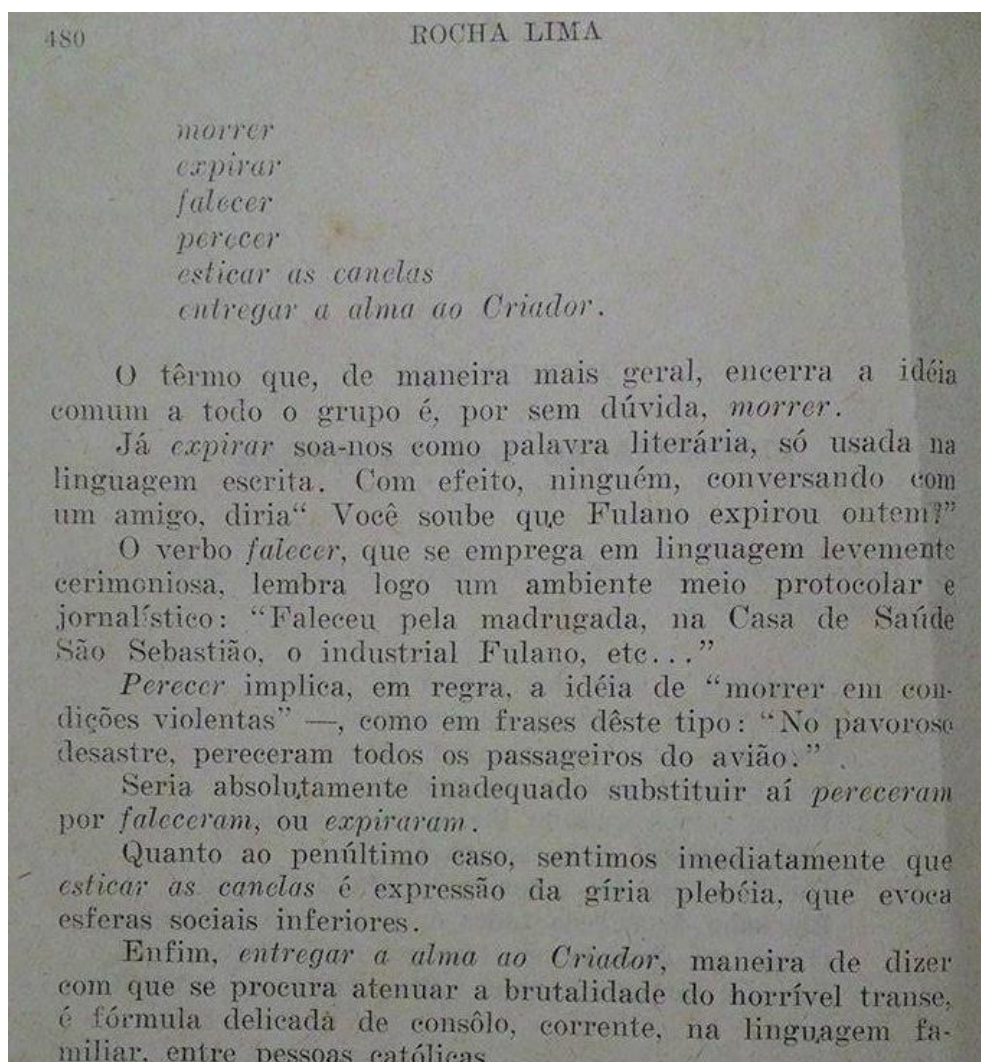
Na SD4 também há uma explicação sobre sinônimos:

SD4 - Resumindo: para a expressão de nossas idéias e sentimentos, temos à nossa disposição várias séries de palavras, enlaçadas por uma **significação comum**. Só escreveremos bem, quando, nessas séries sinonímicas, soubermos escolher a palavra ou o grupo de palavras que melhor se ajustem **àquilo que queremos exprimir**. (GNLP, 1957, p.480)

O modo como o sujeito-gramático discursiva sobre esse objeto do conhecimento, permite-nos relacionar as sintagmatizações **significação comum** e **àquilo que queremos exprimir** à noção de que a significação é a de intenção da pessoa que fala, como aponta Guimarães (2006), e essa posição coloca como necessário que o tratamento do sentido tem que levar em conta a situação em que a frase é dita. Desse modo, o sentido é uma relação entre aquele que fala e aquele para quem se fala e não uma relação direta das expressões com as coisas do mundo.

Vejamos alguns exemplos apresentados pelo sujeito-gramático:

Figura 26 – Exemplos



Fonte: Rocha Lima (1957, p. 480).

Nesses exemplos, entendemos que ocorre funcionamento similar ao que analisamos na SD3, no que se refere à noção saussuriana de valor. O sujeito-gramático apresenta uma série de palavras (*morrer, expirar, falecer, perecer, esticar as canelas, entregar a alma ao criador*) e explica que são ligadas por um sentido comum (*morrer*), porém não têm o mesmo valor, por serem empregadas em situações diversas, fato que as torna desiguais.

Saussure (1995 [1916], p. 134 -135) explica que “No interior de uma mesma língua, tôdas as palavras, que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recear, temer, têr medo* só tem valor próprio pela oposição”. Enquanto para Saussure o valor das palavras é determinado no interior de uma mesma língua, ou seja, no sistema; para o sujeito-gramático, o valor é determinado



pelas escolhas do falante, ajustadas aos sentimentos a serem expressos, em determinadas circunstâncias.

Em nossa leitura, essas escolhas, ajustes e policiamento definem os modos de dizer e permitem que lembremos o que salienta Rancière (1996, p.44) que “a política encontra em toda a parte a polícia”. O autor explica que a polícia é uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, de ser e do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído

O sujeito-gramático faz emergir saberes linguísticos que afetam a Formação Discursiva Gramatical Doutrinária, no entanto a identificação aos saberes linguísticos não é plena, na medida em que o sujeito-gramático coaduna com saberes referentes à noção de valor, proposta por Saussure, mas se distancia ao trazer a noção de falante. Compreendemos que nesse entremeio instaura-se a contradição.

O sujeito-gramático adverte que, mesmo que haja uma série de palavras com significação comum, só diante de boas escolhas escreveremos bem, expressaremos nossas ideias e sentimentos. Diante do exposto, entendemos que para o sujeito-gramático as más escolhas podem perturbar o funcionamento da língua. Compreendemos que essa perturbação emerge no discurso gramatical por meio da sintagmatização dos exemplos que marcamos em negrito a seguir:

**Seria absolutamente inadequado [...].**

**[...] sentimos imediatamente que esticar as canelas é expressão da gíria plebéia, que evoca esferas sociais inferiores.** (ROCHA LIMA, 1957, p. 480).

Quando as sociedades e suas instituições são regidas por normas, sua organização é afetada pela presença de hierarquizações, atribuições de valores, criando, assim, preconceitos e processos de exclusão, pelo modo como as diferenças são significadas em um imaginário social, que supõe uma unidade imaginária em uma diversidade concreta real. Mas isso não ocorre somente na relação entre sujeitos. Na língua, aquilo que é norma também funciona como um divisor que qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes ou excluindo-os da convivência social qualificada. (ORLANDI, 2002).

Compreendemos que as formulações que destacamos acima remetem ao sentido de anormal, tal como Canguilhem (2007) explica. O termo anormal, para o autor, é um termo apreciativo, normativo, como em **evoca esferas sociais inferiores**. “O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste”. (p. 216). O anormal é desregrado, irregular, é o que está fora da norma, **absolutamente inadequado**, e não se enquadra em uma perspectiva de língua imaginária, pois compreendemos que seu funcionamento está para a fluidez, como em **esticar as canelas** e **expressão da gíria plebéia**.

Orlandi e Souza (1988) tratam de língua fluida e língua imaginária e explicam que a história da primeira é feita de fartura e movimento e nela convivem processos muito diferentes, portanto, a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas. É a língua do uso, do coloquial, do efeito “errado” e da oralidade. Segundo as autoras:

A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidade (significativas) de produção. (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 34).

Enquanto a língua imaginária é a que os estudiosos fixam na sua sistematização, é a língua da norma, do padrão, do correto e da escrita. Línguas imaginárias “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias”. (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28).

Orlandi (2002) trata de língua fluida (língua do mundo, sem regras que a aprisiona, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos) e de língua imaginária (língua do sistema fechado, normas, artefato do linguista e de outros), como modos distintos de existência da linguagem, retomando, para tanto, Pêcheux e Gadet, no que diz respeito à distinção metodológica do fato de que existe língua e existem línguas, nas palavras dos autores, a língua gramatical e o corpo pleno da língua.

Retomando os exemplos da Figura 26, podemos aproximar os termos “morrer, expirar, falecer, perecer e entregar a alma ao criador” à noção de língua imaginária, dominada por sujeitos superiores e que sabem controlar e adequar o que dizem às circunstâncias, enquanto “esticar as canelas” aproxima-se da língua fluida, pois a

expressão “esticar as canelas” escapa do arcabouço dos sistemas e das fórmulas, desliza e é marcada pelo efeito “errado”, usada por sujeitos inferiores. “Contudo, não se pode deixar de ver que é o aval da gente culta e de fina casta que estabelece o âmbito da legitimidade, em oposição ao falar do povo”. (RASIA, 2011, p. 25).

Em Guimarães (2003) encontramos reflexões acerca da noção de língua fluida, aquela que trata das relações cotidianas, abarca duas categorias de língua. Uma é a língua materna: “língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nasce a praticar; e a outra é a língua franca: é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum”. (p. 48). Quanto à língua imaginária, vinculada às relações imaginárias (ideológicas) e institucionais, o autor expõe que ela também abarca duas categorias de língua: a língua nacional e a língua oficial. A primeira, “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. (p. 48). A segunda é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. A explicitação que o autor apresenta ajuda-nos a compreender o funcionamento da noção de língua quando estamos tratando de um instrumento linguístico/normativo que representa o Estado/Nação e revela o que há de oficial. A língua padrão é que propõe apresentar, via GNLP, o modo de escrever e falar um bom Português.

Podemos considerar, também, que nas gramáticas normativas as referências para o bem falar e para o bem escrever são os textos dos cânones literários. Na GNLP, os textos literários funcionam para exemplificar fatos linguísticos, seja em relação à gramática (fonética, morfologia e sintaxe), para tratar da língua imaginária, ou em relação à estilística, para tratar do que perturba o bem falar e o bem escrever, os quais têm relação com a fluidez e com a não contenção dos sentidos. O sujeito-gramático, explica que:

Daí o verem-se – na presente edição -, a fundamentarem os mesmos fatos linguísticos, citações e Vieira, Bernardes, Herculano, Camilo, Eça, Gonçalves Dias, Castro Alves, Rui, Bilac, Machado de Assis..., de par com exemplos de Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Cyro dos Anjos, Raquel de Queiroz, Aníbal M. Machado, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade..., todos a estilizar numa só e excelente língua portuguesa. (ROCHA LIMA, 1972, x).

É pertinente analisarmos como o funcionamento das reticências é apresentado na GNLP (1972):

SD5 - Para indicar, no fim de uma frase gramaticalmente completa, que **o sentido vai além do que ficou dito**. Têm as reticências larga vida na **poesia**, pelo seu grande poder de sugestão. (GNLP, 1972, p. 436).

SD6 - Reticência é a **suspensão intencional** do pensamento, quando **o silêncio parece mais expressivo do que a palavra**. (GNLP, 1972, p. 470).

Na SD5 compreendemos que para o sujeito-gramático, em sua função-autor, a oração é gramaticalmente completa na sintaxe e o recurso de pontuação reticências marca a não contenção dos sentidos, ou seja, a incompletude dos sentidos. De acordo com Orlandi (2005a, p. 52), “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”.

Em relação à sintagmatização **o sentido vai além do que ficou dito** (SD6) compreendemos que as reticências significam, para o sujeito-gramático, um espaço a ser preenchido pelo sujeito-leitor pelo funcionamento do gesto de interpretação. A interpretação é um gesto, porque é do nível simbólico e se dá neste espaço, pois é marcada pela incompletude e por sua relação com o silêncio. Para Orlandi (2004, p. 18), “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”. Os gestos de interpretação caracterizam-se por colocar o dito em relação com o não-dito.

Além disso, consideremos a afirmação de que **Têm as reticências larga vida na poesia, pelo seu grande poder de sugestão** (SD5) a partir do que expõe Petri e Cervo (2016, p. 8):

Assim, talvez seja a poesia o ponto máximo da teoria do valor ou aquilo que dessa teoria extrapola, promovendo a visibilidade do dissenso no interior da Linguística, ou seja, aquilo que é possível na língua, mas que rompe com o ideal do sistema, porque prevê a inscrição da língua na história, a relação da língua com a exterioridade, tornando-a exposta às condições de produção e ao funcionamento da ideologia.

Compreendemos que para o sujeito-gramático, em sua função-autor, a poesia significa como um lugar de rompimento do ideal do sistema, nesse lugar o sentido

pode ir além do que foi dito, sem perturbar o seu funcionamento do sistema da língua.

Em relação à **suspensão intencional do pensamento** (SD6), o sujeito-gramático assume que o sentido está na intenção de quem fala, na sua relação com a situação em que alguém diz algo para alguém. A linguagem é concebida como instrumento para o locutor expressar, a alguém, suas intenções. (GUIMARÃES, 1995).

Guimarães (1995) também afirma que ao se considerar a intenção do locutor, considera-se o papel do sujeito, ou seja, o psicologismo que Saussure evitou em sua teorização. Consideramos, então, que ao mesmo tempo que o sujeito-gramático filia-se a saberes formulados na linguística saussureana, como as noções de sistema e valor, há um deslize e há filiação a saberes conflitantes, um lugar para a contradição na tomada de posição na produção gramatical.

Neste capítulo, buscamos alinhar um fio condutor sobre a questão da produção dos sentidos e de como significação tem ou não lugar na produção gramatical. Na perspectiva de Kristeva (1969, p.55), “a semântica cruza-se com a retórica” e o estudo do sentido confundiu-se, na Antiguidade, com o estudo das “figuras de palavras”, e hoje se cruza muitas vezes com a estilística. Mais recentemente, com o advento da Linguística Comparada (início do séc. XIX), estudam-se as mudanças de sentido a partir das causas históricas, linguísticas e sociais.

Também podemos nos apoiar na perspectiva de que os sentidos se constituem nas relações entre o sujeito e o mundo e sua produção extrapola o linguístico, já que os sujeitos são socialmente situados. Desse modo,

[...] em um estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem esse estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo. (PÉCHEUX, 1997 [1975], p. 86).

Na produção do saber sobre a língua, especificamente na produção de instrumentos linguísticos, o sujeito-gramático, em sua função-autor, não se limita à estrutura, ao sistema da língua, dá lugar, em nosso objeto de estudo, à estilística. No movimento de produção, marcado pelas reedições do instrumento linguístico, não há um (não) lugar fixo para a significação no corpo do discurso gramatical, mesmo que o discurso oficial (NGB), determinasse como sendo no apêndice. Compreendemos,

a partir de Orlandi (2007c), que isso ocorre porque a ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso e o sujeito-gramático se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia.

Em nosso entendimento, o sujeito-gramático vê a gramática como um espaço logicamente estabilizado e, conforme Pêcheux (2006 [1988], p. 31), “o que unifica aparentemente esses espaços discursivos é uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, tais como”:

- um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes;
- um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P;
- um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc.

Aproximando essas evidências lógico-práticas ao problema que moveu a escritura deste trabalho, compreendemos que é possível desenvolver o seguinte gesto de leitura:

Quadro 11 – Proposições

um mesmo objeto <b>X</b> não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes	----->	<b>Significação das palavras</b> não pode estar ao mesmo tempo em <b>Estilística</b> e <b>Gramática</b>
um mesmo objeto <b>X</b> não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade <b>P</b> e a propriedade <b>não-P</b>	----->	<b>Significação das palavras</b> não pode ter a ver ao mesmo tempo com <b>Estilística</b> e <b>Gramática</b>
um mesmo <b>acontecimento A</b> não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc.	----->	<b>NGB</b> não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc.

Em um possível gesto de leitura, entendemos que:

- **X** equivale à **Significação das palavras**;
- **P** equivale à **Estilística**;
- **não-P** equivale à **Gramática**;
- **acontecimento A** equivale à **NGB**.

Nessa representação das proposições, conforme quadro 11, o sujeito-gramático objetiva dar um lugar à **X**, e esse lugar deve ser **P**, pois em **não-P** não há lugar para aquilo que escapa da estrutura, mas ao mesmo tempo que há um batimento entre **P** e **não-P** em relação à **X**, há um **acontecimento A** que desestabiliza o espaço discurso logicamente estabilizado. De acordo com Pêcheux (2006 [1988], p. 35),

O projeto de um saber unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência desse real, capaz de explicitá-los fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente “humana”, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra [...].

O gesto do sujeito-gramático, em sua função-autor, é tentar determinar uma fronteira entre espaços (**P** e **não-P**; doutrina gramatical e política). No entanto, considerando Pêcheux (2006 (1988), p. 52), “Esta fronteira entre os dois espaços é tanto mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos [...] que oscilam em torno dela”. Nossa tentativa é também de dizer que estamos em uma relação tensa e contraditória e, acrescentaríamos, de fronteiras porosas, em que não se pode precisar onde começaria uma ou outra, cabendo, em nosso estudo, ao sujeito-gramático uma tomada de posição em que se tem uma tentativa de delimitação de fronteiras, mas que sempre escapa ao equívoco.





**PARTE 4**  
**DO (NÃO) LUGAR DO PONTO FINAL ...**



#### 4 A TENTATIVA DA FINALIZAÇÃO: O QUE NOS “PERTURBA”?

[...] nem sempre um ponto final é um ponto final. É possível, sempre, começar [...] <sup>53</sup>, ou ter a ilusão de sempre começar [...]

Tomamos como ponto de partida para tecermos nossas palavras finais, ou a tentativa de finalizar o que nos perturba, a questão de tese: como o sujeito gramático, em sua função-autor, trata do sentido, da significação da língua, em um instrumento linguístico que se constitui normativo? Essa questão nos serviu como fio condutor em nossa investida teórico-analítica e nos ajudou a estabelecer um projeto e um trajeto de pesquisa.

Em um primeiro movimento de leitura e escritura desta tese, tratamos das condições de produção deste trabalho e apresentamos o caminho teórico-metodológico empreendido. Nesse percurso, tecemos algumas reflexões iniciais sobre o processo de gramatização e de produção do instrumento linguístico gramática e descrevemos o nosso objeto de estudo. Para perscrutar o discurso gramatical sobre a significação, constituímos um arquivo de obras, composto por quatro edições da GNLP (1957, 1962, 1972 e 1991). A composição do *corpus* foi então feita a partir de recortes que deram corpo à organização de quatro Recortes Discursivos, organizados por regularidades que nos ajudassem a compreender o funcionamento da função-autor, da noção de língua, da formulação intradiscursiva e dos sentidos da significação na GNLP.

Em um segundo movimento, voltamos nosso olhar para as condições de produção sócio-histórico-ideológicas da GNLP. Discorremos sobre o processo de gramatização e da gramatização brasileira, situando o objeto de análise na relação sujeito/língua/história. Nesse percurso, pela análise de recortes extraídos do texto de *Advertência* (GNLP, 1962) que deram corpo ao:

- Recorte Discursivo I - Do Sujeito à Função-autor, compreendemos que o sujeito-gramático que constitui sua função-autor no entremeio, não se desprende do doutrinário gramatical e não escapa àquilo que é regulado pelo Estado em sua forma política. Entendemos que a *Advertência* constitui-se em um modo de resistência do sujeito-gramático às recomendações impostas pela NGB. Pelo gesto de resistência, o sujeito-gramático pode ser visto com um “mau sujeito” que “[...] se contra-identifica

---

<sup>53</sup> Fernando Pessoa.

com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva”. (PÊCHEUX, 1995 [1988], p. 215). Em uma tomada de posição de entremeio, entre a doutrina gramatical e a nomenclatura gramatical, mas ao mesmo tempo que resiste, o sujeito, interpelado pelas práticas de produção até então vigentes, não pode delas se desvencilhar, pois “[...] as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e o de resistência”. (PÊCHEUX, 1999, p. 61). Assim, o que mobiliza a instauração da posição de entremeio é a tomada de posição que o sujeito, em sua função-autor, faz ao não dar lugar à significação no apêndice, como recomenda a NGB e, sim, dar-lhe um lugar no corpo principal do discurso gramatical. Compreendemos que é com a publicação da NGB que a estrutura do horizonte de retrospectão na produção gramatical de Rocha Lima se altera, e é durante esse mesmo período que os saberes da ciência Linguística afetam a produção de saberes sobre a língua na GNLP. Entendemos que as gramáticas são observatórios que nos revelam nuances de história, de sociedade, de sujeitos e de língua, e, para esta análise, consideramos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, não foi indiferente aos trabalhos produzidos em termos de Linguística e que as noções que emergiam ressoaram, de alguma forma, em seu trabalho.

Ao analisarmos o texto de *Introdução* (GNLP, 1972), a organização dos *Índices* (GNLP, 1957/1962; 1972; 1991) e capítulos relativos à significação (GNLP 1957 e 1972), chegamos a três quadros de recortes discursivos:

- Recorte Discursivo II - Noção de língua, organizado a partir do texto de *Introdução* (GNLP, 1972), nele compreendemos que o sujeito-gramático, em sua função-autor, ao conceituar língua, marca sua filiação a saberes da ciência Linguística saussuriana, novamente, em uma tomada de posição de entremeio, agora entre a doutrina gramatical e a Linguística. Compreendemos que essa posição-sujeito de entremeio se constitui pela tomada de posição do sujeito-gramático que não está alheio aos estudos linguísticos, já que “Se há ciência, esta não pode estar senão no ‘entremeio’”. (HENRY, 1997a, p. 33);
- Recorte Discursivo III - Formulação da inteira estrutura intelectual e didática, analisamos as alterações que se deram no eixo da formulação do dizer, tanto na organização interna de uma edição quanto no percurso das edições apresentadas. Consideramos que as alterações são formulações intradiscursivas que se

materializam por diferentes processos linguístico-discursivos que nomeamos de sintagmatização. Essa sintagmatização funciona, no discurso gramatical sobre a significação, por meio da reformulação, da renomeação, do apagamento e do acréscimo. Nesse viés, compreendemos que na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, os estudos sobre a significação, bem como as definições movimentadas no discurso gramatical, fundamentam-se ora na repetibilidade, ora na reformulação. A partir dos já-ditos, constituídos, estabilizados, no eixo vertical, produzem-se, conforme Orlandi (2007, p. 36), “[...] diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” no eixo horizontal. Todo dizer encontra-se na confluência dos dois eixos e é desse jogo que emergem seus sentidos. (ORLANDI, 2007);

- Recorte Discursivo IV - Os sentidos da significação, voltamos nosso olhar para o modo como o sujeito-gramático, em sua função-autor, materializa a produção de um capítulo sobre significação em um instrumento linguístico normativo. Compreendemos que para tratar das questões de significação na GNLP, o sujeito-gramático toma posição no interior de um espaço discursivo contraditório, filiando-se ora a saberes gramaticais, ora a saberes de uma linguística saussuriana, estruturalista e ora a saberes da Pragmática e dos Estudos Discursivos. Nessa leitura, o Estruturalismo é entendido como uma escola, um paradigma teórico, enquanto a Pragmática é uma tendência no interior da Linguística. Desse modo, compreendemos que Estruturalismo e Pragmática não estão no mesmo patamar, mas por uma questão metodológica os reunimos desse modo.

Como já discorremos na análise, compreendemos que para o sujeito-gramático, em sua função-autor, imaginariamente, o léxico seria controlável, por isso se limitar à palavra, a essa unidade de significação. Porém, o autor não silencia em sua gramática o que concerne à significação, pois tal processo é de natureza humana e, portanto, é subjetiva e atravessada, social e historicamente construída. Entendemos que para tratar da significação e do sentido, o sujeito gramático, em sua função-autor, vai além da gramática normativa e da língua como sistema, pois considera e estabelece aproximações com questões de ordem pragmática e discursiva. Esse movimento desvela a contradição constitutiva das tomadas de posição-sujeito na produção do saber sobre a língua. Essa contradição marca-se no e pelo efeito de identificação a saberes formulados na ciência Linguística e isso se faz pela interpelação do sujeito às práticas de produção e não são da ordem do consciente e da evidência. De acordo com Schons (2009), a tarefa da AD é

desconstruir a evidência dos sentidos para que sejam vistos fora do emaranhado da textualização em que foram constituídos, enquanto produtos acabados, cabendo ao analista a reconstituição do caminho inverso pelo qual se configurou a ilusão de evidência.

Partimos da hipótese de que a produção gramatical de Rocha Lima é marcada pela contradição. A contradição, no presente trabalho, é tomada como constitutiva do sujeito, do discurso e dos sentidos, pois “[...] nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento”. (ORLANDI, 2005a, p. 52). Assim, estamos estudando o sujeito que toma posição diante da língua, tal tomada de posição não é fácil, nem simples, nem única e nem consciente. Trata-se do funcionamento dos diferentes no mesmo, ou seja, tomadas de posição heterogêneas e não excludentes, mas sim constitutivas de uma FD, nas palavras de Pêcheux (2000 [1977], p. 3), “[...] uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários”. O discurso gramatical em análise é produzido em um espaço tenso e nele há lugar para diferentes tomadas de posição. Nessa tensão, que a contradição constitutiva promove, o sujeito-gramático, em sua função-autor, dá lugar àquilo que corresponde ao “sistema: um conjunto organizado” e também aos fatores “de perturbação da boa escolha das palavras”. Nesse viés, Orlandi (2002) explica que há um duplo movimento que articula a constituição da língua e construção do conhecimento sobre a língua:

1-De um lado, a política lingüística está ligada à questão da unidade (imaginária) da língua, que acompanha a idéia de nação (língua nacional), e é necessária em relação ao Estado, seguida da também necessária diversidade concreta da língua pensada em relação a seus falantes. 2-Essa contradição determina a posição ética e política do lingüista que tem necessariamente de se confrontar com a relação unidade/diversidade na construção do conhecimento de seu objeto e muitas de suas opções teóricas dão forma ao modo ele “resolve” essa contradição. Esse duplo movimento está fortemente ligado às diferentes formas tomadas pela ciência da linguagem. (ORLANDI, 2002, p. 166-167).

Aproximando-nos do que diz Orlandi (2002) sobre a contradição ética e política do linguista, entendemos que há funcionamento similar ao considerarmos o sujeito-gramático, em sua função-autor, pois esse também se confronta com

diferentes tomadas de posição para produzir seu instrumento linguístico. Compreendemos que se trata de um sujeito cindido, clivado, dividido em relação a ele mesmo e essa divisão materializa-se nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na Formação Discursiva Gramatical Doutrinária que o afeta.

O lugar que trata da significação das palavras na GNLP configura-se como um espaço singular, na medida em que palavras ou expressões que fogem da norma, ou, muitas vezes, não há uma regra prescrita, mas são/estão autorizadas a funcionar dentro da Estilística, balizadas por exemplos da escrita literária, “[...] formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático [...]”, produzida por autores consagrados. (ROCHA LIMA, 1972, ix). O sujeito, ao produzir saberes sobre a língua, inscrito em uma FDGD, desliza para lá, desliza para cá, ora lida com a doutrina gramatical, ora lida com a nomenclatura gramatical, ora lida com os saberes advindos da ciência Linguística, num constante batimento. Nas palavras de Orlandi, (2008, p. 4), “Passar do discurso à sua formulação, é justamente dar-se corpo em sua função de autoria e individualizar o dito em suas especificidades”. Desse modo, compreendemos que se trata de um funcionamento de entremeio, singular, que vai trilhando a autoria do gramático, a função-autor entendida como função discursiva do sujeito (ORLANDI, 2005a), afetada pela história e inscrita em uma FD.

O sujeito-gramático, em sua função-autor, organiza a GNLP para que funcione como um espaço logicamente estabilizado, como se pudesse conter os sentidos que transitam no espaço gramatical e não ser afetado pelo equívoco, pelo deslize. Compreendemos que esse sujeito, inscrito em uma Formação Discursiva Gramatical Doutrinária, que faz tomadas de posição-sujeito (gramático, agente regulador, falante, professor), exerce a função-autor no espaço contraditório de entremeio “[...] e tem sua forma afetada pelo meio” em que se constitui”. (ORLANDI, 2008, p. 1). Em nosso gesto de leitura, esse funcionamento é possível, pois a contradição encontra no entremeio um lugar profícuo para se movimentar.

Entendemos a questão do entremeio como um ponto de chegada ao final de nossa pesquisa, mas que pode ser tomado também como o início de outras pesquisas, outras reflexões acerca do lugar e do (não) lugar da significação nas gramáticas. As análises nos ajudam a compreender que estamos tratando de um lugar de entremeio e é assim que tomaremos a gramática daqui para frente, como lugar de entremeio. Esse lugar não tem um sentido único, nem limites exatos, pois se trata de um lugar que abarca conflitos internos pelos jogos de força entre o

mesmo e o diferente, entre o que estabiliza e o que perturba. Nesse sentido, podemos dizer que temos uma gramática normativa da língua portuguesa, mas que ela também se constitui como lugar de entremeio. E nesse entremeio, funciona “[...] um jogo de forças, abrem espaço tanto para o repetível quanto para o diferente, constituindo-se em um lugar singular”. (LUZ, 2010, p. 237). Trata-se de um lugar que não é um ou outro, lugar que nos desacomoda, perturba nossas certezas e propõe a abertura para outras interpretações.

Em nosso gesto de leitura sobre a gramática, é a noção de entremeio que se sobressai, entendemos que há um funcionamento singular para a contradição e não se trata de contradição enquanto incoerência ou confronto de enunciados, compreendemos que as análises nos permitem dizer que ao se tratar de língua e de sujeitos há tensão, há “[...] contradição de uma FD em relação a si própria”, conforme Rasia (2004, p. 113), ou seja, estabelece-se contradição entre as diferentes tomadas de posição sujeito. Desse modo, na produção de saberes sobre a língua na GNLP, o funcionamento da função-autor produz um efeito de unidade à dispersão estabelecida entre as diferentes tomadas de posição sujeito (gramático, agente regulador, falante, professor), nos termos de Castellanos Pfeiffer, “[...] a função-autor se dá na cisão (no entremeio)”. (1995, p. 50).

Também estamos compreendendo o (não) lugar como um lugar de entremeio para a significação das palavras, no qual a função-autor, afetada pelas injunções sociais e condições de produção, ao formular intradiscursivamente as edições da GNLP, sintagmatiza o que está disperso no interdiscurso e, nesse viés, entendemos que “[...] o texto é o lado mais visível do discurso, o que se organiza segundo injunções da sociedade, das instituições e que se apresenta com dimensões e textura”. (ORLANDI, 2008, p. 2). Em nossa análise, como apontamos, as edições da GNLP (1957, 1962, 1972 e 1991) podem ser entendidas como versões, como nos ensina Orlandi (2008), no sentido de que as versões do texto não se tratam do mesmo texto ou obra, mas, sim, uma formulação em relação a outras possíveis e não repetições.

Na produção de saberes sobre a língua, ocorrem processos de individualização do sujeito na gramática (HAROCHE, 1992) por meio da função-autor e, também, pelo efeito-leitor (ORLANDI, 2004). Se de um lado temos a função-autor, enquanto unidade de sentido formulado, pelo fato de o mesmo considerar uma imagem de um leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor, também uma função



do sujeito, como unidade imaginária de um sentido. Tanto função-autor quanto efeito-leitor atestam que no discurso o que há são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade uma construção imaginária. Ao se realizar a leitura de um texto, diferentes possibilidades de sentido podem emergir, pois esse texto tem pontos de deriva e deslizamento que permitem diferentes interpretações, pois, como nos ensina Pêcheux, “Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”. (2006, p. 56). Compreendemos que essa agitação nas filiações, proposta por Pêcheux, funciona na GNLP por meio da contradição que emerge pela perturbação e faz com que o sujeito-gramático, em sua função-autor, deslize e filie-se a saberes conflitantes, contraditórios e constitutivos dos lugares e (não) lugares da produção do conhecimento sobre a língua no processo de gramatização.

Observando a periodização proposta por Guimarães (1996), a GNLP pode ser inserida no terceiro e quarto períodos da gramatização brasileira. O terceiro período transcorre do final dos anos de 1930 até meados da década de 1960. Podemos situar, nesse período, as edições de 1957 e 1962 da GNLP, circunstancializadas pela institucionalização da Linguística como uma disciplina obrigatória nos cursos de Letras, pelo estabelecimento da ortografia da língua portuguesa no Brasil em 1943, por meio de um acordo ortográfico, e pela sanção da NGB em 1959, com o objetivo de definir e padronizar as terminologias e partes das gramáticas. O quarto período desenrola-se de 1965 até hoje e podemos situar nele as edições de 1972 e 1991 da GNLP. Trata-se de um período marcado pela implantação da Linguística em todos os cursos de Letras e o surgimento de cursos de Pós-Graduação, bem como diversas linhas de pesquisa em relação ao português, contemplando trabalhos gramaticais de cunho estrutural, funcional ou gerativo, trabalhos semânticos, trabalhos de sociolinguística e trabalhos em análise de discurso.

Ao considerar esse quadro circunstancial, determinado por condições históricas e ideológicas, o sujeito-gramático, em sua função-autor, produz um discurso sobre a língua, tomando posição. É na posição-sujeito de entremeio que se acomodam as agitações das filiações. Nesse viés, assim como apontou Costa (2015, p. 161), também compreendemos que as edições da GNLP selecionadas para este estudo “[...] inscrevem-se em um período quando se discute o caráter

empírico da gramática e busca-se a precisão do saber sobre a língua a partir de métodos e de critérios bem definidos”. Podemos dizer que, em uma fase inicial, o sujeito-gramático transitou pelas fronteiras porosas da “doutrina gramatical” e da NGB, designada por ele como “boa política de ensino”. Mais adiante o sujeito-gramático moveu-se entre as fronteiras porosas e tensas da “doutrina gramatical” e da ciência Linguística e, assim, há um “[...] deslizamento cada vez mais forte de uma posição política e intelectual para uma posição marcadamente científica da questão posta pela língua”. (ORLANDI, 2000a, p. 30), pois o discurso está pautado em uma posição doutrinária gramatical que desliza para uma posição científica. Ou como nos ensina Schneiders (2011, p. 96), “[...] tem-se um atravessamento de saberes que se dá via interdiscurso, a partir da determinação histórica e ideológica, abrindo o espaço para o diferente na materialidade discursiva”. O sujeito-gramático não está alheio às normativas do Estado e aos estudos da ciência Linguística e na tomada de posição-sujeito de entremeio, perturbado e preocupado com a produção gramatical, vai marcando no seu fazer gramática um efeito de contra-identificação e também de identificação a saberes heterogêneos e conflitantes.

Compreendemos que a gramática de Rocha Lima representa um importante instrumento linguístico para o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, pois não se trata apenas de um instrumento normativo, mas de um objeto discursivo passível de análise e suscetível a outros gestos de interpretação.

Por fim, eis que a tentativa de finalização do que nos perturba não virá marcada pelo ponto final, mesmo entendendo que ele possa significar uma ilusão de fechamento e de completude deste estudo. Essa ilusão de completude, ou como chama Orlandi (2005b, p.123) “efeito de completude” marca nossa função-autor de tese, como se fôssemos “[...] um sujeito capaz de unidade, de progressão, de completude e, por sua vontade e espírito de decisão, um sujeito capaz de distinguir e de praticar o bom uso e a boa medida da língua no texto”. Mas de qualquer forma, precisamos acabar e assim o faremos com reticências, “[...] pelo seu grande poder de sugestão<sup>54</sup>”, marcadas entre parênteses com traços pontilhados, uma vez que compreendemos que não há fechamento pleno, não há bordas precisas {...}

---

<sup>54</sup> Rocha Lima (1972, p. 436).

## REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. L. H. **A estilística do discurso da gramática**. São Paulo: Pontes, 2004.
- ALTMAN, C. **A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ARNAULD, A. (1660) **Gramática de Port-Royal, ou, gramática real e razoada**. São Paulo: M. Fontes, 1992.
- AULETE, C. **Aulete Digital** – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, vs online.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A questão da cientificidade das línguas, seguido de a historicidade das ciências**. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: RG, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_. **Entre a transparência e a opacidade, um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.
- BALDINI, L. S. **Nomenclatura Gramatical Brasileira** – Análise discursiva do controle da língua. Campinas: RG, 2009.
- \_\_\_\_\_. 50 palavras em 5. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. **Idéias lingüísticas: formulação e circulação no período JK**. Campinas: RG, 2010.
- BARROS, D, L. **Linguagem popular na gramática e no dicionário**. 2008. Disponível em: <[www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/.../Diana\\_Barros.pdf](http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/.../Diana_Barros.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2014.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELMIRO, C. A. A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, ago. 2000.
- BISINOTO, L. S. J. **Migrações internas, norma e ensino da língua portuguesa**. Campinas: RG, 2009.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CASTELLANOS PFEIFFER, C. **Que autor e este?** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Bem dizer e retórica:** um lugar para o sujeito. Campinas, Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. O fogo que desengessa e mobiliza – uma entrada da obra de Michel Pêcheux. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), 1., Porto Alegre, 2003. **Anais...** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CHAVES DE MELO, G. **Iniciação à Filologia e à Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

COSTA, M. I. S. **A definição atribuída à designação “sintagma”:** deslocamento e efeitos de sentido. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

\_\_\_\_\_. **A produção do conhecimento sobre a língua na segunda metade do século XX no Brasil:** o funcionamento da contradição no discurso do gramático. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

COURTINE, J. J. Définition d’orientations théoriques et construction de procédures em analyse du discours. **Philosophiques**, v. IX, n. 2, oct., 1982.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clementis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do discurso político:** as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFScar, 2009.

DE ANGELO, G. L. **Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa.** 2005. 261 f. Tese (Doutorado em em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

DIAS, L. F. Gramática e política da língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política lingüística no Brasil.** Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 183-200.

\_\_\_\_\_. A gramática no período JK. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise G. **Ideias lingüísticas:** formulação e circulação no Período JK. Campinas: RG, 2010. p. 33-42.

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 11–37.

DIAS, J. P. Uma breve reflexão sobre Título. **Fragmentum**. Laboratório Corpus: UFSM, n. 20, jan./mar. 2009.

\_\_\_\_\_. O título como objeto de reflexão em História das Ideias Linguísticas. **Fragmentum**. Laboratório Corpus: UFSM, n. 31, out./dez. 2011.

DIEGO, M. R. L. Introdução: “Nas veredas do idioma”. In: LIMA, Valentina da Rocha (org.). **Dispersos**. Rio de Janeiro: Botelho, 2010.

DUBOIS, J. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1992.

FÁVERO, L. L. **As concepções lingüísticas no Século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, M. C. L. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista LETRAS**. Santa Maria, n. 27, jul/dez. 2003.

FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIORIN, J. L. A estilística na tradição de língua portuguesa e os enfoques discursivos atuais. **Caplletra**. Revista Internacional de Filologia. Num. 29, 2000, p. 37-52.

FRAGOSO, E. A. O discurso da estilística: efeito de sentido da singularidade da língua nacional. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade**. Igarapé, v. 3, n. 2, 2014.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: literatura, floclore, gramática, apêndice: variantes e índices. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Alfredo Bosi. Quarta capa de Giorgio Baratta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GUIMARÃES, E. A linguística é uma ciência histórica? In: BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1992. p. 09-15.

\_\_\_\_\_. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995. Resenha de: ZANDWAIS, A. **Organon**. Porto Alegre: UFRGS, v. 10, n. 24, 1996.

\_\_\_\_\_. Sinopse dos estudos do Português do Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania: o Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

\_\_\_\_\_. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista LETRAS**. Santa Maria, n. 27, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: AGUSTINI, C. L. H. **A estilística do discurso da gramática**. São Paulo: Pontes, 2004b. p. 09-10.

\_\_\_\_\_. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006. p. 113-146.

\_\_\_\_\_. Apresentação à segunda edição. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: RG, 2008. p. 07-09.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J.H. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006. p. 141-157.

HENRIQUES, C. C. Três gramáticas de referência para os estudos do português. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**. Ano IX, Nº IX Nova fase, ISSN 1676-1545, Rio de Janeiro, 2011.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. A história não existe? In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 29-53.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997b. p. 13-38.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

\_\_\_\_\_. Formação Discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela? In: FERREIRA, M. C, L.; INDURSKY, F. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 163-172.

\_\_\_\_\_. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2.ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2013.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. São Paulo: Edições 70, 1969.

LEITE, M. Q. **Metalinguagem e discurso**. A configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 1999.

LIMA, Valentina da Rocha (org.). **Dispersos**. Rio de Janeiro: Botelho, 2010.

LUZ, M. N. L. **Linguística e ensino**: discurso de entremeio na formação de professores de língua portuguesa. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2010.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. Políticas de Colonização Lingüística. **Revista Letras**. Santa Maria, n. 27, jul./dez. 2003. (Espaços de circulação da linguagem).

MARTINS, T. S. **Efeitos de sentido na disciplinarização de uma teoria**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2012.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso**: história e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MILNER, J. **O amor da língua**. Campinas: Unicamp, 2012.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380.

\_\_\_\_\_. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias lingüísticas. **Revista Letras**: Língua, Sujeito e História. Santa Maria, ano. 37, v. 18, n.2, jul./dez., p.107-124, 2008.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? In: Linguística: questões e controvérsias. **Série Estudos 10**. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista!**: o discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In: ORLANDI, E. P.; LAJOLO, M.; IANNI, O. **Sociedade e linguagem**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 9-48.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso - princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999. Resenha de MARIANI, B. **Revista ANPOLL**, n. 8, p. 213-219, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, 2000a.

\_\_\_\_\_. **História das ideias linguísticas**. Construção do saber metalinguístico e a constituição da língua nacional. São Paulo: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2005b. p. 57-68.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2007b.

\_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 11-20

\_\_\_\_\_. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência** [online], n. 101, p. 0-0, 2008.

\_\_\_\_\_. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988. p. 27-40.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução de Maria do Rosário Gregolin [et.al.]. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. La frontière absente (um bilan). In: Matérialités discursives: colloque, 1980, Lille. **Anais...** Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões e deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, n. 19, p. 7-24, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. (1988) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1995.



\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD – 69) In: GADET, F.; TAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-105.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução de Bethânia S. Mariani [et.al.] Campinas: Unicamp, 1997a. p. 55-65.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 59-67.

\_\_\_\_\_. Sobre a desconstrução das teorias lingüísticas. In: \_\_\_\_\_. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas: Pontes, 1999a, p. 7-32.

\_\_\_\_\_. (1977). **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. Campinas: Unicamp/Mimeo, 2000.

\_\_\_\_\_. (1988). **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. (1984). In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. Língua, “linguagens”, discurso efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. (1971). In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 131-140.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. (1991). A língua inatingível. In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 93-105.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163-235.

PETRI, V. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso – SEAD, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais...** [recurso eletrônico]. Porto Alegre : UFRGS , 2003. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 322 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão**, Santa Maria, v. 1, p. 186-192, 2006.

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 263-268.

\_\_\_\_\_. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: \_\_\_\_\_; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 39-48.

\_\_\_\_\_. Georges Canguilhem na e pela História das Idéias Linguísticas. In: SCHERER, A.; PETRI, V. (Org.) **Memorial em terceira pessoa**. (no prelo).

PETRI, V.; CERVO, L. A presença de Saussure na obra de Michel Pêcheux: reflexões sobre a noção de língua. In: NAGEM, G.; BALDINI, L. J. S.; SOUSA, L. M. A. (Orgs.). **A palavra de Saussure**. São Carlos dos Pinhas: Pedro & João Editores, 2016. p. 261-278.

PETRI, V.; SCHERER, A. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura. In: GRIGOLETO, E.; DE NARDI, F. S. (Orgs.) **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 359-373.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.

RASIA, G. S. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1a. e da 2a. república: o duplo lugar da determinação e da contradição**. 2004. 297f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. O estatuto da determinação linguística na Gramática Histórica de Said Ali e a dimensão discursiva. Revista da ABRALIN, v. Eletrônico, n. Especial, p. 13-32. 2ª parte, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/viewFile/32420/20569>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise. RUA, Campinas, v. 20, n. 1, jul. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638003/5689>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

ROBINS, R.H. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAUSSURE, F. (1916). **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHERER, A. E. As inquietudes discursivas de um orientador. **Revista Letras**, n. 21, pg. 11-19, 2000.

\_\_\_\_\_. A constituição de sentidos nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória. **Letras**, Santa Maria, n. 26, 2003.

\_\_\_\_\_. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 131-142.

SCHERER, A.; MARTINS, T. S.; PETRI, V. Na análise de discurso, “a paisagem é realmente acidentada”, ou reflexões acerca de seu processo de disciplinarização no sul do Brasil. **Signo y Señá**: Revista del Instituto de Linguística de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), n. 24, p. 21-34, 2013. Disponível em: <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/117/82>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SCHNEIDERS, C. M. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SCHONS, C. R. Quem é o sujeito no espelho da gramática? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF**, Passo Fundo, v. 5, n. 2, p. 170-181, jul./dez. 2009.

SCHONS, C. R.; DAGNEZE, C. S. Trapaceando a língua no governo médico: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal O Pasquim. **Linguagem em Discurso**, v. 11, n. 1, 2011.

SILVA NETO, S. Prefácio. In: ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Briguier, 1957.

SILVA SOBRINHO, J. S. **“A língua é o que nos une”**: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. 113 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. Museu da língua portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013.

SIVERIS, D. **Língua, sujeito e história**: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2012.

SURDI, M. I. **Gramática Normativa**: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2010.

SURDI, M. I.; PETRI, V. Língua: o “diferente” no interior do mesmo na gramática. **Revista de Letras**, Curitiba, v. 12, n. 12, jan./jun. 2010. Disponível: <[http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/12\\_L%C3%8DNGUA.htm](http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/12_L%C3%8DNGUA.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2014.

ZANDWAIS, A. Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. **Revista Leitura**. Maceió, v. 2, n. 50, p. 41-59, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: SEMINÁRIO DO DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2003. p. 9-18.

## **ARQUIVO DE PESQUISA**

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1957.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 7. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1962. (adaptada à Nomenclatura Gramatical Brasileira)

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. (refundida)

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. (retocada e enriquecida)

## APÊNDICE A - PRODUÇÕES DE ROCHA LIMA

<p><b>Trabalhos filológicos</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Através da “Oração aos moços”</b>: tentativa de interpretação estilística de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1949.</li> <li>2. <b>Oração aos moços</b>, de Rui Barbosa (com estabelecimentos do texto, prefácio e breves notas explicativas). Edição nacional promovida pelo Congresso Brasileiro de Língua Vernácula em comemoração do centenário de Rui Barbosa, por proposta do mestre Sousa da Silveira, aprovada pela ABL. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.</li> <li>3. <b>O ritmo na prosa oratória de Rui</b>, (em O Globo, de 7.11.1949).</li> <li>4. <b>Discurso no Colégio Anchieta</b>, de Rui Barbosa (com estabelecimento do texto, prefácio e breves notas explicativas). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.</li> <li>5. <b>Contribuição para o estudo da língua de Castro Alves: explicação gramatical e literária do poema “Vozes d’África”</b> – Monografia inédita, laureada com o prêmio Centenário de Castro Alves, da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, em 1946.</li> <li>6. <b>Uma preposição portuguesa: aspectos do uso da preposição a na língua literária moderna</b>. Tese de concurso para a cátedra de português do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1954.</li> <li>7. <b>O problema da análise literária: teoria e aplicação</b> – Monografia inédita, laureada com o prêmio Carlos de Laet de 1956 (Prêmios municipais de literatura, instituídos pela lei nº 793, de 28 de abril de 1954).</li> <li>8. <b>Sistema gramatical da língua portuguesa</b>, na Enciclopédia Delta-Larousse. Rio de Janeiro, tomo VI, 1960.</li> <li>9. <b>Sobre o sincretismo de a e em no exprimir direção</b>, em Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho). Rio de Janeiro: Simões, 1969.</li> <li>10. Pontos nos is: o estilo de Guimarães Rosa. Boletim UEG, nº 40, agosto de 1969, Rio de Janeiro.</li> <li>11. <b>Uma elegância idiomática em declínio: o objeto direto preposicional</b>. Informativo da Fundação Getúlio Vargas, nº 6, ano II, Rio de Janeiro, 1970.</li> <li>12. <b>Subsídios para o estudo da partícula “e” em algumas construções da língua portuguesa</b>. Tese apresentada à Universidade Federal Fluminense, em prova de habilitação a Livre-docência. Rio de Janeiro, 1975.</li> <li>13. <b>Um cultismo sintático herdado do latim medieval</b>. Revista Brasileira de Língua e Literatura, nº 5, 3º trimestre de 1980. Rio de Janeiro, p. 30-35.</li> <li>14. <b>Otávio Mangabeira e o idioma nacional</b>. Jornal do Brasil, 25 jun. 1986.</li> <li>15. <b>Gramática normativa da língua portuguesa</b>. 47ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2009. [1ª ed., 1957]</li> <li>16. <b>Ouro-Velho da língua na literatura brasileira do século XX</b>, em Estudos universitários de linguística, filologia e literatura. Homenagem ao professor Sílvio Elia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1990.</li> <li>17. <b>Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.</li> </ol>
<p><b>Conferências Literárias</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Rui Barbosa artista</b>. Montevidéu, 1948.</li> <li>2. <b>Juca Mulato, o poema da terra</b>. Montevidéu, 1948. Ambas estas palestras foram recitadas no famoso recinto de “El Ateneo” de Montevidéu (Uruguai), como membro de Missão Cultural Brasileira enviada pelo Itamaraty ao país vizinho, em cumprimento a tratado internacional.</li> <li>3. <b>Um clássico moderno: João Ribeiro</b>. Proferida em sessão pública da Congregação do Colégio Pedro II, por ocasião do centenário do escritor. Rio de Janeiro, 1960.</li> <li>4. <b>Ode (em prosa) a um triunfador – em honra do professor Antenor Nascentes</b>. Jornal do Commercio, 19 jun. 1966.</li> </ol>

	<p>5. Sobre o estilo de Guimarães Rosa. Proferida no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, durante o I Simpósio Norte-Nordeste de Estudos da Língua Portuguesa, em 1976.</p> <p>6. <b>O Colégio Pedro II e a tradição dos estudos linguísticos e literários.</b> Aula Magna, ministrada à abertura dos cursos em 1981.</p> <p>7. <b>Rui e o culto da língua portuguesa.</b> Palestra no Liceu Literário Português, em 1982.</p> <p>8. <b>Antenor Nascentes: o homem e o mestre.</b> Palestra realizada na Associação Brasileira de Educação [ABE] em 1986.</p>
<b>Livros didáticos</b>	<p>1. <b>Anotações a textos errados.</b> 4ª ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.</p> <p>2. <b>Teoria da análise sintática:</b> introdução ao estudo da estrutura da frase portuguesa. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1958.</p> <p>3. Antologia: 3ª e 4ª séries ginasiais. In: Rocha Lima e J. Matoso Câmara Jr. <b>Curso da língua pátria.</b> 8ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1960.</p> <p>4. Antologia: 3ª e 4ª séries ginasiais. In: Rocha Lima e J. Mattoso Câmara JR. <b>Curso da língua pátria.</b> 7.ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1960.</p> <p>5. <b>Português no colégio:</b> 1ª série dos cursos clássicos e científico. 16ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1969.</p> <p>6. Português, em <b>O exame de admissão ao curso ginasial.</b> 4ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1959.</p> <p>7. <b>O programa de português no segundo ciclo,</b> em colaboração com Mário Pena da Rocha e Raul Léllis. 3ª ed., 2 vols.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1951.</p> <p>8. <b>O programa de português no curso comercial,</b> em colaboração com Raul Léllis. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1947.</p> <p>9. <b>Leitura integral, I</b> – para a 1ª série do ciclo ginasial. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1966.</p> <p>10. <b>Leitura integral, II</b> – para a 2ª série do ciclo ginasial. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1967.</p> <p>11. <b>Base de português</b> – para o curso de admissão ao curso ginasial e 5ª e 6ª séries primárias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.</p> <p>12. <b>Ciclo ginasial do português.</b> 2ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Reper, 1970.</p> <p>13. <b>Manual de redação,</b> em colaboração com Raimundo Barbadinho Neto. 4ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1987.</p>
<b>Direção e consultoria</b>	<p>1. Coleção “Estante da Língua Portuguesa” da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1971-72. Volumes publicados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. <b>Fonética sintática,</b> de Sousa da Silveira;</li> <li>b. <b>Meios de expressão e alterações semânticas,</b> de Said Ali;</li> <li>c. <b>Textos quinhentistas,</b> de Sousa da Silveira;</li> <li>d. <b>O fator psicológico na evolução sintática,</b> de Cândido Jucá (filho);</li> <li>e. <b>Ensaio de linguística e de filologia,</b> de Leodegário A. de Azevedo Filho;</li> <li>f. <b>A língua do Brasil,</b> de Gladstone Chaves de Melo;</li> <li>g. <b>Dispersos de J. Matoso Câmara Jr.</b> (Direção).</li> </ul> <p>2. <b>Dicionário enciclopédico Koogan Larouse Seleções.</b> 2 vols. Em cores.</p> <p>3. <b>Nouveau Petit Larousse em couleurs.</b> Tradução e adaptação à língua portuguesa. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1978 (coautoria).</p>